

**OLHA O RAPA: OS FEIRANTES E AS ARTES DO SABER  
FAZER O COTIDIANO NA FEIRA CENTRAL DE  
CAMPINA GRANDE (1970-1983)**



**UFCA- UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**

**CH- CENTRO DE HUMANIDADES**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**OLHA O RAPA: OS FEIRANTES E AS ARTES DO SABER FAZER O  
COTIDIANO NA FEIRA CENTRAL DE CAMPINA GRANDE (1970-1983)**

**SÂMALA SONALY LIMA OLIVEIRA**

**CAMPINA GRANDE- PB**

**2012**

**SÂMALA SONALY LIMA OLIVEIRA**

**OLHA O RAPA: OS FEIRANTES E AS ARTES DO SABER FAZER O  
COTIDIANO NA FEIRA CENTRAL DE CAMPINA GRANDE (1970-1983)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do título de Mestre em História, na área de concentração em História, Cultura e Sociedade.

**ORIENTADOR: Dr. ANTONIO CLARINDO BARBOSA DE SOUZA**

**CAMPINA GRANDE- PB**

**2012**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

O482o Oliveira, Sâmala Sonaly Lima.  
Olha o Rapa: os feirantes e as artes do saber fazer o cotidiano na Feira Central de Campina Grande (1970-1983) / Sâmala Sonaly Lima Oliveira. - Campina Grande, 2012.  
179f.: il.

Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades.  
Orientador: Prof. Dr. Antonio Clarindo Barbosa de Souza.  
Referências.

1. Campina Grande - História. 2. Cidade. 3. Feira Central. 4. "O Rapa".  
I. Título.

CDU 94(813.3)(043)

**SÂMALA SONALY LIMA OLIVEIRA**

**OLHA O RAPA: OS FEIRANTES E AS ARTES DO SABER FAZER O  
COTIDIANO NA FEIRA CENTRAL DE CAMPINA GRANDE (1970-1983)**

Avaliado em \_\_\_\_\_ com conceito \_\_\_\_\_

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Antonio Clarindo Barbosa de Souza- UFCG  
(Orientador)

---

Prof. Dr. Luciano Mendonça de Lima- UFCG  
(Examinador Interno)

---

Prof. Dra. Patrícia Cristina Aragão Araújo- UEPB  
(Examinadora Externa)

**CAMPINA GRANDE- PB**

**2012**

## DEDICATÓRIA

Ao meu avô Antonio de Barros Lima, homem  
astuto, simples e generoso (*in memoriam*).

## AGRADECIMENTOS

Ao longo deste trabalho me deparei com varias pessoas que contribuíram para sua realização. Este é o momento para agradecer pelas contribuições. Primeiramente agradeço aos feirantes, que me inspiraram a escrever sobre o cotidiano deles na Feira Central. Principalmente aqueles que me concederam entrevista e abriram as portas das suas residências para me falar um pouco do cotidiano, trabalho e família, que sempre me acolheram com paciência e carinho. Possibilitando assim a escrita dessa dissertação.

Aos meus professores da Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande.

A coordenação por sempre ajudarem nas questões burocráticas na Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande.

Ao meu orientador Antonio Clarindo pelos momentos de aprendizagem, críticas, discussões, paciência e atenção com minhas inquietações, a sua ajuda foi fundamental na construção desse trabalho.

Aos membros da banca examinadora por terem aceitado o convite: ao professor Luciano Mendonça pelas observações e sugestões importantes apresentada no exame de qualificação e pelo apoio e interesse que demonstrou por esse projeto, agora realizado, no dia da entrevista no processo de seleção do mestrado em 2009, obrigada pelo voto de confiança. A professora Patrícia pelas sugestões, dicas que me ajudaram a pensar a Feira Central como um espaço praticado e por toda contribuição que trouxe para esse trabalho. Como a professora fala: “A feira é uma mistura de cores, cheiros, barulhos, sabores e sons”. Obrigada pelo apoio desde a graduação no curso de História na UEPB.

Aos professores Giovanna de Aquino F. Araújo e Antonio Albuquerque Costa, pelas conversas, sugestões e por terem gentilmente emprestado material para a confecção desse trabalho.

Aos meus colegas de mestrado, por terem participado desse processo de aprendizagem e por terem compartilhado um pouco do conhecimento através das discussões em sala de aula.

Aos meus pais: A minha Mãe pela paciência, carinho, pela compreensão naqueles momentos em que a elaboração desse trabalho afetava o meu humor. Por sempre ter

acreditado em mim e investido na minha educação. Sou muito grata pelo seu amor e apoio. Ao meu Pai, pelo apoio e ajuda, por ter me acompanhado nas andanças pela feira e por mostrar que a educação é importante para o crescimento pessoal, obrigada pelo carinho e paciência.

As minhas irmãs: Suelem e Sandriely pela cumplicidade, apoio, incentivo e ajuda.

A minha amiga Camila Sarmiento por incentivar os meus estudos.

Aos meus amigos Ederaldo e Edvania por terem me ajudado com a pesquisa na Feira Central e pelas conversas agradáveis sobre o cotidiano no Mercado Central, aos sábados pela manhã, momentos em que eu aproveitava para observar as sociabilidades que se desenvolvem naquele espaço.

Aos demais familiares tios (as), primos (as), principalmente aos meus avós (Antonio (*in memorian*), Terezinha, Inácio e Julia (*in memorian*)) que freqüentavam/freqüentam a feira em busca de fazer suas compras semanais, novas amizades, informar sobre as notícias da cidade. E que me inspiraram de certa forma a escrever sobre a feira.

OLIVEIRA, Sâmala Sonaly Lima. **Olha o rapa: os feirantes e as artes do saber fazer o cotidiano na Feira Central de Campina Grande (1970-1983)**. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, 2012.

### RESUMO

A Feira Central de Campina Grande é um espaço de múltiplas sociabilidades, de interação social e cultural que envolve práticas de negociações. Dividida em vários setores, no qual cada setor está ligado a um tipo de produto, um tipo de saber, onde se negociam flores, frutas, queijos, doces, raízes entre outros produtos. É um espaço de reunião cotidiana e de manifestações coletivas, que tem como personagens do cotidiano feirantes e freguês. A feira já foi estudada sob vários aspectos (como: econômico, sociológico, geográfico e outros), o nosso estudo tem como objetivo analisá-la como um espaço de tensão e conflito, tomando como base “o rapa” no período de 1970 até 1983, para tanto utilizamos os jornais e os relatos orais de memórias, que nos possibilitaram compreender a repercussão desse processo e como os feirantes ambulantes eram perseguidos pelos fiscais da Prefeitura.

**Palavras-chaves:** Cidade, Feira Central e “o rapa”.

## ABSTRACT

The Fair Center of Campina Grande is an area of multiple sociability, social interaction and cultural practices involving negotiations. Divided into several sectors, in which each sector is connected to a product type, a type of knowledge, where trade flowers, fruits, cheeses, jams, roots and other products. It is a daily meeting space and collective manifestations, which has the characters of the everyday merchants and customer. The fair has been studied under various aspects (such as: economic, sociological, geographical and other), our study aims to analyze it as a place of tension and conflict, based on the "rapa" from 1970 to 1983 to use both newspapers and oral histories of memories, which enabled us to understand the repercussions of this process and how the street merchants were persecuted by the City tax.

**Keywords:** City, Central Fair and "rapa".

## SIGLAS

ARENA- Aliança Renovadora Nacional;

CEASA- Central de Abastecimento;

CDL- Clube dos Diretores Lojista de Campina Grande;

CELB- Companhia Energética da Borborema;

CPDOC- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil;

EBTC -Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos;

FGV- Fundação Getulio Vargas;

FURNE- Fundação Universidade Regional do Nordeste;

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

IPEM- Instituto de Pesos e Medidas;

MAFE- Movimento de Ajuda Fraternal;

MDB- Movimento Democrático Brasileiro;

PMCG- Prefeitura Municipal de Campina Grande;

PMDB- Partido do Movimento Democrata Brasileiro;

PT- Partido dos Trabalhadores;

SSU- Secretaria de Serviços Urbanos;

## LISTA DE IMAGENS

<b>Imagem 1:</b> As primeiras localizações da feira de Campina Grande.....	32
<b>Imagem 2:</b> A cidade de Campina Grande em 1864.....	35
<b>Imagem 3:</b> Mercado de Baltazar Luna (Mercado Velho).....	36
<b>Imagem 4:</b> Mercado Novo 1925.....	37
<b>Imagem 5:</b> Mercado Novo 1928.....	37
<b>Imagem 6:</b> A localização da feira entre 1826 e 1925.....	38
<b>Imagem 7:</b> A localização da feira entre 1925 e 1941.....	44
<b>Imagem 8:</b> Construção do Grande Hotel (1940-1942).....	49
<b>Imagem 9:</b> Prédio da Administração da PMCG (1970).....	49
<b>Imagem 10:</b> Atual Rua Venâncio Neiva (Feira) e Curtume Rosbach.....	51
<b>Imagem 11:</b> Mercado Público Municipal (à esquerda) e Feira Livre - Rua Maciel Pinheiro (1928).....	51
<b>Imagem 12:</b> A Feira Central na década de 1960 “A maior feira ao ar livre do Brasil”.....	55
<b>Imagem 13:</b> Os balaieiros.....	56
<b>Imagem 14:</b> Carregadores com carrinho.....	56
<b>Imagem 15:</b> Populares em direção a feira.....	58
<b>Imagem 16:</b> Barbeiro na década de 1960.....	59
<b>Imagem 17:</b> Barbeiro (ano de 1980).....	59
<b>Imagem 18:</b> Área ocupada pela Feira Central na década de 1970.....	61
<b>Imagem 19:</b> O Eldorado em 1979.....	93
<b>Imagem 20:</b> Parque do Açude Novo 1976.....	126
<b>Imagem 21:</b> Obelisco no Parque Evaldo: Marco zero do Município.....	126
<b>Imagem 22:</b> Correria provocada pelo “rapa” na feira.....	130
<b>Imagem 23:</b> Apreensão de mercadorias pelos fiscais.....	132
<b>Imagem 24:</b> Estivador trabalhando.....	132
<b>Imagem 25:</b> Feirantes ambulantes comercializando na feira.....	146
<b>Imagem 26:</b> Apreensão de mercadorias no Centro.....	149

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>Capítulo I: A formação do espaço da feira em Campina Grande.....</b>	<b>17</b>
1.1 O deslocamento da feira segundo a política local.....	22
1.2 Processo de urbanização e modernização na Feira.....	28
1.3 Feira Central: Diversidade dos seus espaços e produtos.....	39
<b>Capítulo II- A Feira Central de Campina Grande: espaço de exclusão, território de conflito.....</b>	<b>51</b>
2.1 Espaço de Exclusão.....	67
2.2 Os sujeitos na feira e suas práticas.....	70
2.2.1 A sociabilidade entre marginais.....	76
2.2.2. Marginal afamado "Nego-Toco".....	78
2.2.3 Marginais mirins.....	81
2.2.4 Brigas entre populares e autoridades.....	86
2.2.5 Briga entre trabalhadores na feira.....	90
2.3 "Rua Boa" caracterizada como espaço marginalizado da feira.....	92
2.4 A arte de ludibriar: Jogos e enrolações.....	102
2.5 Fiscalização na feira: Em peso, duas medidas.....	106
<b>Capítulo III- Olha o Rapa: "O grito de alerta", trabalho e memória .....</b>	<b>112</b>
3.1 A administração do Prefeito Edvaldo Cavalcanti Cruz.....	121
3.1.1 A atuação do "rapa" na administração de Edvaldo Cruz.....	127
3.2 A administração do Prefeito Enivaldo Ribeiro.....	137
3.2.1 A inflação e a flutuação dos preços na feira.....	141
3.2.2 A atuação do "rapa" na gestão do Prefeito Enivaldo Ribeiro.....	144
3.3 Memória, história e trabalho.....	155
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>170</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>173</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS .....</b>	<b>174</b>

## INTRODUÇÃO

As cidades como objeto de estudo tem tornado-se cada vez mais frequente no meio acadêmico. Existem várias possibilidades de abordar essa temática. Entre elas podemos destacar a cidade como local de moradia, espaço de trabalho e trocas comerciais, espaço de conflitos sócias, ou espaço de lazer e prazer. Ela apresenta-se como uma fonte inesgotável de estudo, um campo multifacetado, permitindo inúmeras abordagens.<sup>1</sup>

As cidades apresentam-se também como um fenômeno cultural, ou seja, objeto da produção de imagens e discursos colocados no lugar da materialidade e do social que o representa. Fenômeno revelado pela percepção de emoções e sentimentos dados pelo viver urbano.

Este trabalho é também um olhar sobre a cidade, entre inspirações e movimentos, buscou criar o seu próprio caminho. Tendo como palco a Cidade de Campina Grande<sup>2</sup>, especificamente a Feira Central de Campina Grande<sup>3</sup>, no período de 1970 a 1983. O nosso tema está voltado para o cotidiano e as múltiplas sociabilidades dos feirantes.

Nosso principal objetivo é detectar como os feirantes reagem à ação dos fiscais da prefeitura (popularmente conhecidos como “o rapa”<sup>4</sup>) na Feira Central no período de 1970 a 1983 e quais eram as práticas usadas por esses populares para burlar a fiscalização e trabalhar naquele espaço.

---

<sup>1</sup> Ver em SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. **Lazeres Permitidos, Prazeres Proibidos: sociedade, cultura e lazer em Campina Grande (1945-1965)**. Tese de Doutorado em História, UFPE, Recife, 2002.

<sup>2</sup> O contexto em que se situa a nossa problemática é o da Ditadura Militar, período de repressão e autoritarismo, percebemos esta situação através da atuação do “rapa”.

<sup>3</sup> Desde os primórdios da construção da área urbana desse município, até os dias atuais, a feira é um espaço social relevante, pois contribuiu para o desenvolvimento da cidade que passou de povoado e vila à cidade, através do desenvolvimento das atividades econômica daquele momento, feira de gado, de cereais e de algodão. Ver em: PEREIRA JUNIOR, Francisco. **Feira de Campina Grande, um museu vivo na cultura popular de folclore nordestino**. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

<sup>4</sup> O termo “rapa” é derivado do verbo rapar que segundo o dicionário da Língua Portuguesa de Silveira Bueno significa: raspar, desgastar, cortando, cortar rente, ralar, furtar, roubar e extorquir (p.551). No nosso estudo, quando os feirantes fazem menção a esse termo, ou gritavam “olha o rapa”, significava que era um fiscal da prefeitura que confiscava as mercadorias dos feirantes ambulantes, que comercializavam em lugar proibido e não pagavam impostos. O significado de roubar se encaixa bem ao nosso termo porque além dos fiscais confiscarem as mercadorias, comentava-se que eles levavam algumas mercadorias apreendidas para suas casas.

Buscamos conhecer as diferentes relações estabelecidas entre os feirantes e pessoas que freqüentavam a feira: meliantes (ladrões que atuavam na feira e nas ruas próximas), os feirantes fixos (casos de brigas entre feirantes seja por dívidas ou fregueses), fregueses (notas de jornais em que os fregueses reclamam do preço dos produtos na feira) e a administração local (o descaso do poder público com relação aos espaços da feira). Em suma, relatamos as experiências cotidianas de quem freqüentava esse espaço no período estudado.

Inicialmente, pensávamos investigar estas questões no período de 1980-1983; com o passar do tempo, observamos que essa temporalidade não daria uma resposta satisfatória a nossa problemática; pelo fato dela ser curta para compreender e mapear a atuação do “rapa” na Feira Central. Com o início da pesquisa nos jornais redirecionamos para uma nova temporalidade 1970-1983, abrangendo melhor o “rapa” na administração dos prefeitos<sup>5</sup>: Evaldo Cruz e Enivaldo Ribeiro. Dando ênfase a este último, pelo fato de percebermos ao longo das entrevistas, que a memória dos nossos entrevistados se volta mais para “o rapa” naquela gestão.

A proposta de trabalhar com a Feira Central como um espaço de exclusão, com relações conflituosas, surgiu através de algumas leituras sobre esse tema e de duas monografias desenvolvidas pela mestranda. A primeira em 2009 voltada para o campo da história com o tema “As identidades e subjetividades das mulheres feirantes na Feira Central de Campina Grande na Contemporaneidade”, na qual analisamos as múltiplas identidades das mulheres feirantes que estavam relacionadas com o papel que cada uma desempenha: mulher feirante, dona de casa e em alguns casos, como foi relatado, chefe do lar; como também, as astúcias que elas utilizavam para conquistar e convencer o consumidor a comprar uma determinada mercadoria. A segunda em 2010 voltada para o campo das Ciências Econômicas com o título: “Mercado Informal: o perfil das mulheres feirantes na Feira Central de Campina Grande na Contemporaneidade” na qual analisamos o perfil, as práticas cotidianas e as negociações das mulheres feirantes, visto que elas estão inseridas no mercado informal, pois são consideradas trabalhadoras por conta própria, que trabalham para sustentar a sua família.

---

<sup>5</sup> Quando iniciamos as pesquisas nos jornais pensávamos que “o rapa” só tinham acontecido na administração do prefeito Enivaldo Ribeiro, com a ampliação de uma nova temporalidade percebemos que ele tinha acontecido também na administração do Prefeito Evaldo Cruz.

Essas duas monografias e as leituras de autores que trabalham com a feira fizeram-nos perceber que a Feira Central já tinha sido estudada sob vários aspectos (como: econômico, sociológico, geográfico entre outros), porém faltava verificá-la como um espaço de conflito, voltado especificamente para “o rapa”, a violência que os fiscais agiam com os feirantes e ambulantes no período estudado.

O nosso trabalho se insere na linha de pesquisa Cultura e Cidades, a qual agrupa trabalhos que buscam analisar a cidade sob três aspectos: as mudanças culturais, as tramas e práticas político-econômicas e as relações e conflitos sociais. Como já foi exposta, nossa problemática se volta para as relações e conflitos sociais na vida cotidiana dos trabalhadores e frequentadores no espaço da Feira Central de Campina Grande.

O caminho escolhido para analisar o espaço urbano, está ligado ao campo da Nova História Cultural, que permite recuperar as sensibilidades e subjetividades dos agentes sociais, na cidade, captando assim as suas práticas sociais com relação aos espaços urbanos usados por eles. Trazendo uma nova abordagem ao fenômeno urbano. Destacando assim, que a cidade não é mais lócus privilegiado, passando a ser pensada como um objeto de reflexão, a partir das representações sociais que as pessoas fazem sobre as práticas sociais. A cidade é uma criação do homem, uma materialidade erguida por ele sobre a natureza. Mas é também um conjunto de representações que fazemos sobre ela, no passado e no presente.

Nesse sentido, percebemos a cidade como um espaço de integração social e cultural e a Feira Central corresponde a um desses lugares de fluxos culturais, no qual todas as identidades se misturam e se distinguem, devido às práticas que realizam e os espaços que instituem. A feira é um espaço de reunião cotidiana e de manifestações coletivas, no qual os produtos são expostos possibilitando a barganha e a troca.

A dimensão da sensibilidade emerge com a história cultural urbana, buscando pensar a cidade como um espaço sensível. Segundo Pesavento (2007):

(...) essa cidade sensível é uma cidade imaginária construída pelo pensamento e que identifica, classifica e qualifica o traço, a forma, o volume, as práticas e

os atores desse espaço urbano vivido e visível, permitindo que enxerguemos, vivamos e apreciemos desta ou daquela forma a realidade tangível.<sup>6</sup>

Levando em consideração os apontamentos teóricos de Pesavento (2007), a cidade sensível é responsável pela atribuição de sentidos e significados aos espaços e ao tempo na cidade. Nesse sentido, o espaço transforma-se em lugar, portador de um significado e de uma memória. Os estudos de uma história cultural urbana analisam as representações que se constroem na e sobre a cidade, o imaginário criado sobre ela, ou seja, aplica-se ao resgate dos discursos, imagens e práticas sociais de representação da cidade.

Os estudos do cotidiano apresentam-se como um campo multidisciplinar, que vem reconstruindo experiências excluídas. Passando a se preocupar com a descentralização dos sujeitos históricos, dando lugar as experiências de sujeitos que não tiveram lugar e voz na história tradicional. Buscamos dar voz aos feirantes e as suas experiências cotidianas na feira, visto que esse grupo de trabalhadores se insere como agentes sem lugar e voz na história tradicional.

A história do cotidiano, segundo Mattos (2002), não se limita apenas aos hábitos e rotinas. As abordagens que contemplam o cotidiano revelam um universo de tensões e confrontos, no qual se multiplicam formas de resistência/luta, integração/diferenciação, permanência/transformação, nesse sentido a mudança é vivenciada de diferentes formas, existindo várias possibilidades.

O objeto de estudo do historiador do cotidiano (a sua preocupação) segundo Mattos (2002) é:

Restaurar as tramas de vidas que estavam encobertas, procurar no fundo da história figuras ocultas, recobrar o pulsar no cotidiano, recuperar sua ambigüidade e a pluralidade de possíveis vivências e interpretações, desfiar a teia de relações cotidianas e suas diferentes dimensões de experiência, fugindo dos dualismos e polaridades e questionamentos as dicotomias. Ao recuperar o processo histórico, pretende suas mudanças e permanências, descontinuidades e fragmentação, as amplas articulações, as infinitas possibilidades dessa trama multidimensional, que se compõem e recompõem continuamente.<sup>7</sup>

O cotidiano visto de seu interior aparece de forma imutável, constituindo-se um desafio para o historiador mostrar como ele faz parte da história, ou seja, “(...) abordá-lo

---

<sup>6</sup> PESAVENTO, 2007, p.14.

<sup>7</sup> MATTOS, 2002, p. 27.

mais de modo analítico que apenas descritivo (...).<sup>8</sup> Refletindo sobre esses aspectos, o nosso desafio é mostrar que a Feira Central insere-se numa dinâmica de transformações sociais, econômicas, políticas e culturais.

A cidade apresenta-se de forma múltipla, na qual as tensões urbanas aparecem como representações do espaço. Vários discursos fazem parte da cidade lugar para viver, trabalhar, observar, divertir-se, criando espaço de sociabilidade e reciprocidade. Territórios que condicionam múltiplas experiências pessoais e coletivas. “A história da cidade passar a ser vista também como a história da espacialização do tempo e das escolhas coletivas feitas ao longo do seu transcurso”<sup>9</sup> Lugares de existência material, codificados num sistema de representação focalizado pelo pesquisador. A Feira Central insere-se nesses espaços, como um lugar de trabalho, lazer, informações, cultura, memórias e experiências individuais/coletivas, que foram relatadas ao longo das entrevistas pelos feirantes.

A cidade é um espaço de sociabilidade, conforme Pesavento (2007), que comporta: “atores, relações sociais, personagens, grupos, classes, práticas de interação e de oposição, ritos e festas, comportamentos e hábitos. Marcas, todas, que registram uma ação social de domínio e transformação de um espaço natural no tempo”.<sup>10</sup> Mattos (2002) partilha desse pensamento, argumentando que a cidade em seu processo de transformação pode ser considerada registro, como também agente histórico. “Nesse sentido, destaca-se a noção de territorialidade, identificando o espaço enquanto experiência individual e coletiva, onde a rua, a praça, a praia, o bairro, os percursos estão plenos de lembranças, experiências e memórias”.<sup>11</sup> Dentro dessa perspectiva a cidade de Campina Grande já foi analisada sob vários olhares e possibilidades. Entre elas podemos destacar alguns autores:

O historiador Luciano Mendonça de Lima em seu livro “Derramando Susto: os escravos e o Quebra-Quilos em Capina Grande” tem como objetivo investigar os significados da participação de escravos no Quebra-Quilos, movimento social de homens livre, em Campina Grande no ano de 1874. Esse estudo se torna relevante para a nossa análise, na medida em que mostra como os populares reagiram à utilização dos

---

<sup>8</sup> MATTOS, 2002, p. 32.

<sup>9</sup> MATTOS, 2002, p. 35.

<sup>10</sup> PESAVENTO, 2007, p.14.

<sup>11</sup> MATTOS, 2002, p.35.

pesos e medidas do novo sistema métrico, a insatisfação dos mesmos com a cobrança de imposto como “o tributo do chão”; é nesse contexto de insatisfação/inconformismo que surge o Quebra-Quilos. O autor busca dar ênfase à participação dos escravos nesse movimento.

Essa é uma das leituras que mostra a insatisfação dos feirantes com a cobrança dos impostos, num período bem distante da nossa análise, porém relata que essa questão do imposto sempre gerou problemas, principalmente em se tratando de pessoas humildes que vêem aquele espaço como um meio de ganhar o seu sustento. O imposto representa de certa forma uma diminuição no pequeno lucro da comercialização dos seus produtos.

O historiador Fabio Gutemberg Sousa (2006), em seu estudo “Territórios de confrontos: Campina Grande (1920-1945)” mostra que a cidade é um lugar de tensões e confrontos, habitado por personagens como donas de casa, choferes, carregadores, agricultores e vendedores de pães que tinham suas próprias cartografias, dando assim à cidade ares múltiplos. Dentre esses personagens, o agricultor é uma figura interessante para o nosso trabalho porque mostra que o mesmo freqüentava a feira nesse período para fazer seus negócios, visitar os curandeiros, prostitutas, mercearias e beber aguardente. Dando assim a possibilidade de mostrar como esse personagem utilizava esse espaço nesse período. Isso porque a feira enquanto espaço só é possível pelos usos que esses personagens fazem dela.

Já Severino Cabral Filho (2009), em seu estudo intitulado “A Cidade revelada: Campina Grande em Imagens e História” mostra a cidade de Campina Grande a partir de imagens fotográficas, percebida por ele como imagens-documentos, entre os anos de 1930 e 1950. Analisando até que ponto as imagens avalizam o ideário de progresso e desenvolvimento difundido pela elite local, através dos jornais escritos. O seu interesse principal é compreender como Campina Grande foi representada pelas lentes dos seus fotógrafos, nesse sentido as imagens podem ensinar muito sobre a fisionomia das cidades.

Conforme Cabral Filho (2009), a análise das imagens fotográficas como documentos permitem uma aproximação das práticas sociais com a sua dimensão simbólica, considerando as tensões e conflitos que historicamente permeiam as

sociedades. Imagens que contem representações e possibilitam a elaboração de outras representações. A leitura desse autor nos ajudou a compreender que as imagens podem constituir-se num meio pelo qual podemos chegar a uma compreensão da feira a partir de sua dimensão imaginária. No entanto, utilizamos as imagens para caracterizar alguns aspectos da cidade e da Feira Central, no período analisado.

O historiador Antonio Clarindo Barbosa de Souza, em sua tese “Lazeres permitidos, Prazeres proibidos: sociedade, cultura e lazer em Campina Grande (1945-1965)” tem como objetivo investigar como diferentes grupos sociais se divertiam na cidade e os discursos que tentavam explicar, justificar, delimitar e circunscrever tais práticas. O seu estudo nos faz refletir sobre a feira enquanto espaço de diversão, por analisá-lo como um espaço de “prazeres proibidos”, mostrando assim como os populares se divertiam nos cabarés no período de 1945 a 1965. A leitura dos textos deste historiador nos deu subsídios para analisar os anos posteriores, de 1970 a 1983, buscando perceber como se estabeleciam as relações dos feirantes com os prostíbulos, casas de mulheres, cabarés e bares na feira.

Passando dos estudos sobre a cidade de Campina Grande (são inúmeros trabalhos que existem sobre esta cidade, utilizamos os autores citados devido a algumas aproximações: teóricas e metodológicas), damos ênfase, agora aos trabalhos sobre a Feira Central, pois vários trabalhos já foram escritos sobre ela, cada um abordando um aspecto diferente. A leitura desses trabalhos nos possibilitou entendê-la, sob outros olhares. Assim sendo, a discussão relacionada à historicização da Feira será respaldada, em autores que tem este espaço como o seu principal foco ou partes dedicadas a este assunto. Utilizamos às contribuições de Pereira Junior (1997), Costa (2003), Silva (2005) e Araújo (2006).

Francisco Pereira Junior (1997), em seu livro “Feira de Campina Grande, um museu vivo na cultura popular de folclore nordestino” considera a feira um museu vivo, arquivo de memória popular, um campo de aprendizagem e desenvolvimento da criatividade popular através da utilização de objetos e sucatas. O seu trabalho é bastante significativo por conter observações sobre a década de 1970 e o dia-a-dia das camadas médias e mais pobres na luta diuturna pela sobrevivência e pela descrição mais geral da feira e a variedade de atividades comerciais encontradas.

Já para Antonio Albuquerque Costa (2003), em sua dissertação em geografia, que tem como título “Sucessões e Coexistências do Espaço Campinense na sua Inserção ao Meio Técnico-Científico-Informacional: a feira de Campina Grande na interface desse processo” a feira é percebida como uma rugosidade na qual o velho e o novo convivem dando oportunidades aos mais diversos agentes sociais de se reproduzirem, seja nos aspectos econômicos, sociais ou culturais. Mas o foco principal é o econômico, devido ao papel desempenhado por este mercado na reprodução cotidiana de significativa parcela da população campinense, bem como de suas áreas circunvizinhas. A feira é estudada por esse autor como parte do circuito econômico inferior, que acolhe as camadas pobres nas suas necessidades de trabalho e consumo.

Valmir Pereira da Silva (2005), em sua dissertação em sociologia “Artes de Fazer a Feira: práticas e representações de negociação na Feira Central de Campina Grande” analisa a feira como um espaço de relações sociais que são concebidas enquanto formas específicas de negociações as práticas e interações entre vendedores e consumidores. Enfatizando que negociar nesse espaço é antes de qualquer relação mercantil, se socializar, ou seja, estar aberto às possibilidades de trocas de afinidades recíprocas. Ele relata em alguns momentos que na feira existem conflitos e tensões, mas não entra em detalhe sobre este aspecto.

Giovanna de Aquino Fonseca Araújo (2006), em seu livro “Múltiplos discursos sobre a feira central de Campina Grande” escreve sobre a feira na perspectiva da história cultural, mostrando que este é um ambiente em que se produz cultura popular, envolvido por vários discursos e atividades realizadas nela. Tornando-se assim um patrimônio cultural por ser compreendido como um depósito da memória do povo, documento histórico vivo feito por pessoas que frequentam esse lugar. A autora traça perfil sócio-econômico de feirantes e fregueses que frequentam a feira, o que é relevante para o nosso trabalho para compreender como esse espaço é utilizado por esses personagens em seu cotidiano.

Todos esses autores nos ajudaram a recriar o espaço da feira utilizado pelos feirantes para negociar; relatando as múltiplas sociabilidades existentes. Assim optamos neste trabalho por mostrá-la como um espaço de conflito. Isso foi possível através dos recortes de jornais (uma das fontes utilizadas na pesquisa) do período estudado, no qual várias notícias representavam-na como sendo um espaço conflituoso e ao mesmo tempo

harmonioso. Possibilitando a nossa análise, descrevendo-a como um espaço de conflito, deixando um pouco de lado a leitura dela como um ambiente de sociabilidade harmoniosa.

Para que essa empreitada fosse possível, foi necessário traçar um diálogo com autores como Sidney Chalhoub, Sandra Jathay Pesavento, Maria Izilda Santos de Mattos e Fabio Gutemberg R. B. de Sousa. Preocupados com o cotidiano dos trabalhadores e com as experiências de grupos sociais diversos, entre a metade do século XIX e início do século XX, esses autores deixam ensinamentos que ajudaram a refletir sobre a nossa problemática. Principalmente por se preocuparem metodologicamente com tensões e conflitos sociais na vida cotidiana em períodos de mudanças.

Chalhoub (2001), em sua obra “Trabalho, lar e botequim” utiliza como fonte os processos crimes, dando ênfase a questão do cotidiano, da cultura dos trabalhadores cariocas no começo do século XX. Analisando assim, as experiências dos trabalhadores diante de suas condições de trabalho, habitações, família, lazer, diversão e repressão policial. Essa leitura nos ajudou a analisar algumas questões do cotidiano dos feirantes, como por exemplo, a relação deles com outros feirantes, o lazer e a forma de trabalho naquele espaço.

Os estudos de Pesavento (2001), em sua obra “Uma outra cidade: O mundo dos excluídos no final do século XIX” é bastante relevante para o nosso estudo, pois traz a dimensão dos excluídos e indesejados no espaço urbano. É essa categoria que buscamos analisar ao longo desse trabalho, os indesejados nos espaços da Feira Central através dos recortes de jornais.

Já a historiadora Mattos (2002), em seu livro “Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho” nos traz a dimensão do cotidiano urbano e suas experiências na Cidade de São Paulo no período de 1890 a 1930. Analisando a vida dos trabalhadores, imigrantes<sup>12</sup> e em especial o trabalho feminino. O trabalho na vida de homens e mulheres, tornando-se fator de sociabilidade e solidariedade dentro do grupo. Através do trabalho e de suas relações manifestavam-se não só amizade, apoio, lealdade, mas

---

<sup>12</sup> Na questão dos imigrantes Mattos (2002) afirma: “os laços étnicos influenciaram tanto para isolar como aglutinar: ora dificultou a coesão, ora foi motor de solidariedade” (MATTOS, 2002, p. 49).

também a exploração e abusos. No qual as tensões urbanas eram vivenciadas de forma fragmentada e diversificada por seus habitantes. A leitura dessa autora nos fez refletir sobre o cotidiano urbano e as múltiplas estratégias de trabalho e de sobrevivência.

Sousa (2006), em seu estudo “Territórios de confrontos: Campina Grande (1920-1945)” verificou as múltiplas formas dos moradores viverem na cidade de Campina Grande, cartografando os populares na cidade e a polissemia de suas ações. Este autor apresenta como os trabalhadores reinventavam os espaços, criando uma cartografia diferente daquela desejada pela elite local. O autor enfatiza as experiências dos trabalhadores populares (agricultores, vendedores de pães, choferes, donas-de-casa e carregadores) a partir das sociabilidades desse grupo, evidenciando também a reação da elite campinense frente às transformações que o gestor público vinha fazendo. Aproximamos dele, na medida em que usamos as noções de território de confronto para demonstrar que a feira é um território que possibilita isso.

Acreditamos que os ensinamentos dos autores citados, com relação ao cotidiano dos trabalhadores nas cidades, foram essenciais para refletimos sobre a nossa problemática.

Outra contribuição importante para o nosso trabalho são os conceitos de práticas e representações do historiador Roger Chartier. Para ele as práticas constroem o mundo como representação. E a História Cultural torna-se relevante por compreender o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada, dada a ler.

Nesse sentido, a proposta da História Cultural seria compreender a realidade do passado por meio das suas representações; buscando resgatar as intenções dos homens que construíram essas significações que expressavam a si próprio e o mundo. Aproximamos desse autor para entender as diversas leituras que os indivíduos fazem de determinados acontecimentos que presenciaram. Segundo Chartier, a cultura poderia ser analisada tomando como base as práticas e as representações dos sujeitos envolvidos num contexto.

As representações elaboradas sobre o mundo se colocam apenas no lugar deste mundo, fazem com que notem a realidade e pautem a sua existência através de práticas sociais que explicam o real. Tanto indivíduos quanto os grupos sociais dão sentido ao

mundo pelas representações que constroem sobre a realidade. Nesse sentido, a representação não deve ser pensada como uma cópia do real, imagem perfeita, mas sim uma elaboração feita a partir dela.

As representações inserem-se em regimes de verossimilhança, não de veracidade. A sua força se dá pela sua capacidade de produzir reconhecimento e legitimidade social. As representações são compostas por múltiplas configurações, sendo o mundo construído de forma contraditória e variada pelos diferentes grupos sociais.

Sendo assim, os indícios que se colocam no lugar do acontecimento são representações que o historiador enxerga como fontes, documentos para sua pesquisa. Cabendo ao historiador da cultura buscar reconstruir com as fontes as representações da vida construída pelos homens do passado. Entendendo que a realidade do passado só chega ao historiador por meio de representações.

A partir do estudo das representações, práticas e apropriações, O autor considera questões como as formas narrativas do discurso histórico e literário, fundamentais à interpretação dos documentos que o historiador toma por objeto. Usamos principalmente o conceito de representação para analisar os jornais: *O Jornal da Paraíba* e *A Gazeta do Sertão*<sup>13</sup>, mostrando assim as representações que esse meio de comunicação fazia sobre a feira e os seus problemas do cotidiano no período analisado.

Estabelecemos uma aproximação também com o historiador Michel de Certeau, interessado pelas histórias dos “homens ordinários”<sup>14</sup>, passou a interpretar/decifrar os códigos desses sujeitos através das suas práticas cotidianas. As “maneiras de fazer” são

---

<sup>13</sup> No período de pesquisa das fontes tivemos acesso ao arquivo do *Jornal da Paraíba* (fundado em setembro de 1971) que tem acervo que contempla o período analisado do final do ano de 1971 até 1983, apesar da falta de alguns exemplares. Esse jornal é o que nos dá mais base para a construção do nosso texto. Utilizamos também alguns exemplares do jornal *A Gazeta do Sertão* que foram encontrados no acervo do Museu Histórico de Campina Grande, só conseguimos pesquisar os anos de 1982 e 1983, pois o museu passou um período fechado e impossibilitou que analisássemos outros anos. Com relação ao *Diário da Borborema*, não tivemos acesso ao seu acervo, pois se encontrava em reforma e isso inviabilizou a pesquisa nele. Nos deteremos a analisar os jornais com mais intensidade no capítulo 2, quando utilizamos essa fonte para relatar a feira como um espaço de exclusão, freqüentado por indivíduos indesejáveis, para tanto utilizamos principalmente as páginas policiais dos jornais e no capítulo 3 para analisar a atuação do “rapa”.

<sup>14</sup> Homens ordinários na visão de Certeau seriam os homens simples e comuns, os populares.

as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sócio-cultural. Sendo o seu principal tema a antidisciplina.

Para Certeau, o homem ordinário não é passivo, os sujeitos são ricos em astúcias e táticas expressas em suas ações cotidianas. A resistência que Certeau trabalha é a resistência sutil, camuflada, ou seja, as micro-resistências: construir brechas para sair de determinadas situações, burlando assim uma ordem imposta.

De acordo com Certeau, “(...) A tática só tem por lugar do outro (...). Tem constantemente que jogar com os acontecimentos para os transformar em ‘ocasiões’. Sem cessar, o fraco deve tirar partido de forças que lhe são estranhas”<sup>15</sup>. E segue: “(...) muitas práticas cotidianas são do tipo táticas. E também, uma grande parte das ‘maneiras de fazer com’ vitórias do ‘fraco’ sobre o mais ‘fortes’, pequenos sucessos, artes de dar golpes, astúcias de caçador (...)”.<sup>16</sup> Nesse sentido, a tática é um conceito pensado para o homem ordinário, sendo a arte do fraco em tirar proveito do forte. Já a estratégia deve ser pensada para um lugar de poder, uma instituição é algo imposto. Conforme o autor citado:

(...) Chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (os clientes ou os concorrentes, os inimigos, o campo em torno da cidade, os objetivos e objetos da pesquisa etc.).<sup>17</sup>

Nesse sentido, as estratégias são capazes de mapear, produzir e impor, ao passo que as táticas só podem utilizá-las, manipular e alterar. A partir desses dois conceitos é possível analisar as táticas utilizadas pelos feirantes para fugirem da ação dos fiscais da Prefeitura, e quais eram as estratégias usadas pelos mesmos para apreenderem as mercadorias dos feirantes ambulantes. Conforme Certeau, o historiador não resgata o passado, ele se apropria dele. Nos apropriamos de um passado (que nos foi deixado através dos registros dos jornais) à medida em que investigamos como os feirantes reagem a ação do “rapa” na feira.

---

<sup>15</sup> CERTEAU, 2007, p. 46-47.

<sup>16</sup> CERTEAU, 2007, p. 47.

<sup>17</sup> CERTEAU, 2007, p. 99.

Em Certeau os praticantes usam a cidade, propondo sentidos a ela, ou seja, a cidade é metaforizada, a cidade é deslocada do seu lugar e torna-se um espaço, atribuindo-lhe novos sentidos. Seguindo os apontamentos teóricos deste autor, a Feira Central pode ser percebida como um lugar e espaço ao mesmo tempo. Segundo Certeau: “O espaço é um lugar praticado. Assim a rua geometricamente definida por um urbanista é transformada em espaço pelos pedestres”.<sup>18</sup> A feira é um lugar, constituído por vários espaços praticados. Através da narrativa deste texto buscamos mostrar as relações que os feirantes desenvolvem nesses espaços. Como veremos posteriormente a feira é composta por várias feiras separadas por setores como: feira de frutas, feira de flores, feira de queijos e outras.

Outro conceito que se relaciona no campo das representações é o de sensibilidades, importante para a nossa análise. Visto que, “As sensibilidades são uma forma do ser no mundo e de estar no mundo indo da percepção individual à sensibilidade partilhada”.<sup>19</sup> Neste sentido, seriam as formas pelas quais indivíduos e grupos se dão a perceber as representações da realidade através das emoções e dos sentidos. Que podem ser percebidas através de atos, ritos, em palavras e imagens, em objetos da vida material em materialidades do espaço construído. Segundo Pesavento (2004) as sensibilidades referem-se ao mundo do imaginário, da cultura e seu conjunto de significados construídos sobre o mundo.

Toda a experiência sensível do mundo, partilhada ou não, que exprima uma subjetividade ou uma sensibilidade partilhada, coletiva, deve se oferecer à leitura enquanto fonte, deve se objetivar em um registro que permita a apreensão dos seus significados. O historiador precisa, pois, encontrar a tradução das subjetividades e dos sentimentos em materialidades, objetividades palpáveis, que operem como a manifestação exterior de uma experiência íntima, individual ou coletiva.<sup>20</sup>

Neste sentido, as marcas de historicidade seriam as evidências do sensível. No nosso caso, as fontes utilizadas para compreender o nosso objeto de estudo foram: os relatos orais de memórias, jornais, iconografia, referencial bibliográfico e até uma peça teatral. Para tanto foi necessário usar o olhar-detetive do historiador da cultura para

---

<sup>18</sup> CERTEAU, 2007, p. 202.

<sup>19</sup> PESAVENTO, 2004, p.2.

<sup>20</sup> PESAVENTO, 2004, p.6.

interpretar tais sinais, buscamos estabelecer nexos e relações para entender o mundo dos feirantes no período selecionado.

Não buscamos recuperar as sensibilidades de forma exata como teriam acontecido no passado, tentamos explicar como (“rapa”) poderia ter sido a experiência sensível de outro tempo pelos rastros deixados. Segundo Pesavento (2004) o passado encerra uma experiência singular de percepção e representação do mundo, os registros que ficaram devem ser interpretados, permitindo ir além das lacunas.

A História Oral apresenta-se como um campo de potencialidades metodológicas e cognitivas muito ampla, optamos por adotá-la<sup>21</sup> pelo fato dela possibilitar estudo de novos objetos, fazendo com que os historiadores se interessassem pela contemporaneidade, na qual os temas podem ser acessados através de entrevistas orais. Conforme Meihy (2002) é uma prática dinâmica, criativa, consistindo assim em gravações premeditadas de narrativas pessoais. Recurso usado para a elaboração de documentos e estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos.

(...) A história oral é um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões do mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Como consequência, o método da história oral produz fontes de consulta (as entrevistas) para outros estudos, podendo ser reunidas em um acervo aberto a pesquisadores.<sup>22</sup>

Aproximamo-nos de historiadores que definem a História Oral como uma metodologia. Alberti (2005), Delgado (2006), Montenegro (1994) e Meihy (2002) afirmam que a História Oral é uma metodologia de pesquisa e arquivamento de fontes para o estudo do presente, que toma como base o depoimento de pessoas que passaram por uma determinada experiência no passado. O depoimento oral é um instrumento de compreensão mais ampla e globalizante do significado da ação humana de suas relações com as redes de sociabilidades.

Segundo Alberti (2005), “O importante é não esquecer que a contribuição da história oral é sempre maior naquelas áreas pouco estudadas da vida social em que

---

<sup>21</sup> Utilizada especificamente no capítulo 3 quando analisamos os depoimentos dos feirantes perseguidos pelo “rapa”.

<sup>22</sup> ALBERTI, 2005, p.18.

predominam zonas de obscuridade, seja no estudo das elites, seja das grandes massas”.<sup>23</sup> Essas zonas de obscuridades com relação aos estudos das elites estão associadas às decisões estratégicas dessa determinada camada social envolvendo alguns assuntos. Já nas grandes massas, a obscuridade resulta do desinteresse das fontes oficiais pela experiência popular e da ausência de documentos. Essa última noção se encaixa no nosso estudo, pelo fato de analisarmos as experiências dos feirantes com “o rapa”, perseguição dos fiscais da Prefeitura aos feirantes ambulantes<sup>24</sup> na feira. Esse acontecimento foi pouco explorado pelos pesquisadores locais, sendo apenas citado em alguns trabalhos. Buscamos assim desvendar as múltiplas experiências e versões dos feirantes em relação a esse processo. Ao longo da nossa pesquisa tivemos a contribuição de 11 depoentes<sup>25</sup> que narraram as suas experiências de vida e trabalho na Feira Central.

Assim, as memórias aqui consideradas desvendam as experiências cotidianas dos feirantes no seu espaço de trabalho. Possibilitando perceber nas falas, as vivências de sujeitos que trabalharam e teceram relações na e com a feira através de seus fazeres e saberes construíram espaços de múltiplas sociabilidades e vivências.

“A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje (...)”.<sup>26</sup> Nesse sentido, trabalhamos com a memória individual e a memória coletiva, tendo em vista que a memória individual é formada pelas referências e lembranças próprias do grupo tomando como base, o ponto de vista sobre a memória coletiva.

A memória coletiva de um grupo representa determinados fatos, acontecimentos, situações, como por exemplo, “o rapa” na Feira Central, foi um processo que marcou a vida de várias pessoas que trabalhavam/trabalham e pessoas que frequentavam/frequetam o espaço da feira. A memória individual existe a partir de uma memória coletiva, pois a memória é formada a partir das referências e lembranças próprias do grupo, tomando como base um ponto de vista sobre a memória coletiva.

---

<sup>23</sup> ALBERTI, 2005, p.15.

<sup>24</sup> O conceito dessa categoria de trabalhador será analisado no capítulo 3.

<sup>25</sup> Neste texto optamos por utilizar as iniciais dos nomes dos nossos entrevistados.

<sup>26</sup> LE GOFF, 200, p.469.

Maurice Halbwachs (1990) afirma que a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, posto que todas as lembranças são constituídas no interior de um grupo. A origem de várias ideias, reflexões, sentimentos, paixões que atribuímos a nós são, na verdade, inspiradas pelo grupo.

Para Halbwachs “a memória coletiva, por outro lado, envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas”<sup>27</sup>, na instância em que elas se entrecortam no movimentar-se pelas lembranças do passado. Já a memória individual é construída a partir das referências e lembranças próprias do grupo, refere-se, portanto, a “um ponto de vista sobre a memória coletiva”. Olhar este que deve sempre ser analisado considerando-se o lugar ocupado pelo sujeito no interior do grupo e das relações mantidas com outros meios.<sup>28</sup>

Diante das entrevistas o ato de falar, os silêncios, os lapsos, esquecimentos, exigem do historiador muita dedicação na hora de entrevistar. Partilhamos do mesmo pensamento de Bosi (2004) e acreditamos que o vínculo de amizade e confiança entre pesquisador e entrevistador é fundamental para a fluência de lembranças. Para a realização desse trabalho, foram necessárias diversas inserções nos espaços da feira para observar o cotidiano de trabalhadores feirantes, compreender aquele espaço como um lugar praticado e estabelecer vínculos de confiança e amizade, pré-requisito para fazer as entrevistas. Tarefa árdua e satisfatória, visto que o nosso objeto de trabalho analisa “o rapa”, um momento de tensão na feira, experiência dolorosa e triste para alguns. Sendo assim, presenciemos momentos de silêncio, esquecimento e vontade de não falar, rememorar tais fatos. Saber ouvir e compreender os limites dos nossos entrevistados foi importante para elaboração desse trabalho. Essa discussão será percebida melhor no nosso terceiro capítulo.

A metodologia de História Oral possibilitou uma reflexão sobre: o passado e as experiências cotidianas dos feirantes, permitindo assim que eles contassem suas lembranças fornecendo informações sobre si mesmos, tornando-se sujeitos dessa nossa trama. Assim, existe um “reconhecimento da importância de cada indivíduo/depoente

---

<sup>27</sup> HALBWACHS, 1990 p. 53.

<sup>28</sup> Ver em: HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 1990.

em si mesmo e sua relação com a sociedade na qual está ou esteve integrado. Cada pessoa é componente específico de um mosaico maior que é a coletividade”.<sup>29</sup>

Para tanto organizamos, mapeamos e cartografamos um trajeto pelo qual caminharemos com os possíveis leitores. O trabalho é composto por três capítulos: no primeiro capítulo nos dedicamos ao resgate histórico da formação da feira, utilizando as contribuições teóricas de vários autores que ajudaram a compreender a importância desse espaço na construção da cidade. Buscamos fazer essa historicização para termos a compreensão de como foi construído aquele espaço com o passar dos anos, que é frequentado por várias pessoas diariamente.

No segundo capítulo buscamos analisar a feira como um espaço de conflito e tensão, nesse sentido utilizamos os jornais do período (*Jornal da Paraíba* (1970-1983) e a *Gazeta do Sertão* (1981-1982), mostrando assim as representações que esses meios de comunicação faziam sobre a feira e os problemas do cotidiano no período analisado. Detectando que a feira naquele momento era frequentada por: feirantes, fregueses, ladrões, marginais mirins, polícia e outros. Analisamos o cotidiano das pessoas que frequentavam a feira nesse capítulo, para no próximo dá ênfase ao cotidiano dos feirantes perseguidos pelos fiscais, como também aquelas que presenciaram esse acontecimento.

No terceiro capítulo analisamos “o rapa” na cidade de Campina Grande, dando ênfase à perseguição dos fiscais da Prefeitura aos feirantes. Buscaremos relatar assim um pouco da administração dos prefeitos Evaldo Cruz e Enivaldo Ribeiro, para saber como estas administrações se portaram diante desta questão. Fiscalizar ou não fiscalizar o ambiente da feira e como cada administração agiu na prática desta fiscalização. Analisaremos também os relatos orais de memórias dos feirantes ambulantes que foram perseguidos pelo “rapa” na feira nesse período.

---

<sup>29</sup> DELGADO, 2006, p.52.

Portanto, o trabalho tem como finalidade entender, mapear e reconstruir as múltiplas sociabilidades no cotidiano da feira. Sendo assim, convidamos o leitor a se aventurar pelos espaços da Feira Central para aprender um pouco do cotidiano dos populares.

## Capítulo I- A formação do espaço da feira em Campina Grande

Nesse capítulo, temos como objetivo fazer uma breve historicização da Feira Central de Campina Grande, mostrando a sua importância para o desenvolvimento econômico da cidade, tendo em vista que a mesma acompanhou toda a história do município, adaptando-se ao meio. Mostraremos também o processo de transferência para as imediações em que se localiza atualmente, explanando os espaços frequentados por populares que a constituem.

Analisar esse processo possibilita ampliar a noção de como foi construído aquele espaço que é utilizado pelos feirantes para realizarem suas práticas de negociação. A nossa análise começa com as primeiras localizações da feira e prossegue até a década de 1970.<sup>30</sup> Para tanto, utilizamos referências bibliográficas que tem a feira como assunto principal, ou partes dedicadas a ela. Buscamos, assim, mostrar a formação do seu espaço; nos próximos capítulos, analisaremos melhor os usos dos espaços da feira pelas pessoas que a frequentavam, assim como as suas práticas cotidianas. Mostraremos, ainda, através de um relato ao leitor, que a feira já tinha sido palco de algumas tensões e conflitos ao longo de sua história.

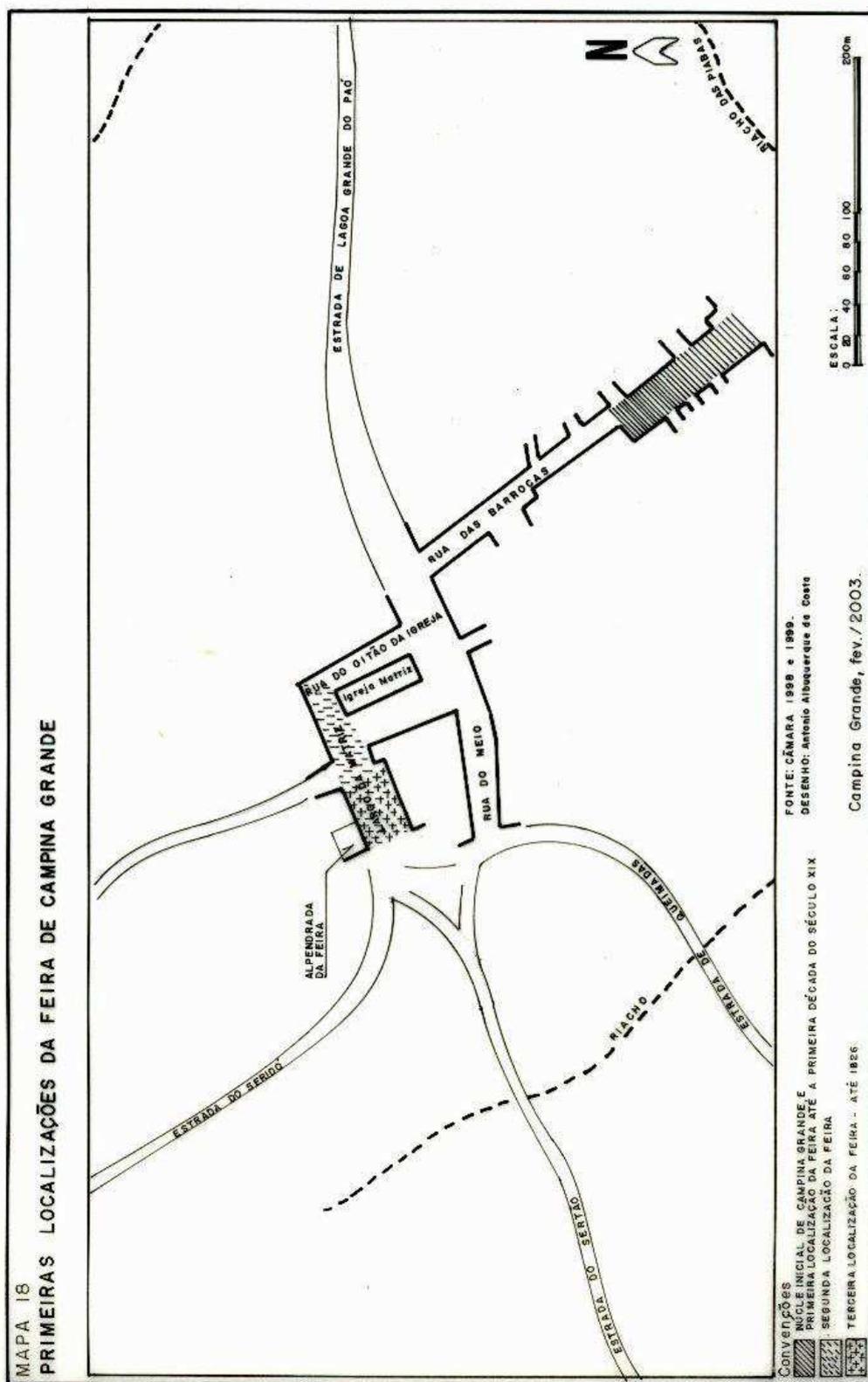
A cidade de Campina Grande surge da atividade comercial no formato da feira, que representa uma das suas bases de suporte, mas atualmente não mais a fundamental, pois a cidade cresceu, criou outras formas de comércio, possibilitando instalações de indústrias. Nos primórdios, a feira teve um importante valor econômico por causa da localização da cidade, que lhe conferiu papel de destaque como centro que atraía cidades de Pernambuco, do Rio Grande do Norte e do Ceará, favorecendo também o comércio com outras cidades vizinhas. A imagem 1, retirada do trabalho de Costa (2003),<sup>31</sup> nos mostra as primeiras localizações da Feira de Campina Grande.

---

<sup>30</sup> Nos outros capítulos, exploraremos melhor o período de 1970-1983. Nos deteremos às múltiplas sociabilidades desenvolvidas pelos populares naquele espaço.

<sup>31</sup> COSTA, Antonio Albuquerque da. **Sucessões e Coexistências do Espaço Campinense na sua Inserção ao Meio Técnico-Científico-Informacional: A feira de Campina Grande na interface desse processo.** Dissertação de mestrado em Geografia, UFPE, Recife, 2003.

**Imagem 1:** As primeiras localizações da feira de Campina Grande



Fonte: Antonio Albuquerque da Costa, 2003.

Localizada na Serra da Borborema, Campina Grande é passagem para quem vai do litoral ao sertão do Estado e isso contribuiu para o desenvolvimento da cidade em meados do século XVII. Situada em terras férteis e úmidas, propícias à cultura da mandioca, do milho e de outros cereais, aos poucos foram sendo construídas as primeiras casas de taipas, dando origem à rua das Barrocas. Por causa da agricultura, o povoado prosperou e passou a ser pouso de boiadeiros e tropeiros vindos do interior. Nesse momento, surge uma pequena feira nas barrocas, desenvolvendo-se assim as primeiras grandes casas de farinhas, tornando-se o centro comercial (de mandioca em sua primeira fase) e tendo sua atividade econômica voltada para os cereais.<sup>32</sup> Segundo Costa (2003):

(...) A produção de farinha e cereais nas cercanias de Campina Grande foi aos poucos transformando o lugar em *localidade central*, centralidade essa que se deve, sobretudo, à feira da Rua das Barrocas e posteriormente a feira de gado do Marinho. Tais mercados periódicos realizavam-se aos sábados e às quintas-feiras, respectivamente.<sup>33</sup>

Com a edificação da igreja, em seu entorno foram surgindo casebres que deram formação ao largo da igreja matriz, primeiro aspecto relevante para se tornar povoado. Nessa primeira fase, o povoado prosperou devido à feira de mandioca e cereais. Em 1769, é criada a freguesia de Nossa Senhora da Conceição. Já em 1790, o povoado é elevado à condição de Vila, passando a se chamar Vila Nova da Rainha (esse nome com o passar do tempo foi mudado, dando lugar ao nome mais antigo, Campina Grande). Com mais de cem casas, a vila cresceu e se tornou um foco de crescimento da Capitania da Paraíba.<sup>34</sup>

No início do século XIX, a feira passou a ter a concorrência de outros centros de cereais, como a feira de Areia na Paraíba, Limoeiro de Pernambuco e Icó no Ceará. O seu comércio ficou estagnado, enquanto o número de casas de farinha e fazendas crescia. Com o aumento da comercialização de gado bovino, a feira passou a ser a mais importante do interior nordestino. Nesse período, as atividades econômicas estavam ligadas à comercialização do gado, caracterizando essa segunda fase de seu

---

<sup>32</sup> Ver em PEREIRA JUNIOR, Francisco. **Feira de Campina Grande, um museu vivo na cultura popular de folclore nordestino**. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

<sup>33</sup> COSTA, 2003, p.22.

<sup>34</sup> Idem.

desenvolvimento. Campina Grande em 1864 foi elevada à categoria de cidade, quando contava com 4 mil habitantes.<sup>35</sup>

Como descreve Costa (2003), Campina Grande estava longe de preencher os requisitos de uma cidade, pois contava com:

Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Igreja do Rosário (construída ente 1831 e 1847, transferida em 1945 para o bairro da Prata). O Açude Velho concluído em 1830 (...). O mercado de Baltazar Luna, construído em 1826, O mercado de Alexandrino Cavalcante, (1864) Cemitério das Boninas (construído em 1814, por motivo do surto de cólera). A casa da cadeia. A casa da Câmara (construída em 1814). Rua das Barrocas (Vila Nova da Rainha); Rua do Oitão da Igreja (Bento Viana); Rua do Seridó (Maciel Pinheiro); Largo da Matriz (Trecho da Floriano Peixoto); Largo do Rosário (Praça da Bandeira); Largo do Mercado Novo (Sete de Setembro). Dois becos no Largo do Rosário e três becos na Rua do Seridó (Rua Simeão Leal, rua Cavalcante Belo e o beco do Castelo, extinto na reforma urbana de Vergniaud Wanderley). Eram as Igrejas que sobressaiam na paisagem urbana (COSTA, 2003, p.26).

A imagem 2 a seguir nós traz essa dimensão através do mapa, vejamos:

---

<sup>35</sup> Idem.



## 1.4 O deslocamento da feira segundo a política local

O local da feira, por exemplo, dependia do Partido que estivesse de cima. Os conservadores mantinham a feira na rua do Seridó, mas, quando os Liberais subiam a feira ia para o Comércio Velho.<sup>36</sup>

A localização das feiras<sup>37</sup> em Campina Grande nas últimas décadas da monarquia servia para demonstrar qual partido político estava no poder. As lutas entre os dois partidos políticos locais faziam parte do cotidiano da cidade, modificando assim a localização da feira. Os partidos estavam divididos em Partido Liberal (famílias antigas, grandes proprietários rurais) e Partido Conservador (comerciantes vindos de fora que se estabeleceram na cidade, “burguesia urbana”).

Quando ocorria na corte a mudança de gabinete, imediatamente em Campina Grande buscava-se fazer a transferência do local da feira. O lugar da sua transferência demonstrava o indicador público do domínio partidário. Se o funcionamento era na Praça Municipal em frente ao mercado de Baltazar Luna,<sup>38</sup> construído em 1826, o Partido que dominava era o Liberal; se era na Rua do Seridó no Mercado Novo de Alexandrino Cavalcante, construído em 1864, era o Partido Conservador que estava no poder.<sup>39</sup>

**Imagem 3:** Mercado de Baltazar Luna (Mercado Velho)



**Fonte:** Cristino Pimentel – Pedacos da História de Campina Grande, 1958.

<sup>36</sup> Jornal da Paraíba, 11/10/1977, p. 4.

<sup>37</sup> A realização da feira não era aos sábado, mas sim aos domingos até o ano de 1839, quando o Bispo de Olinda, D. João Perdigão, em passagem pela Vila pediu a transferência para o sábado (ALMEIDA, 2005).

<sup>38</sup> Baltazar Gomes Pereira Luna, emigrante europeu, era casado com a filha de importante chefe político do partido liberal, o capitão-mor José Nunes Viana. (CÂMARA, 1999, p.33)

<sup>39</sup> Ver em GURJÃO, Eliete de Queiroz (org.). **Imagens multifacetadas da história de Campina Grande**. Campina Grande: SESC, 2000.

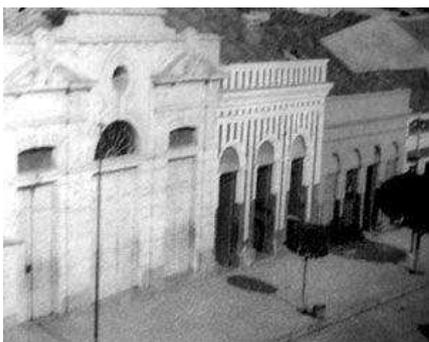
A mudança da feira não era um ato simples: se realizava por projeto de lei a ser aprovada pela Assembléia Provincial e sancionada pelo presidente da Província. A feira era deslocada muitas vezes contra a vontade da população. A primeira Lei foi a de número 62, de 18 de julho de 1862, sancionada pelo Presidente Francisco de Araújo Lima. Dizia o artigo<sup>1º</sup> que

As feiras da Vila de Campina Grande e povoações de seu Termo se farão no dia de sábado de cada semana nos lugares seguintes: a da Vilar no lugar em frente à casa de Baltazar Gomes Pereira Luna (...). Os que se reunirem, ou induzirem o povo a se reunir em lugar e dia diferentes, sofrerão a multa de trinta mil réis e cinco dias de prisão.<sup>40</sup>

Com a construção do novo mercado em 1864, Alexandrino Cavalcante, apoiado pelos comerciantes locais, conseguiu transferir a feira para a rua do Seridó<sup>41</sup>, uma localização estratégica, pois tinha mais espaço para as mercearias e cafés do que no mercado de Baltazar. A partir desse momento, a localização da feira passou a ser uma questão de disputa de poder, que se estabelecia através da política partidária local. Segundo Costa (2003):

Essa disputa pela localização da feira, bem mais que uma demonstração de caprichos do poder político, comprovava a importância econômica desse objeto para a vida de Campina Grande, constituindo-se no acontecimento semanal mais importante, que aos sábados conferia centralidade à localidade.<sup>42</sup>

**Imagem 4:** Mercado Novo 1925



**Imagem 5:** Mercado Novo 1928



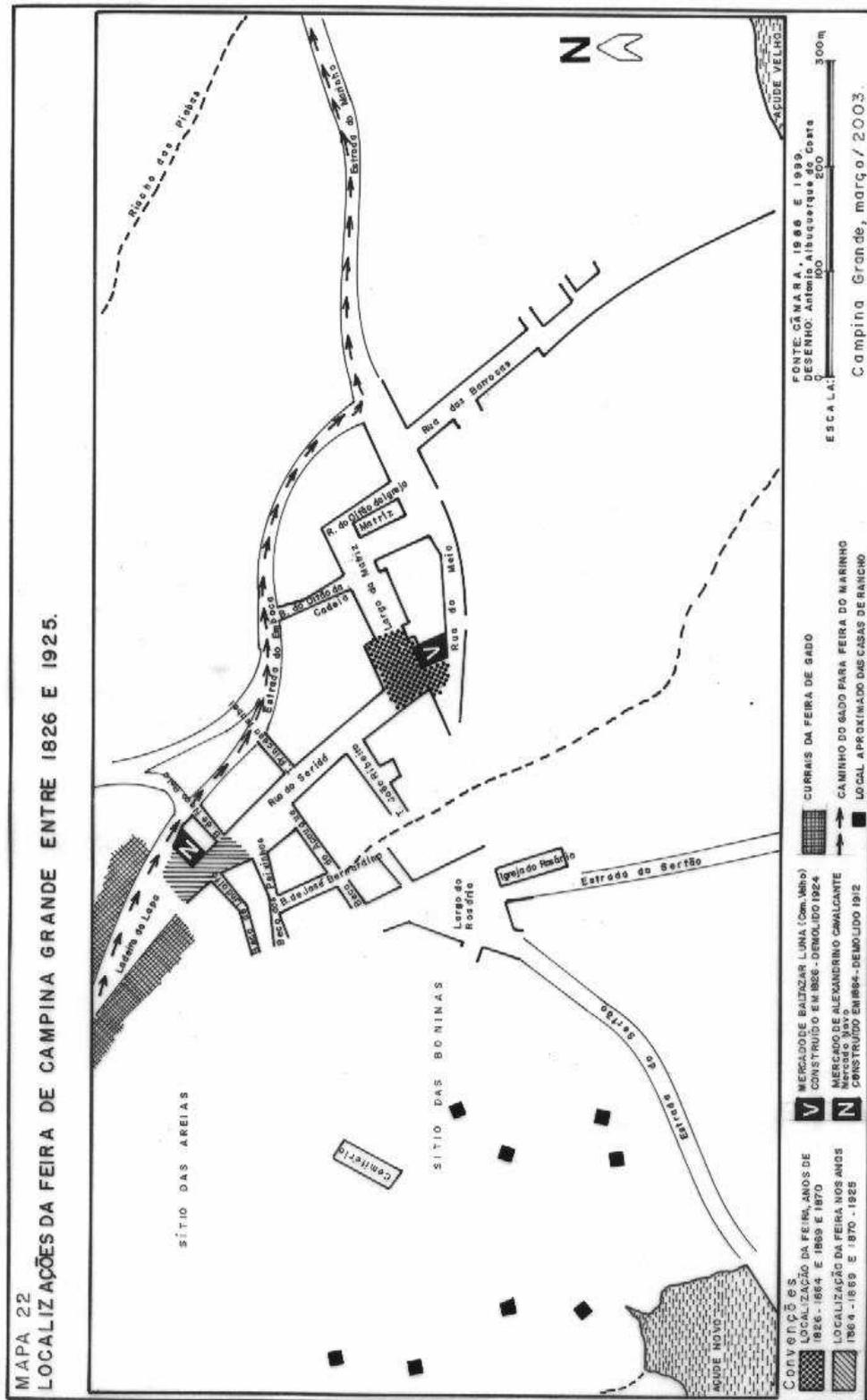
**Fonte** (Imagens- 4 e 5): <http://cgretalhos.blogspot.com/search>. Acessado em 09 de ago. 2011.

<sup>40</sup> ALMEIDA, 2005, p. 270.

<sup>41</sup> Atual Rua Maciel Pinheiro.

<sup>42</sup> COSTA, 2003, p. 104.

Imagem 6: A localização da feira entre 1826 e 1925



Fonte: Antonio Albuquerque da Costa, 2003.

Baltazar Luna não ficou satisfeito com a transferência da feira para o mercado novo. Em 1869, a feira retornou para frente do mercado velho, o que significava que o Partido Liberal estava no poder. Em 1884, os conservadores sobem ao poder, liderado por Alexandrino Cavalcante, a feira volta a localizar-se em frente ao mercado novo.

A limpeza do local onde se realizava a feira, não era obrigação do Poder Municipal, mas dos feirantes, previsto no artigo 2º da Lei número 62:

Os proprietários das casas mencionadas no artigo (...) deverão varrer as testadas das mesmas em toda a compreensão da feira, antes e depois dela concluída. Os infratores pagarão a multa de dois mil réis.<sup>43</sup>

As exigências municipais em relação ao silêncio e ao comedimento das palavras no ambiente da feira eram rigorosas. Nada de gritarias e emprego de palavras obscenas: o artigo 6º prescrevia 48 horas de prisão para o transgressor.

De acordo com a facção dominante, com os vários deslocamentos da feira pela cidade, um episódio, dentre vários ocorridos, merece destaque: diz respeito ao abaixo-assinado, com grande número de assinaturas, enviado à Câmara Municipal, pedindo a transferência da feira para a Praça da Independência<sup>44</sup>, a qual oferecia maiores vantagens públicas do que a Praça Municipal, que tinha um terreno enladeirado e irregular. A Câmara tomou conhecimento do abaixo assinado e concedeu a transferência para a Praça da Independência. Essa transferência mostrava a insatisfação da população com a localização da feira na Praça Municipal, que estava sob o controle dos liberais, e a necessidade de se transferir para um lugar mais conveniente, que seria nesse momento, relatado no abaixo-assinado, a Praça da Independência, pois tinha um terreno plano, com largo espaço para o estabelecimento da feira.

Em 23 de novembro de 1891, quando Floriano Peixoto assume a presidência da República, o partido liberal entra em cena chefiado, a nível local, pelo coronel João Lourenço Porto, que em 2 de janeiro de 1892 invadiu a cidade para depor o coronel Cristiano Lauritzen<sup>45</sup>, como relata Câmara (1998):

O coronel João Lourenço Porto, o seu cunhado tenente-coronel José André Pereira de Albuquerque, o major Carlos de Brito Lira e mais trinta pessoas armadas entraram na cidade e tentaram depor o Conselho de Intendência

---

<sup>43</sup> ALMEIDA, 2005, p. 271.

<sup>44</sup> Ficava localizada na Rua Maciel Pinheiro.

<sup>45</sup> Chefe do partido Conservador, juntamente com o Coronel Alexandrino Cavalcante.

ainda presidido pelo coronel Cristiano. Pretendiam também mudar a feira para a frente do Mercado Velho; Cristiano, numa altivez temerária, recusou entregar-lhes o poder; mostrar-lhes os livros da Intendência e mudar a feira. Houve distúrbios entre capangas de uma e da outra correntes políticas. O movimento fracassou.<sup>46</sup>

Todo esse conflito não adiantou nada, pois a feira permaneceu no Mercado Novo, de onde só saiu em 1941 para o seu lugar atual. A feira no decorrer da sua história foi palco de disputas como o Ronco da Abelha, a Revolta de Quebra-Quilos, em 1874, e o Rasga-vale, em 1895.

O Ronco da Abelha (1851-1852) foi movimento que aconteceu nas províncias da Paraíba (levantaram-se as vilas de Ingá, Campina Grande, Fagundes, Areia, Alagoa Nova, Alagoa Grande e Guarabira), Pernambuco, Alagoas, Ceará e Sergipe, sendo mais intenso nas duas primeiras. Teve a participação de homens e mulheres contra o decreto de 1851, que instituía o Censo Geral do Império e o Registro Civil de Nascimento e Óbito. Teve como palco de manifestações populares a feira, ambiente onde os populares comentavam o descontentamento com relação ao decreto.

A revolta estava no fato de que o censo previa a regularização do registro civil. A tradição no período era de que os nascimentos, casamentos e óbitos fossem registrados nos livros eclesiásticos, em volumes distintos, conforme a condição escrava ou livre do indivíduo. Já novo sistema conforme Oliveira (2005):

(...) o juiz de paz seria o responsável pelos registros e não haveria mais a separação pelos livros entre escravos e livres. Em época de crise de mão-de-obra, de fim do tráfico de escravos, ser registrado como negro era visto como altamente arriscado<sup>47</sup>. E o interesse está em perceber que no calor dos acontecimentos, ou seja, em seguida à aprovação da lei proibindo o tráfico, a população já previa o deslocamento de mão-de-obra interprovincial, e corriam então boatos de que ‘o sul quer[ia] escravizar os filhos do norte.’<sup>48</sup>

Essas questões motivaram o descontentamento e a desconfiança com relação à lei. Sendo assim, populares invadiram as igrejas, rasgaram os editais afixados, intimidavam os juízes de paz e as autoridades policiais para não executar o decreto, pois os homens pobres e livres tinham medo de se transformarem em escravos.

<sup>46</sup> CÂMARA; 1998; p. 65-66.

<sup>47</sup> Segundo a autora, essa questão da cor vai estar relacionada ao fato de a liberdade ser atribuída especificamente aos brancos e a escravidão aos negros.

<sup>48</sup> OLIVEIRA, 2005, p. 121-122.

Já Quebra-Quilos (1874-1875) foi uma revolta popular que teve a participação de pequenos comerciantes, agricultores, feirantes, moradores, agregados, vaqueiros, rendeiros, artesãos, desocupados e de escravos que, com o passar do tempo, também aderiram ao movimento. O movimento visava combater o Novo Sistema métrico-decimal e o aumento dos impostos promulgado pelo governo monárquico na década de setenta do século XIX. As pessoas se opuseram ao Novo Sistema e dessa recusa, portanto, é que saiu o nome Quebra-Quilos. A revolta em questão atingiu quatro províncias: Paraíba (Parahyba do Norte), Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Norte.<sup>49</sup>

Antes de acontecer essa revolta, o clima de descontentamento parecia estar no ar, pois em 1871 notícias envolvendo conflitos entre populares e autoridades nas feiras eram notificadas. Diante disto, a revolta foi ocasionada devido a uma série de insatisfações populares. Um dos motivos mais fortes para eclosão do Quebra-Quilos foi a cobrança de impostos realizada pelos arrematadores aos mais pobres, tarefa que começou a ser difícil de se realizar pelo fato dos populares ameaçarem os arrematadores e recusarem a pagar o tributo, principalmente na feira.<sup>50</sup>

Em um sábado, dia 31 de outubro de 1874, a insatisfação tomou conta da Feira de Fagundes. O arrematante Francisco Antonio de Sales foi impedido de realizar as cobranças e ameaçado por manifestantes armados de facas e cacetes que, em seguida, rasgaram uma lista com o nome dos devedores de impostos.<sup>51</sup>

Em virtude dos acontecimentos em Fagundes, as autoridades de Campina Grande procuraram adotar medidas preventivas, reforçando a segurança em alguns lugares públicos, como o Mercado Novo, porém foi em vão. Diante de tais medidas adotadas, os populares se revoltaram: quebraram os pesos e medidas do Novo Sistema e queimaram documentos da Câmara Municipal.<sup>52</sup>

Essa revolta nos mostra que a cobrança de impostos na feira gerava descontentamento, sobretudo da população mais pobre, que via na feira um espaço para

---

<sup>49</sup> Ver em LIMA, Luciano Mendonça de. **Derramando susto: os escravos e o Quebra Quilos em Campina Grande**. Campina Grande, EDUFCEG, 2006.

<sup>50</sup> Idem.

<sup>51</sup> Idem.

<sup>52</sup> Idem.

ganhar seu sustento. Para esse público, a cobrança representava uma diminuição nos seus ganhos e era injusta, pois, segundo frase proferida pelos manifestantes em meio à invasão a feira e a quebra dos pesos e medidas, o “chão era do povo e que por ele não deveria pagar impostos”<sup>53</sup>. Os populares, que bradavam “Abaixo o imposto”<sup>54</sup>, partiam do pressuposto que o chão era um bem comum, compartilhado por todos e, nesse sentido, não deveria se pagar imposto. A postura de resistência deles era uma forma de lutar pela sobrevivência.

Já o Rasga-Vale ocorreu em 1895, embora de cunho explicitamente político<sup>55</sup>, atingiu os feirantes alheios a tais disputas partidários. Os vales eram documentos impressos e assinados pelos comerciantes que circulavam nos dias de feira, com a intenção de facilitar as transações comerciais que eram dificultadas pela escassez de moeda em pequeno valor. De acordo com Almeida (1979),

A 3 de agosto de 1895, o promotor público da comarca bacharel José da Costa Agra, apresentou-se inopinadamente na feira da cidade, acompanhado de praças de polícia, e entrou a apoderar-se violentamente de vales emitidos por diversos negociantes do lugar, e que se achavam em circulação entre os feirantes.

Após o primeiro momento de surpresa, os populares, notando que os soldados embolsavam os vales apreendidos, em vez de inutilizá-los, entenderam de resistir a tão vergonhosa, a tão escandaloso abuso de autoridade e de força. Travou-se então renhida luta.<sup>56</sup>

Os populares observando a postura dos soldados entraram em conflito com as autoridades. No final do tumulto estava estendido no chão, morto, um soldado da polícia. Esse fato ocorreu porque o código brasileiro naquele ano proibiu a emissão dos vales. Os emitentes foram processados e posteriormente inocentados.

Esses três movimentos nos servem para mostrar que em determinadas situações os feirantes não aceitavam algumas imposições, o que gerava descontentamento e, conseqüentemente, conflito entre populares, feirantes e autoridades.

---

<sup>53</sup> LIMA, 2006, p. 47.

<sup>54</sup> LIMA, 2006, p. 52.

<sup>55</sup> Elpídio de Almeida no seu livro “História de Campina Grande” analisa o conflito do Rasga-Vale através de um viés político.

<sup>56</sup> ALMEIDA, 1979, p.258.

No próximo item, observaremos o processo de urbanização no centro da cidade, que transferiu a feira para o local em que se encontra atualmente.

## **1.2 Processo de urbanização e modernização na Feira**

O mapa a seguir, de Costa (2003), mostra a localização da feira de Campina Grande entre 1925 e 1941, período no qual a cidade passa por uma reforma urbana. A feira foi deslocada para o seu local atual, sendo inserida dentro desse processo de urbanização, o qual iremos abordar nesse item.



Desde a segunda metade do século XIX, algumas capitais e cidades brasileiras vinham experimentando mudanças estéticas e higiênico/sanitárias, especialmente suas ruas e áreas centrais. Essas experiências inspiravam-se na medicina social e foram articuladas em torno do ideário de civilização e progresso comum em países como França e Inglaterra; no século XX, seriam incorporados projetos de urbanização de cidades norte-americanas.<sup>57</sup>

No século XIX, as mudanças ocorridas nas cidades brasileiras eram causadas pelos discursos e questões levantadas na sociedade por higienistas e sanitaristas, que associavam problemas de saúde às constantes epidemias e às precárias moradias que favoreciam a proliferação de doenças. Para acabar com esses problemas, foram elaborados projetos e plantas que visavam à organização da cidade (inspirada na Europa), principalmente nas ruas centrais. Isso aconteceu em algumas cidades e capitais, como Recife, Fortaleza, São Paulo, Rio de Janeiro e outras, cada um à sua maneira. Surgiu, assim, a necessidade de transformar as cidades higienizadas e aprazíveis para seus moradores, investidores e visitantes.<sup>58</sup>

Campina Grande passou pelas transformações do processo de modernização e urbanização que modificariam os costumes e valores da sociedade para se adequarem aos novos códigos sociais que se instauravam, sendo necessário o deslocamento de alguns espaços da cidade, como o cemitério, o matadouro, o meretrício, a feira de gado e a feira de cereais. Nesse período, com o desenvolvimento da pecuária, começaram a ser realizadas duas feiras, uma de gado na quinta-feira e outra, no sábado, de gêneros alimentícios.

Os boiadeiros vindos do sertão, ao chegar a cidade ofereciam um espetáculo à população. Entravam na cidade comandando suas boiadas, exibindo suas roupas e apetrechos, enchendo os olhos e a imaginação dos moradores que se aproximavam dos mesmos nas feiras, para ouvir suas histórias e notícias. Estes chegavam à cidade cansados das noites mal dormidas debaixo das árvores, com pouca provisão de água e alimentos.<sup>59</sup>

---

<sup>57</sup> SOUSA, 2003, p. 62.

<sup>58</sup> Ver em SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos de. **Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste**. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v.23, n. 46,2003.

<sup>59</sup> NASCIMENTO, 1997A, p. 20.

Depois que os boiadeiros vendiam os animais, procuravam um local na cidade para descansar e alimentar-se. Uma das comidas preferidas a qual podemos destacar era o pirão de carne, feito com farinha de mandioca.<sup>60</sup>

Segundo Nascimento (1997A), o costume de desfilar pelas ruas centrais com as boiadas passou a interferir na organização do espaço urbano, surgindo, assim, a necessidade de abrir um novo caminho para as boiadas. Conforme Euripedes Oliveira:

(...) Eu tomei parte, acompanhei o desenvolvimento de Campina Grande, o surgimento de Campina de hoje: por exemplo, eu abri um caminho, em 1920, por fora da cidade, e hoje esse caminho se chama Avenida Getulio Vargas. Outro em 1924, o prefeito (...) me pediu para abrir um caminho fora da cidade para desviar as boiadas que vinham do Curimataú, que então entravam pela rua da feira, a passagem central da cidade; eu abri a rua que hoje constitui a Tavares Cavalcanti (...). Isso mostra como Campina Grande era pequena, duas das ruas mais importantes hoje, eram caminhos fora da cidade (...).<sup>61</sup>

O poder público buscava, com o afastamento das boiadas, higienizar as principais vias de acesso da cidade, visto que as boiadas quando passavam deixavam as ruas sujas e causando mal-estar aos moradores, o que não combinava com os padrões de higiene que se buscava naquele momento. A higienização nas ruas, conforme Nascimento (1997A), pode ser percebida como uma das formas usadas para disciplinar e organizar o espaço urbano.

Com a transferência da feira de gado para a periferia da cidade, a feira de produtos alimentícios era realizada nas quartas-feiras e aos sábados, ocupando as principais ruas centrais da cidade: Maciel Pinheiro<sup>62</sup>, Venâncio Neiva, Princesa Isabel, Monsenhor Sales e Praça Eptácio Pessoa. Nesses espaços, os feirantes se organizavam em pequenas feiras para comercializar frutas, verduras, peixe, carne, calçados, doces, queijos e outras mercadorias.<sup>63</sup> Sousa afirma:

(...) Nas décadas de 20 e 30, a feira de Campina Grande estendia-se por entre as ruas e becos centrais. A Rua Grande, ou Maciel Pinheiro, onde se situava o

---

<sup>60</sup> Ver em NASCIMENTO, Regina Coelli Gomes. **Disciplina e Espaços: construindo a modernidade em Campina Grande no início do século XX**. Dissertação de Mestrado em História. UFPE, 1997 Programa de pós Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

<sup>61</sup> APUD Nascimento, 1997A.

<sup>62</sup> Conhecida também por Rua Grande, Rua da Feira e Rua da Gameleira.

<sup>63</sup> Ver em NASCIMENTO, Regina Coelli Gomes. **Disciplina e Espaços: construindo a modernidade em Campina Grande no início do século XX**. Dissertação de Mestrado em História. UFPE, 1997 Programa de pós Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

mercado, polarizava os toldos e barracas armadas. Pelos becos e ruas adjacentes espalhavam-se feiras diversas como as de frutas, fumo, tecidos, carne etc. Cada rua, beco ou casa comercial de destaque era associado ao tipo de produto que ali predominasse. Era a feira de fumo, no Beco da Paulista, a feira de frutas, no Beco 31, e assim por diante.<sup>64</sup>

A feira havia crescido muito e as reclamações sobre os incômodos começaram a aparecer na imprensa, por causa das sujeiras nas ruas centrais, bêbados, brigas, roubos, disputas entre carros e caminhões para estacionar etc. Surgiu então a necessidade de transferência da feira para um lugar mais adequado.

Nesse período já se observava cobrança de impostos na feira por parte do município, dificultando a atividade dos comerciantes pobres, que plantavam pequenas roças e se dirigiam a feira para negociar seus produtos, conhecidos como “matutos de pés no chão”, obtivessem melhores lucros.<sup>65</sup> Segundo o Diário do Estado:

Em toda parte os humildes vendedores de macaxeira e inhame, pagam apenas pequeníssimas contribuições municipais. Em Campina, além do imposto do chão, sem abrigo da chuva e do sol, pela falta de um mercado, tem os pobres diabos de pagar uma licença de 50 \$, sobre a pena de cair nas vias do Prefeito e padecer as conseqüências de um facão da polícia em ação.<sup>66</sup>

Observamos nessa nota de jornal a questão do Estado controlar e disciplinar as relações comerciais através da cobrança do imposto. A polícia tem como finalidade fiscalizar, disciplinar, vigiar e estabelecer a ordem. Nessa mesma nota percebe-se também a questão da falta de um mercado público para os feirantes negociarem seus produtos melhores.

(...) dever-se-ia disciplinar ou mesmo coibir rigorosamente, as práticas de negociantes e consumidores, seguindo as novas reivindicações estabelecidas pelo higienismo profilático. Odores pútridos de frutas e seus restos: de abacaxis, cascas de bananas e mangas, bagaços de laranjas, seguiam o habitual costume de experimentar o produto (geralmente oferecido pelo vendedor) e jogar as sobras no chão, tornava-se insuportáveis comprar confecções e tecidos próximos ao cheiro forte dos peixes e das vísceras que eram jogadas aos cachorros e gatos que infestavam os arredores.<sup>67</sup>

As práticas feirantes passaram a incomodar a elite (comercial e política) urbana, atrapalhando assim o progresso e o desenvolvimento moderno da cidade, sendo

---

<sup>64</sup> SOUSA, 2006, p. 92.

<sup>65</sup> Idem.

<sup>66</sup> Diário do Estado, 04 de fevereiro de 1919.

<sup>67</sup> SILVA, 2005, p.65.

incompatível com os novos códigos de conduta, morais e higiênicos, que se instauravam no anseio e nos discursos da elite local. Nos dias de chuvas, a situação piorava, conforme afirmou Silva:

Nos dias chuvosos, a situação dos espaços da feira tornava-se insuportável às práticas comerciais, posto que os sujeitos disputassem os percursos, com burros, galinhas, porcos e cabras destinadas ao abate ou simples negociação, junto à lama que se formava somada as cascas de frutas e fezes de animais, o que tornava os ares putrefatos, repugnantes aos olfatos e aos olhos refinados da sociedade que erigia.<sup>68</sup>

Com o desenvolvimento urbano e comercial, a cidade não comportava mais uma feira em pleno centro da cidade, visto que a maneira de comercializar os produtos se constituía em problema para a administração local e para a saúde pública, que eram constantemente denunciadas nos jornais.

O prefeito Vergniaud Wanderley, em sua administração, organizou esse processo de urbanização na cidade, levando em consideração as suas especificidades. Teve dois mandatos: o primeiro de 1935 a 1937 e o segundo de 1940 a 1945. Filho de uma família tradicional proprietária de terra, nasceu em Campina Grande e estudou no Lyceu Paraibano. Formou-se no curso de Direito no Recife, em 1929. Depois de formado, começou a trabalhar no Ministério Público como promotor no Rio de Janeiro e nas cidades de Blumenau, Brusque e Itajaí foi juiz de direito. Entre 1930 e 1935 foi convidado, pelo governador e amigo Argemiro de Figueiredo, a fazer parte do seu governo. Nas eleições de 1935, foi indicado candidato a prefeito de Campina Grande, venceu as eleições, empossado em outubro do mesmo ano. Considerado o grande idealizador das reformas urbanas na cidade, no seu primeiro ano de mandato fez:

A instalação de telefones automáticos, a reforma e ajardinamento da Praça Coronel Antônio Pessoa, o calçamento rejuntado a concreto de inúmeras ruas, a terraplenagem de outras tantas, algumas indenizações de casas para alinhamento e abertura de ruas e avenidas, e o início da construção do Grande Hotel.<sup>69</sup>

Verifica-se que esse ano foi bastante movimentado e cheio de construções e projetos. O prefeito tinha como objetivo substituir os casebres inestéticos localizados nas ruas centrais por prédios modernos, numa situação de tensão, conflito e

---

<sup>68</sup> SILVA, 2005, p.65.

<sup>69</sup> SOUSA, 2003, p.69.

contradições, pois atingiam a vida de todos os habitantes da cidade, sendo as suas principais vítimas populações pobres e marginalizadas, contudo estas não eram as únicas. Alguns casarões de famílias tradicionais da cidade, armazéns e prédios de grandes comerciantes foram retirados do centro, gerando atrito, inimizades pessoais e oposição política.

A intervenção desse ‘urbanizador’ no espaço da cidade foi violenta e autoritária: não foi dado aos habitantes da cidade a chance de um parecer, ao contrário, mesmo contra a vontade de muitos que se viram lesados na própria inviolabilidade burguesa do patrimônio privado, o prefeito, arbitrariamente, seqüestrou traços da cultura (...) e interferiu ditatoriamente no cotidiano de centenas de habitantes.<sup>70</sup>

Vergniaud observou a necessidade de eliminar a arquitetura antiga da cidade, para construir uma paisagem urbana que tivesse a presença da uniformidade e das linhas retas para embelezar as ruas centrais, tomando como estética as ideias modernistas. O Jornal A União escreve em justificativa a reforma: “A cidade, entretanto, cresceu sem plano urbanístico, ao sabor dos interesses particulares de cada momento, dando margem a dificuldades extremamente sérias e onerosas”.<sup>71</sup>

**Imagem 8:** Construção do Grande Hotel (1940-1942)    **Imagem 9:** Prédio da Administração da PMCG



**Fonte:** Museu Histórico de Campina Grande.



**Fonte:** Museu Histórico de Campina Grande.

Em sua administração, Vergniaud fez uma obra que marcou a sua passagem pela Prefeitura: a construção do Grande Hotel (imagens 8 e 9 do Museu Histórico de Campina Grande), situado no cruzamento de duas ruas centrais da cidade, a Maciel

<sup>70</sup> VERAS, 1988, p.12.

<sup>71</sup> Jornal A União, 03/02/1942.

Pinheiro e a Floriano Peixoto. No início do século XX, a construção de um grande hotel era considerada um atestado de progresso para o lugar, o hotel funcionava como um cartão de visitas e portão de entrada principal da cidade. Ao longo da sua administração, o prefeito demoliu velharias, rasgou ruas, realizou várias obras, levantou o prédio da prefeitura, iniciou a retificação do açude velho e concluiu o novo mercado, que tinha começado a ser construído na administração do Prefeito Bento Figueiredo.<sup>72</sup>

Desde o tempo do Império, como já foi mencionado, o deslocamento de feira foi motivo de desavenças entre o partido liberal e o conservador. Em 1939<sup>73</sup>, o Prefeito Bento de Figueiredo<sup>74</sup> decidiu construir um grande mercado público (por falta de tempo, não conseguiu terminar no seu mandato) no bairro das Piabas, com a finalidade de transferir a feira para lá, isso gerou um conflito entre o prefeito e os comerciantes.

(...) Seu Belinho fez finca pé, continuando na construção do mesmo (mercado público). Entre outros argumentos, para que não se mudasse a feira, os comerciantes diziam que as mulheres casadas não podiam se misturar com as prostitutas, pois o mercado estava sendo construído nas proximidades dos prostibulos.<sup>75</sup>

A mudança da feira sempre gerou brigas e intrigas. Com a construção de um moderno mercado no bairro das piabas, idealizado pelo prefeito Bento de Figueiredo, conhecido também como seu Belinho, o mercado obedeceria aos padrões de higiene e saneamento modernos da época. O projeto foi feito por uma empresa do sul e teve como engenheiro Lourival Andrade.<sup>76</sup>

Se por um lado os comerciantes não queriam se mudar para outro local, já a elite letrada almejava isso, pois as práticas dos feirantes tornaram-se um estorvo sob o olhar da elite. Para essa parcela da população, os feirantes tinham de ser deslocados dos

<sup>72</sup> Ver em SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos de. **Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste**. in: Revista Brasileira de História. São Paulo, v.23,n 46,2003.

<sup>73</sup> A construção desse mercado do bairro das Piabas havia sido iniciada em 1939 pelo prefeito Bento Figueiredo, no local onde estava situada a feira de Gado. Para isso, os currais de alvenaria foram demolidos e construídos outros currais de madeiras um pouco mais distante: no Bairro de José Pinheiro, que estava em formação e para onde a feira de gado em 1939 foi transferida (CÂMARA, 1998, p. 130).

<sup>74</sup> Ficou na administração da Prefeitura de 1938 a 1940.

<sup>75</sup> “Guaribus e Resgados brigaram muito por causa da feira”. in: Jornal da Paraíba, 09/07/ 1972, p.2.

<sup>76</sup> Professor de matemática do colégio Pio XI.

olhares e olfatos exigentes dessa parcela da sociedade. Por conseguinte, isso emperrava o desenvolvimento moderno da cidade.

**Imagem 10:** Atual Rua Venâncio Neiva (Feira) e Curtume Rosbach



**Fonte:** Museu Histórico de Campina Grande.

**Imagem 11:** Mercado Público Municipal (à esquerda) e Feira Livre - Rua Maciel Pinheiro (1928)



**Fonte:** Museu Histórico de Campina Grande.

As imagens 10 e 11, do acervo do Museu Histórico de Campina Grande, mostram a feira e como alguns feirantes se organizavam para comercializar nestas ruas. Na rua Venâncio Neiva percebemos que os feirantes se espalhavam com suas mercadorias, frutas em balaios, cestos e algumas no chão, poucas barracas. Diferente da rua Maciel Pinheiro, que concentrava mais barracas, e as frutas eram também vendidas

em cestos, balaios e espalhadas pelo chão. A forma como eles organizavam os seus produtos vai chamar a atenção da elite, que solicitou o deslocamento desse tipo de comércio.

Os comerciantes da Rua Grande (atual Maciel Pinheiro) <sup>77</sup> e Venâncio Neiva, onde se localizava a feira nesse momento, não gostaram da proposta de mudança para um lugar longe, pois iria prejudicar o comércio. Segundo eles

(...) O Prefeito Belinho queria o progresso da cidade e os comerciantes queriam o lucro certo. A luta começou e seu Belinho não parava de trabalhar. Da sua administração a Praça Clementino Procópio e o Matadouro Municipal”. <sup>78</sup>

Através da União dos Comerciantes Retalhistas, órgão que representava os comerciantes, foi redigido um memorial com 78 assinaturas ao prefeito Bento de Figueiredo, comentando a insatisfação da transferência da feira. Argumentava-se também que a feira não poderia ficar perto das prostitutas: “Onde já se viu mulher casada se misturar com biraia?” <sup>79</sup>. Argumento de cunho moral que desrespeitava e ofendia às mulheres casadas que trabalhavam e frequentavam a feira para fazer compras. Não adiantaram de nada os argumentos, pois Figueiredo continuou a construção. Quando faltava à cobertura do pavilhão, ele deixou a Prefeitura. “E os comerciantes gulosos de lucros e moralistas por fora. Mudaram-se para lá, bem no meio das prostitutas...” <sup>80</sup>

Em 1941, Vergniaund Wanderley volta a ser o prefeito da cidade. Nesse mesmo ano, a feira foi transferida para as imediações do Mercado, no dia 30 de agosto, ainda em construção no bairro das Piabas ou bairro dos Currais <sup>81</sup>. Para o setor leste, devido ao re-ordenamento espacial urbano iniciado por aquele prefeito, visava também medidas de saneamento, higienização dos espaços públicos e o combate à prostituição e à

<sup>77</sup> Localizavam-se algumas famílias tradicionais e casarões antigos, território das grandes festas, do comércio e da organização da feira. Essa rua passou pelo processo de urbanização, deslocando e destruindo tudo que se assemelhasse com o antigo e atrasado, afastando assim a moradia dos ricos e dos populares, abrindo espaço para o novo e moderno.

<sup>78</sup> “Guaribus e Resgados brigaram muito por causa da feira”. In: Jornal da Paraíba, 09/07/ 1972, p.2.

<sup>79</sup> Idem.

<sup>80</sup> Idem.

<sup>81</sup> Segundo Costa (2003), o Bairro das Piabas foi depois incorporado ao Centro da cidade, tendo desaparecido inclusive da memória popular, hoje a área é conhecida como Feira Central, inclusive pelos comerciantes que têm suas lojas instaladas no local.

mendicância, pré-requisito fundamental exigido pela mentalidade modernista e burguesa que se construía.<sup>82</sup>

A prostituição também se encontrava numa rua central, a Rua 4 de Outubro (Atual Major Juvino do Ó), conhecida como a rua do “Rói Couro”. As denúncias publicadas nos jornais da época sobre a questão da moral e dos bons costumes estavam em jogo. Para os letrados, com o crescimento e a modernização, não poderia existir em pleno centro da cidade uma “zona de meretrício”. Com a reforma, a “zona” foi sendo transferida aos poucos para as proximidades da Feira Central, perto da região dos Currais, onde funcionava a feira de gado da cidade. O local para onde se dirigiram as prostitutas foi chamado de Manchúria.<sup>83</sup> Como afirma Souza:

(...) proximidades da Feira Central, para o bairro da Manchúria, mais especificamente para a quadra compreendida entre as ruas Marcílio Dias, Cristóvão Colombo, Quebra-Quilos, Manoel Pereira de Araújo e as intermediárias 12 de Outubro (atual Carlos Agra) e Pedro Álvares Cabral. Logo a Manoel Pereira de Araújo, que congregava os melhores “cabarés da cidade”, ficou conhecida como “Rua Boa”.<sup>84</sup>

O maior movimento da zona acontecia justamente nos dias de feira, ou seja, nas quartas e sábados, quando chegavam à cidade feirantes de toda região para comercializarem seus produtos de dia e freqüentar os cabarés à noite. A movimentação nos cafés, bares, pensões e restaurantes aumentava.<sup>85</sup>

Em 1937 foi construído o “Cassino El dourado” localizado na Rua 5 de Agosto (atual Rua Manuel Pereira de Araújo), conhecida antigamente como “Rua Boa”<sup>86</sup>. O ponto de encontro dos grandes comerciantes de algodão e da elite campinense. Deleitavam-se ao som de uma boa música, de grandes rodas de jogo, bebidas, mulheres, apresentações de artistas que tocavam o tango, o samba, a rumba e, entre outros ritmos, o jazz de influência americana.

---

<sup>82</sup> Ver em SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. **Cartografias e Imagens da Cidade: Campina Grande 1920-1945. In: Territórios de confronto**; Campina Grande: EDUFCEG, 2006.

<sup>83</sup> O termo Manchúria, que faz alusão ao território chinês, passou a designar o bairro onde se localizou o meretrício campinense, no entanto no linguajar popular o termo foi convertido para Manichula e passou a ser sinônimo de baixo meretrício na cultura local.

<sup>84</sup> SOUZA, 2006, p.323.

<sup>85</sup> Ver em NASCIMENTO, Uelba Alexandre. **O Doce Veneno da Noite: Prostituição e Cotidiano em Campina Grande (1930-1950)**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. UFCG, 2007.

<sup>86</sup> No capítulo dois explanaremos melhor a prostituição nessa localidade no período de 1970-1983.

Enfim, dia de feira era um dia especial, não só para elas como para os homens também, pois lá eles encontravam uma boa conversa, uma boa bebida, podiam escutar os boêmios cantarem nostálgicas canções dos mais populares cantores brasileiros, especialmente os “Reis” da Radio Nacional, como Francisco Alves, Carlos Galhardo, Orlando Silva e Silvio Caldas (...), grandes tangos, sambas e boleros que fizeram sucesso entre as décadas de 1930 e 1940, além de poder dançar com lindas garotas e, quem sabe, levá-las para cama.<sup>87</sup>

A feira não era somente um espaço para realizar as vendas e compras de mercadorias, mas um lugar propício à diversão, jogatina, bebedeiras, visitas a pensões e meretrícios que ofereciam sexo e prazer. No próximo item abordaremos os espaços e as mercadorias encontradas no Mercado Central.

### **1.3 Feira Central: Diversidade dos seus espaços e produtos**

De tudo existe, na parte dos artesanatos, estão as peças como cestas de vime e palha, peneiras, esteiras, quengo (colher de pau), rapa-cocô, ratoeiras, candeeiros, lamparinas, pavios tapetes de cordas, utensílios e bonecos de barro confeccionados com produtos da região. O couro também tem o seu destaque ali, se encontram selas, arreios, cintos, calçados, sacolas etc. Tudo é bem repartido, a fruta é encontrada em determinado setor, as carnes em outros e até nisto há divisão lugar de peixe é na feira de peixe.<sup>88</sup>

A variedade de produtos, assim como a divisão de setores são exaltados por vários autores e reportagens de jornais. Essas características conferem à Feira de Campina Grande o título de ser uma das maiores feiras do Nordeste. “A Feira de Campina Grande é um quadro a que nenhum pintor se arriscaria pintar. Não teria cores para o seu pincel”<sup>89</sup>. Essa frase faz referência à diversidade de produtos, cores, cheiros, pessoas, espaço encontrados na feira, sendo impossível, ou seja, ambicioso querer retratá-la em um quadro.

A imagem 12, do arquivo FGV/CPDOC, mostra a dimensão da feira na década de 1960, pois era considerada a maior feira ao ar livre do Brasil. Nela temos o Mercado Central, nas laterais as ruas com as barracas, em forma de tendas, que comercializavam frutas, verduras, queijo, doces, comidas típicas e outros produtos. Os grandes armazéns destinados à comercialização de grãos e outras variedades, do lado direito do mercado

<sup>87</sup> NASCIMENTO, 2007B, p. 86.

<sup>88</sup> “Caderno Especial”. In: Jornal da Paraíba, 11/10/1983, p.1.

<sup>89</sup> Idem.

um prédio isolado na imagem, popularmente conhecido como “pau-do-meio”, nesse local se comercializava principalmente verduras.

**Imagem 12:** A Feira Central na década de 1960 “A maior feira ao ar livre do Brasil”



**Fonte:** Arquivo da FGV/ CPDOC.

Rios (1963) no seu trabalho monográfico em homenagem ao centenário da cidade ressalta o papel de Campina Grande como centro comercial do Nordeste. Para ele,

A feira de Campina Grande (apesar de ser) uma das mais famosas e concorridas do Nordeste (...) ainda não (prejudicava) o comércio local ou este ainda não (sentia) o prejuízo, porque ela (funcionava) como foco de atração das populações suburbanas, rurais e também economicamente marginalizadas, que nela (podia) vender seus produtos e dessa forma obter recursos para adquirir os artigos de primeira necessidade.<sup>90</sup>

A Feira foi percebida por esse autor como um meio de sobrevivência para alguns que a tinham como “ganha-pão” e espaço de abastecimento para a população: “famílias de nível médio e pobre, através de suas bancas ou oferecendo serviços, e, finalmente, para os mendigos (...) em busca de sobrevivência”. Chamou-lhe a atenção

<sup>90</sup> APUD, COSTA, 2003, p. 113.

“os rapazinhos vendendo sacos de papel” e as mocinhas com “punhados de cuentro (sic!) ou pedaço de jerimum”.<sup>91</sup>

Um tipo de trabalhador que chamou atenção de Rios (1963) foram os carregadores com balaios ou carrinhos. Crianças e adultos nas entradas da feira oferecendo os seus serviços. A imagem 13, do arquivo FGV/CPDOC, apresenta os balaieiros,<sup>92</sup> personagens peculiares nesse período, que davam comodidade às pessoas que procuravam os seus serviços, percorrendo a feira com seus balaios (feitos em cipó de vime ou taboca ou taquara – planta semelhante ao bambu) na cabeça, usado para o revestimento ou preenchimento em forma circular uma espécie de coroa de tecido chamada de “rudilha”. Na imagem, devido à grande movimentação de pessoas, possivelmente seria um dia de feira. Podemos perceber os balaieiros trabalhando em meio aos populares que saíam de suas casas para fazer as compras semanais.

Já a imagem 14, de Rios (1963), registra alguns populares na feira, entre eles a imagem de um carregador trabalhando com um carrinho de madeira, bastante comum nesse período, que servia para colocar e levar as compras de algumas pessoas que pagavam por seu serviço.<sup>93</sup>

**Imagem 13:** Os balaieiros



**Fonte:** Arquivo da FGV/ CPDOC.

**Imagem 14:** Carregadores com carrinho



**Fonte:** RIOS, Arthur José. Campina Grande um Centro Comercial do Nordeste. 1963.

<sup>91</sup> Idem.

<sup>92</sup> Atualmente, esses trabalhadores praticamente desapareceram ou foram substituídos por outras formas de transportar as compras dos consumidores que vão a feira realizar compras.

<sup>93</sup> Essa figura foi substituída pelo trabalhador que utiliza a carroça-de-mão de ferro ou aqueles mais astuciosos que transformam geladeira em carroça-de-mão para carregar as mercadorias dos fregueses. Cobram em torno de R\$ 1,00 a R\$ 2,00 reais pelo serviço nos dias atuais.

O movimento nas quartas-feiras e aos sábados demonstrava que a rotina da cidade era diferente dos outros dias da semana. O movimento era intenso, como demonstra Costa (2003):

Nas primeiras horas da madrugada o movimento de pessoas em direção à feira quebrava a monotonia das ruas desertas, com transeuntes de todas as idades. A rotina dos coletivos também não era a mesma, sempre lotados conduziam pessoas que transportavam cestos e mercadorias. De todos os bairros se dirigiam à Feira para as compras ou para vender algo e retornavam para os bairros em ônibus repletos de cestas, sendo muito comum a presença de pequenos animais, tais como galinhas, guinés, perus etc.<sup>94</sup>

Nesses dias, os ônibus que faziam o transporte dos passageiros dos bairros para o centro tinham parada obrigatória na feira. Até 1983 o sistema de transporte coletivo da cidade era diferente, cada bairro tinha a sua linha de ônibus que fazia ligação com o centro da cidade, nem todas as linhas faziam parada na Feira Central, só nos dias de feira.<sup>95</sup>

Era comum ver pessoas caminhando em direção à feira com cestas de vime, para colocar as compras, principalmente aqueles que moravam nos bairros próximos, sendo uma forma de economizar dinheiro para comprar mais produtos. A imagem 15, do acervo pessoal de Antonio Albuquerque da Costa do ano de 1980, mostra alguns populares próximos à feira, com destaque para uma senhora caminhando com uma cesta de vime com produtos. Alguns transportes utilizados pelos populares para ir à feira estão na imagem, como quatro carroças de burros com homens e crianças, que levavam pessoas com suas compras e mercadorias para abastecer as barracas; no fundo da imagem, dois ônibus que também faziam o transporte de pessoas e um caminhão que fazia, principalmente, o carregamento de madeira. No lado direito observamos também um policial, um representante da ordem que fazia a sua ronda pela feira.

---

<sup>94</sup> COSTA, 2003, p.115.

<sup>95</sup> Ver em COSTA, Antonio Albuquerque da. **Sucessões e Coexistências do Espaço Campinense na sua Inserção ao Meio Técnico-Científico-Informacional: A feira de Campina Grande na interface desse processo.** Dissertação de mestrado em Geografia, UFPE, Recife, 2003.

**Imagem 15:** Populares em direção a feira



**Fonte:** Antonio Albuquerque da Costa, 1980.

Segundo Costa (2003), não eram apenas as pessoas pobres que caminhavam até a feira. Residentes no Centro, algumas senhoras da elite campinense dirigiam-se nas tardes de terças e sextas-feiras à Feira, acompanhadas por seus balaieiros, sendo alguns considerados confiáveis, retornavam às residências de suas freguesas com os balaies repletos, sem que fosse necessária a companhia da contratante. O trabalho dos balaieiros foi observado por Rios (1963). A cobrança era feita conforme a distância a ser percorrida até a casa do freguês: “postados logo à entrada da feira, acostam, dois ou mais de uma só vez (as freguesas)... Quando aceitos, acompanham-nas e, à medida que as compras são feitas, vão enchendo o balaio”.<sup>96</sup>

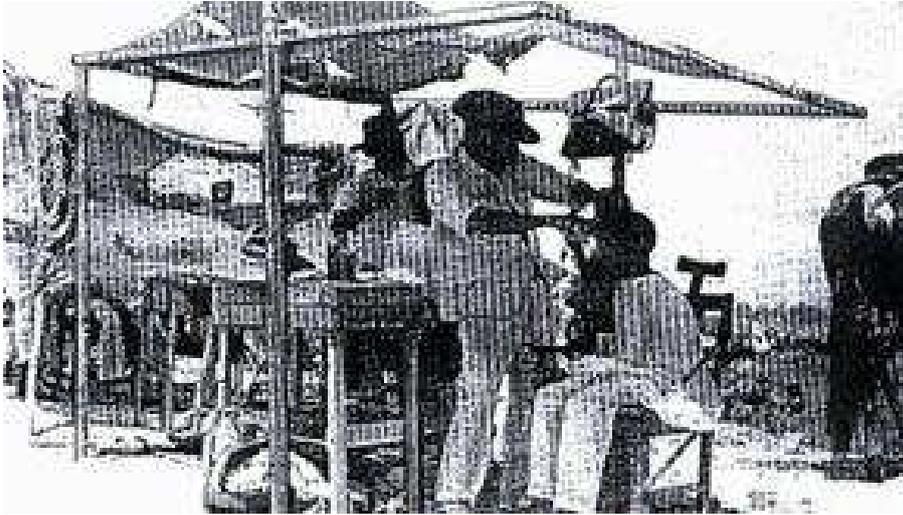
Outro tipo de trabalhador encontrado na feira nesse período, que chamava bastante atenção, conforme Costa (2003), eram os barbeiros, que armavam as suas barraquinhas em terreno<sup>97</sup> desocupado às margens do canal das Piabas. Chamados também de “pela-porco” ou “pé-de-forquilha”.<sup>98</sup>

<sup>96</sup> APUD, COSTA, 2003, 116.

<sup>97</sup> Hoje esse terreno é ocupado pelo SESC.

<sup>98</sup> Termos pejorativos os quais eram denominados os barbeiros populares da Feira.

**Imagem 16:** Barbeiro na década de 1960



**Fonte:** RIOS, Arthur José. Campina Grande um Centro Comercial do Nordeste. 1963.

A imagem 16, de Rios (1963), registra dois barbeiros dividindo a mesma barraca para realizar seus trabalhos. No primeiro plano temos um deles cortando o cabelo de um rapaz, que está usando um lençol branco para não sujar as suas roupas com cabelos que caíssem. A cadeira na qual o cliente permanece sentado tem um encosto que era utilizado para fazer a barba quando o cliente desejasse. A bolsa dependurada na barraca indica que eles guardavam o dinheiro nela.

**Imagem 17:** Barbeiro



**Fonte:** Antonio Albuquerque da Costa, 1980.

Já na imagem 17, de Antonio Albuquerque Costa do ano de 1980, está retratado um barbeiro carregando duas cadeiras para os seus clientes sentarem e ele realizar o seu ofício. Em uma delas, nota-se um encosto para os pés, que servia para engraxar sapatos. Era comum vê-los no horário da manhã carregando os seus instrumentos para arrumar a barraca e no fim da tarde quando iam embora levando os seus matérias.

Através das imagens (13, 14, 16 e 17) buscamos demonstrar algumas das várias atividades desenvolvidas por populares na feira para conseguir o seu sustento. Esses trabalhadores imprimiram em todos os tempos sua própria visibilidade no espaço urbano. Mostrando o contínuo vaivém dos trabalhadores pobres pela feira, num movimento que representa os múltiplos usos dos espaços na Feira Central. Em seguida relataremos as áreas ocupadas pela feira na década de 1970.



No mapa apresentado por Costa (2003), a imagem 18, traz a área ocupada pela feira na década de 1970, mostrando, assim, as principais ruas ocupadas pelos feirantes e seus produtos. Destaque nesse período para o trabalho de Pereira Junior (1994), realizado nessa década, que retrata um pouco dos espaços da feira.

Ao chegar à Rua Floriano Peixoto, no centro, próximo à Catedral da Nossa Senhora, encontram-se alguns consumidores com suas cestas abastecidas de produtos, esperando pelo ônibus e vendedores ambulantes, “com pequenos tabuleiros suspensos ao pescoço, com produtos dos mais variados: pentes, sabonetes, frisos, espelhos, alho, pimenta-do-reino, colorau; outros com balaio se oferecem para ‘fazer a feira’, a troco de alguns cruzeiros”.<sup>99</sup> Já na Rua Afonso Campos, em direção ao Mercado Central, localiza-se a feira de roupa com a venda de lençóis, calças, vestidos e camisas, seguindo o estilo e padrões da moda popular.

Na Rua Manoel Farias Leite, encontra-se a feira de fumo e suas barracas com o fumo de rolo transformado em “pé-de-burro”. Entretanto, apesar do nome, a feira de fumo não se restringe apenas a venda desse produto, pois comercializa cerâmica, artesanato, brinquedos populares, móveis, flores e plantas colocadas em pequenas latas usadas. Mais à frente, atravessando a Rua Antonio de Sá, está a feira de peixes onde se vende a tilápia, o dourado, a curimatá e outros. Passando por essa área, está localizada a venda de sapatos e chinelos, os quais boa parte são fabricadas na cidade. Os mais variados modelos são encontrados, para todos os tamanhos e gosto. Já na Rua Antonio de Sá encontra-se uma variedade de produtos, como a venda de verduras, tempero, alumínio e redes.

O Mercado Central é uma construção quadrilátera em plano elevado, com saídas para todos os lados, onde funcionam mais de 150 compartimentos, sendo a maioria dedicada à venda de carne, mas também se encontra a venda de cereais, como feijão, arroz, milho e farinha, colocados sobre estrados de madeiras por causa da umidade do mercado. Vendedores circulam pelo mercado vendendo temperos e alguns compartimentos funcionam como restaurante e bar. As ruas que compreendem as laterais do mercado são a Marcílio Dias, a Pedro Álvares Cabral, a Cristovão Colombo e a Carlos Agra.

---

<sup>99</sup> PEREIRA JÚNIOR, 1997, p. 34.

Outro caminho feito por fregueses e feirantes para chegar à feira central é descer pela Rua Floriano Peixoto. Nesse caso, percebe-se o movimento de pessoas com balaios, vendendo verduras, outras vendendo sacolas e, geralmente, crianças e adolescentes se oferecendo para carregar a feira dos fregueses.

Na Rua Marcílio Dias, encontra-se a feira de frutas e verduras. O comércio desse produto na sua maior parte é feito no chão, em balaios ou bancos de madeira. Os vendedores, para agradar e convencer os fregueses, oferecem pedaços de frutas. À esquerda da feira das frutas fica a “Rua Boa”, chamada também de “Rua do Lixo”: de dia uma rua normal que comercializa “galinhas” e demais aves do gênero; à noite se transforma em “Zona” onde funciona a prostituição. Próximo à feira de frutas tem alguns bancos dedicados a vendas de pães e bolos diferentes. Perto desses bancos, se encontra a feira de queijo e doces com diversos produtos, como o queijo de coalho e de manteiga. Há ainda o comércio de doces de goiaba, banana, caju, coco, jaca, dependendo da safra dessas frutas; outros tipos de guloseimas encontradas são galinhas de açúcar, rasga-boca e o puxa-puxa.

Nesse sentido, a feira é composta por um Mercado Central e ruas vizinhas nas quais se comercializam vários produtos, como mostram os versos desse cordel:

Na feira querendo se acha  
 tudo que foi inventado  
 .....  
 Apito de chamar mocó  
 cofrinho, caneco de lata  
 pavio de candeeiro  
 meia, borá, alpercata  
 vilão, cantor, romanceiro  
 sela, chicote e chibata  
 .....  
 Caderneta de pindura  
 resto de fruta  
 .....  
 Lamparina à querosene

tabuleiro de cocada<sup>100</sup>

A feira divide-se em partes distintas, cada uma com seus produtos peculiares. Representa também a concentração de pessoas vindas do Sertão, do Cariri, do Brejo e do Agreste para comercializarem produtos dessas regiões. Do Brejo, os destaques são a rapadura, a cana-de-açúcar, as frutas e a cachaça; do sertão, o queijo de manteiga, a carne-de-sol, o arroz da terra e algumas frutas; do Cariri e do Agreste, o bode, o queijo de coalho, o umbu e os peixes de água doce. Já nas regiões periféricas da cidade, se produz uma variedade de produtos como queijos, frutas e legumes.

O tempero do Nordeste, ou seja, os pratos típicos da culinária nordestina, são encontrados nos pequenos restaurantes e barracas, que se apresentam em forma de picado, bode cozido, feijão macaça, tripa assada, pirão e outras comidas acompanhadas com a típica farinha de mandioca e uma boa cachaça. Dentre as sobremesas, destacam-se os doces de mamão com coco temperado e cravo da Índia. O café é servido acompanhado de bolo, bolacha seca, sorda ou pão.

Na era das comunicações, a Feira Central representa a possibilidade do diálogo, uma vez que a globalização e as inovações tecnológicas tem afastado o homem do contato humano para discutir as notícias do cotidiano. Na feira, o ato de relacionamento comercial mostra todo um sistema de informações contidas nos diálogos. É nesse ambiente que se discute as notícias que acontecem no Brejo, Cariri ou regiões mais distantes. Sabe-se como está a política na cidade e comenta-se as atividades do prefeito com relação às políticas públicas.

A inteligência, a criatividade, a astúcia são reveladas na feira. O lixo industrial, colocado de lado, é recolhido e transformado em objetos os mais criativos e úteis que se possa imaginar: as latas de conservas, de óleo e de leite são cortadas e transformadas em lamparinas, peneiras, ralos, bacias e brinquedos; os sacos de leite são utilizados em muda de plantas encontradas na feira de flores; e os pneus de caminhão transformam-se em recipientes de lixo ou balaios.

---

<sup>100</sup> BRITO, 2006, p.8, 16.

Para Pereira Júnior (1997), a feira de Campina Grande é considerada um museu regional, pois o conceito de museu representa atualmente a realidade voltada para o meio e para o homem, onde se realizam as mais variadas manifestações de cultura em que está inserido, podendo considerar a feira um verdadeiro museu representativo da cultura e do povo nordestino.

Se a Feira Central nesse período era considerada “A maior feira ao ar livre do nordeste”, rica em diversidade cultural, variedades de produtos e espaço de múltiplas sociabilidades, a cidade de Campina Grande se apresentava como uma cidade progressista, grande e em pleno desenvolvimento, como nos relata este trecho do *Jornal da Paraíba* em comemoração à 108º aniversário da cidade<sup>101</sup>: “Hoje, cidade comercial que era, está se transformando em industrial e, principalmente, em centro universitário (...) transformou-se numa grande cidade onde reside um povo lutador e altaneiro”.<sup>102</sup> O texto mostra-nos a potencialidade da cidade de Campina, que vinha se transformando num pólo industrial e num centro universitário, sendo também um indicativo das representações que os letrados (políticos, intelectuais e a elite) faziam da cidade, ou seja, discursos elaborados ao longo do século XX que davam a cidade como próspera, grande, em pleno processo de desenvolvimento, progresso e modernização, uma “*urbs moderna*”<sup>103</sup>, como o título dessa notícia chama atenção ‘(...) a aldeia se fez metrópole’.

Diante desse cenário progressista de “*urbs moderna*”, a cidade apresentava problemas na sua infraestrutura. Denúncias eram feitas com relação a alguns problemas que afligiam a população e eram notificadas pela imprensa local: a violência, os problemas do lixo nos bairros e na feira, o descaso com a Feira Central, entre outros. Nesse capítulo, privilegiamos a formação da feira enquanto espaço, nos outros buscaremos analisá-la através dos jornais e dos relatos orais de memória: os usos que os populares faziam daquele espaço, relatando assim os conflitos existentes, mostrando

---

<sup>101</sup> Notícias em comemoração ao aniversário da cidade no período em que pesquisamos (principalmente nos anos 1980, 1981, 1982 e 1983) relatam a potencialidade de uma cidade em pleno desenvolvimento e a importância da Feira Central para a cidade em cadernos especiais no *Jornal da Paraíba*.

<sup>102</sup> Ver em “Campina ‘... a aldeia se fez metrópole’”. In: *Jornal da Paraíba*, 11/10/1972. Caderno especial em comemoração a 108º aniversário da cidade.

<sup>103</sup> Ver em SANTOS, Wagner Geminiano dos. **Enredando Campina nas Telas da Cultura: (dês) inventando festas e (re) inventando a cidade. 1965 – 2002**. Dissertação de Mestrado em História. UFPE, 2008.

que essa cidade progressista, “Grande”, enfrentava vários problemas, principalmente no que diz respeito à feira, nosso objeto de estudo.

No próximo capítulo, buscamos analisar o cotidiano dos populares no Mercado Central, como nas ruas adjacentes, descrevendo os usos dos espaços da feira, a comercialização de produtos, brigas, roubos etc. Relataremos a feira não apenas como um espaço mercadológico, mas como um espaço de múltiplas sociabilidades construídas e desenvolvidas pelos populares. Para tanto, utilizaremos as representações feitas sobre a feira nos jornais (1970-1983).

## Capítulo II- A Feira Central de Campina Grande:

### espaço de exclusão, território de conflito

A cidade é um imenso quebra-cabeça, composta por peças diferentes, ou seja, composta por vários territórios, lugares, bairros que, com suas peculiaridades, impõem uma separação das classes sociais ou, como alguns estudiosos chamam, de segregação espacial. “É como se a cidade fosse demarcada por cercas, fronteiras imaginárias, que definem o lugar de cada coisa e de cada um dos moradores”.<sup>104</sup>

A Feira Central é vista como um espaço da cidade, uma peça do quebra-cabeça de Campina Grande. Ela se localiza no centro da cidade, ponto de comercialização de diversos produtos, sendo considerada um espaço de sociabilidades e palco de conflitos.

A Feira Central, levando em consideração os estudos de Sousa (2006), pode ser vista como um território de confronto, sobretudo através do conceito de território, proposto por Rolnik (1994), no qual o espaço vai ser diferenciado do território pelo fato da subjetividade estar atrelada a esse último, já o espaço existe independente do sujeito, diferente do território, que existe por causa dos sujeitos.

Na perspectiva de Rolnik, os territórios que compunham a cidade se estruturam em torno de um conjunto de práticas sociais e culturais cotidianas dos seus moradores. Rua, quitandas, vendas, igreja, mercados, rios chafarizes e lugares diversos assumem as marcas de rituais e práticas sociais de negros, imigrantes e brancos pobres nacionais, contribuindo na luta pela sobrevivência material e espiritual, transformando esses lugares em espaços de múltiplas práticas, em torno dos quais constroem suas identidades e relações de solidariedade e afetividade, muito embora também sejam marcados por conflitos, lutas políticas e práticas culturais divergentes.<sup>105</sup>

No início da década de 1970, a Feira Central de Campina Grande era vinculada pelos jornais como espaço em que circulavam mendigos, ladrões, fiscais da prefeitura, vagabundos, feirantes ambulantes, criminosos e populares que buscavam fazer compras. Nesse sentido, buscamos compreender como a feira era utilizada por esses atores sociais, suas práticas e experiências. Para tanto, utilizaremos os recortes dos jornais *A Gazeta do Sertão* e *Jornal da Paraíba*, que fazem referência a essas questões.

---

<sup>104</sup> ROLNIK, 1994, p. 41.

<sup>105</sup> SOUSA, 2006, p. 108.

## 2.1 Espaços de Exclusão

A cidadania e a exclusão são representações sociais construídas na e a partir da *urbs*, designações que devem ser pensadas uma em relação à outra e que só existem mediante essa relação. Nesse sentido, a cidadania e exclusão se explicitam na construção da diferença: “Cidadania e a exclusão como um paradigma societal, o que vale considerá-la como representação da ordem social, relativamente legitimadas e estabilizadas e que dão sentido e coerência ao mundo, orientando o olhar e as práticas dos homens”.<sup>106</sup>

A diferença é um dado posto pelo real, visto que a estrutura social se compõe de forma contraditória. Segundo Pesavento (2001), “O enfoque privilegiado da Nova História Cultural incide justamente neste ponto: chegar ao real através do modo pelo qual os homens o recriam e atribuem sentido às coisas, estabelecendo distinções e valores”.<sup>107</sup>

A cidadania e exclusão podem ser explicadas a partir das relações identidade-alteridade, pois a identidade é a construção simbólica que vai estar relacionada à sensação de pertencimento de um grupo, que se identifica e se reconhece como iguais. “O outro é diferença, contraposto como alteridade à identidade que se anuncia”<sup>108</sup>. A alteridade vai estar relacionada à construção da identidade, que pressupõe a existência do outro. O outro é a concretização da diferença. A alteridade pode ser percebida de duas formas: alteridade positiva, que passava pela tolerância em conseguir conviver com o diferente e a outra seria a alteridade rejeitada, negada e estigmatizada.

Nesse trabalho, o que nos interessa é a alteridade rejeitada, negada, estigmatizada. Procuramos analisar a produção desta diferença, ou seja, da alteridade na cidade nos espaços da Feira Central de Campina Grande, dando ênfase à exclusão, entendendo que tais questões não são dados naturais, mas resultados objetivos de um discurso construído socialmente.

---

<sup>106</sup> PESAVENTO, 2001, p. 8.

<sup>107</sup> PESAVENTO, 2001, p. 9.

<sup>108</sup> PESAVENTO, 2001, p. 10.

A visibilidade dos indesejados se impõe, sobretudo, nas páginas diagramadas dos jornais. Sua presença crescente ameaçava o padrão civilizacional desejado: eles tornam-se perigosos. São chamados de indivíduos ou elementos, por oposição aos homens de bem. A condição de pobreza é associada aos perigosos, e estes ao vício e ao crime.

Sendo também consideradas como “classes perigosas”, conforme Chalhoub (1996), as classes pobres eram vistas como “classes perigosas”<sup>109</sup> pois ofereciam problemas para a organização da sociedade e a manutenção da ordem pública.

As classes perigosas estavam associadas às pessoas que tinham optado por obter o seu sustento através do furto e não do trabalho. Na feira, ambiente de trabalho, de negociação de mercadorias, no qual encontramos os feirantes vendendo os seus produtos e pessoas em buscar de fazer compras, encontramos também indivíduos que estariam associados às “classes perigosas”, como os “marginais adultos e mirins” (nomenclatura utilizada pelos jornais no período), as prostitutas e, entre outros, os charlatões, que viam a feira como um espaço para realizar as suas práticas condenadas pela polícia local, como demonstra os jornais. Veremos essas representações ao longo do capítulo.

Na contemporaneidade, o grande desafio para as cidades são os problemas urbanos atuais. “Viver em cidade traz a dimensão das necessidades e exigências de atendimento aos problemas postos pela comunidade urbana”.<sup>110</sup>

A cidade que se estrutura não a faz somente pela materialidade de suas construções: existe um processo de construção de personagens. Pesavento classifica alguns de indesejáveis, perigosos, turbulentos e marginais que podem ser combatidos como o inimigo interno ou se tornarem invisíveis socialmente. Esses excluídos, não-cidadãos, formam os selvagens, ou bárbaros de dentro. Eles se afastam da cidade civilizatória desejada. São reconhecidos como indivíduos ou elementos indesejáveis, em oposição aos homens de bem. Nos recortes dos jornais *A Gazeta do Sertão* e *Jornal da*

---

<sup>109</sup> Ver em CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>110</sup> PESAVENTO, 2001, p. 11.

*Paraíba*, encontramos notas que relatam a feira como um espaço de exclusão, frequentado tanto por cidadãos como por pessoas tidas como indesejáveis.

## 2.2 Os sujeitos na feira e suas práticas

A Feira Central era espaço de comercialização de produtos e de sociabilidade frequentado por feirantes, fregueses, marginais, ladrões, maconheiros, prostitutas e outros que aproveitavam aquela área para praticar pequenos delitos e amedrontar as pessoas que circulavam por aquele espaço. Vamos tentar penetrar na feira pelas portas da exclusão, resgatando espaços, personagens e práticas de uma alteridade condenada. Para tanto, utilizamos os jornais, visto que:

Os jornais da época veiculam notícias que qualificam o uso de espaços, delineando o perfil dos tipos perigosos, identificando os locais condenados, denunciando as práticas de contravenção. Neste sentido, os discursos dos periódicos constroem a realidade, dando a ver uma questão social.<sup>111</sup>

Consideramos os jornais como meio de comunicação que forma uma opinião pública e que, conseqüentemente, contribuem para formar uma imagem que pode ser cheia de adjetivos e artifícios de retórica, dando ao mundo uma determinada forma de ser. Além da intencionalidade do jornalista, tem que se levar em consideração o papel dos leitores, ou seja, as expectativas que as notícias causavam, pois o jornal, como mercadoria, é dirigido a determinados leitores, atingindo as expectativas sociais presentes entre os moradores da *urbs*.<sup>112</sup>

Principiemos pelas desordens na feira, que não eram cometidas apenas por pessoas ditas marginalizadas, sendo realizadas também por pessoas que deveriam servir ou cumprir a lei. Em pleno período da Ditadura Militar, veremos as atividades arbitrárias, tanto dos policiais como também de pessoas que tinham cargos importantes,

---

<sup>111</sup> PESAVENTO, 2001, p.33.

<sup>112</sup> Para tanto, ver em SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de (org.). **Populares na cidade: vivências de trabalho e de lazer**. João Pessoa: Ideia, 2011.

como o de administrador do Mercado Central, e que utilizavam da violência para impor ordem. O *Jornal da Paraíba* mostra essa insatisfação:

Campina Grande está totalmente desordenada no que se refere ao setor de policiamento. Não existe no setor policial uma autoridade positiva que defina à posição de seus comandos, nem tão pouco uma posição de liderança que de a cidade um sentido exato de segurança.<sup>113</sup>

Essa notícia mostra a insatisfação com relação ao policiamento na cidade na época analisada, sobretudo, na área da feira devido à atuação do Capitão Arruda, administrador do Mercado Central, que transformou o prédio da administração da feira numa delegacia, ou seja, “3ª Delegacia de espancamento de pessoas e matanças de animais”.<sup>114</sup> Exercendo assim o seu poder de forma arbitrária, segundos os marchantes e carapuceiros<sup>115</sup> que trabalhavam naquela área: “Alegaram que a autoridade do Capitão Arruda é talvez maior a de muitos delegados da Polícia Militar do Estado da Paraíba”.<sup>116</sup> Aproveitando assim para colocar o “terror no mercado”,<sup>117</sup> como notificou o *Jornal da Paraíba*.

Algumas reclamações foram feitas com relação a espancamento que ocorreriam no prédio da Administração do mercado, para onde guardas municipais (lotados na feira na parte administrativa) levavam apreendidos menores e ladrões, batiam e depois direcionavam os infratores para uma delegacia. Dessa forma, os policiais agiam de forma arbitrária, usavam da violência para repreender os marginais. A notícia retrata um pouco da violência que se passava nesse momento como também relata que não poderia ocorrer essa situação, pelo fato de não ter nenhuma lei que assegurasse o direito ao guarda de bater em supostos larápios e depois levar para uma delegacia.

Outro assunto comentado foi o caso da matança de cachorros realizada pelo Capitão Arruda na feira, pois o mesmo, conforme a notícia, achava certo exterminar os cachorros que iam até o mercado atrás de ossos. Essa atitude causava perigo tanto as pessoas que trabalhavam na feira, como as que iam fazer compras, pelo fato do Capitão

---

<sup>113</sup> “Capitão Arruda um terror no Mercado Central”. In: *Jornal da Paraíba*, 27/02/1972, p.7.

<sup>114</sup> “Capitão Arruda um terror no Mercado Central”. In: *Jornal da Paraíba*, 27/02/1972, p.7.

<sup>115</sup> Nome designado para pessoas que trabalham na feira carregando mercadorias.

<sup>116</sup> “Capitão Arruda um terror no Mercado Central”. In: *Jornal da Paraíba*, 27/02/1972, p.7.

<sup>117</sup> *Idem*.

utilizar uma espingarda para matar os cachorros. O carapuceiro Honório, residente no bairro do Catolé, foi vítima de uma bala da arma do Capitão, que teria sido para matar um cachorro e terminou atingindo o popular na perna direita. Depois do ocorrido, Honório foi levado ao hospital pelo Capitão. Quando chegaram, a vítima percebeu uma rejeição para não ser atendido (certamente, tal rejeição ocorreu devido aos trajes que Honório usava aparentando a sua condição financeira), entretanto, o Capitão mostrou a sua autoridade dizendo que a vítima era pessoa sua.

Depois do atendimento realizado por alguns enfermeiros, o Capitão Arruda entregou a Honório a quantia de 10 cruzeiros para comprar remédios e se calar diante do acontecido. Honório relatou a reportagem que ficou duas semanas sem poder trabalhar, passando assim dificuldades financeiras. Devido à irregularidade da administração do Mercado Central e a forma de exterminar os cachorros que frequentavam aquelas redondezas, Honório achava: “... a medida muito errada e taxou que isso deveria acabar de imediato, porque não põe apenas em perigo a vida dos animais e sim a vida da gente que carrega peso suado para conseguir o pão de cada dia”.<sup>118</sup>

O Capitão Arruda foi procurado pelo jornal para falar a respeito das acusações contra ele. Nas palavras dele, “Esses elementos que me denunciam injustamente são aqueles que estão mal satisfeitos com a minha administração, já considerada por muitos como a melhor que já existiu no mercado desde a sua fundação”.<sup>119</sup> O Capitão acrescentou que tudo falado a seu respeito era mentira, e que na sua gestão tinha conseguido acabar com os assaltos (praticado por marginais mirins e ladrões adultos) e com o “rapa”, assunto no qual declarou: “Acabei com o rapa e hoje o mercado é mais tranqüilo”.<sup>120</sup>

Já os espancamentos não eram do seu conhecimento, afirmou o Capitão, dizendo que isso não tinha acontecido na sua administração no mercado. Com relação à matança de cachorros, o mesmo comenta: “A matança de cães nas dependências desse mercado é um fato inverídico. Não gosto de atirar com minha arma em ninguém, muito menos em

---

<sup>118</sup> “Capitão Arruda um terror no Mercado Central”. In: Jornal da Paraíba, 27/02/1972, p.7.

<sup>119</sup> Idem.

<sup>120</sup> A questão do rapa será analisada com mais detalhes no capítulo três, mas adiantamos de que a informação de que o Capitão Arruda acabou com “o rapa” é falsa, pois, apesar de ter diminuído no seu período de administração, nos anos posteriores encontramos indícios da atuação do “rapa” tanto nas ruas centrais como na feira.

animais”.<sup>121</sup> Para confirmar a sua versão, o Capitão mandou chamar o feirante Antonio Emidio do Nascimento, que argumentou: “O negócio aqui ficou mais moralizado do que antes. Era um absurdo e o Capitão agora impôs um certo respeito. A feira infestada de ladrões mirins e agora está tranqüila, faz mais de dois meses que aqui não chega um ladrão”.<sup>122</sup> Após o fim da entrevista com o Capitão, alguns populares afirmaram que ele tinha fobia contra os cachorros, um relatou que: “O homem não pode ver um pobre cão passar perto dele que lhe manda a espingarda no lombo. É maior caçador de cães do Nordeste”.<sup>123</sup>

Através do relato do Capitão Arruda, percebemos que ele negava as afirmações feitas se aproveitando da postura que alguns diziam que ele tinha na administração do mercado, mostrando assim outro lado, ou seja, uma postura diferente das que falavam negativamente de sua pessoa. Para confirmar isso, o Capitão achou necessário mostrar o depoimento de um feirante, aparentemente satisfeito com o seu serviço, exaltando a sua administração, relatando que não tinha mais ladrões na feira. O Capitão tenta inverter a situação mostrando serviço com a diminuição de assaltos, e que sua administração era boa. Os comentários maldosos seriam de pessoas que não gostavam dele.

O fato é que este episódio de matança de cachorros no mercado remete a duas questões: a primeira seria a forma arbitrária que o Capitão, como também os policiais que trabalhavam na feira, “espalhavam o terror”.<sup>124</sup> O personagem central desse relato seria o Capitão Arruda que tinha uma imagem forte e que dava medo nas pessoas que trabalhavam e frequentavam a feira. O lema dele era: “por ordem na feira” e, para isso, se fosse necessário, ele utilizava da prepotência, da autoridade e da violência para conseguir. O papel dele transmitia a questão do autoritarismo presente nesse período de Ditadura Militar. A segunda seria a saúde pública, considerando-se a falta de higiene ter cachorros perto das tabirias de carnes se alimentando de sobras. Mas a forma de matar os cachorros pelo Capitão era inconcebível, chegando a atingir uma bala um carapuceiro

---

<sup>121</sup> “Capitão Arruda um terror no Mercado Central”. In: Jornal da Paraíba, 27/02/1972, p.7.

<sup>122</sup> Idem.

<sup>123</sup> Idem.

<sup>124</sup> Segundo o Jornal da Paraíba.

em serviço. Fiscalizações eram realizadas uma vez ou outra, só que os problemas na feira ainda persistiam.<sup>125</sup>

Mesmo o administrador da feira afirmando terem cessado os roubos naquele espaço, o que pode ter ocorrido foi uma perceptível diminuição, todavia “marginais mirins” e “meliantes”, como relatam algumas notícias do *Jornal da Paraíba*, ainda continuaram atuando naquela área. Analisaremos mais detidamente alguns roubos contra domésticas e pessoas que trabalhavam na feira.

Dona Olga do Ó, residente na Rua Vidal de Negreiros, número 275, dona de um banco na feira, foi trabalhar no seu ponto em uma sexta-feira, dia 25 de maio de 1973. Como era dia de movimento intenso no seu banco, um ladrão se aproveitou para levar dela a carteira que continha todos os seus documentos e estava em cima do banco. A ação foi tão rápida, em questões de segundos, que Dona Olga não percebeu. A vítima foi à delegacia registrar ocorrência ao investigador Joaquim Silvestre, do setor de roubos e furtos, que mandou os seus auxiliares identificarem o ladrão.<sup>126</sup>

Já a doméstica Hermínia Guimarães Pereira, moradora do Sítio Luz, município de Campina Grande, depois de fazer a feira semanal em um sábado, 4 de junho de 1977, no Mercado Central, entrou num ônibus com destino a sua residência. Nesse traslado com o ônibus lotado de pessoas e mercadorias, um ladrão aproveitou para roubar a feira dela, equivalente a Cr\$ 250,00. Chorando muito na delegacia alegou que “ia passar fome, pois todo o dinheiro ganho pelo marido, foi gasto nas compras semanais”.<sup>127</sup> A polícia diante das circunstâncias falou que iria encontrar o ladrão para devolver a feira.

A comerciante Marineide Silva Oliveira, residente na Rua Amaro Coutinho, 965, bairro José Pinheiro, quando estava realizando compras no sábado, dia 11 de junho de 1977, portanto, uma semana depois, o que pode indicar que os roubos ocorriam mais aos sábados no Mercado Central, teve, num momento de descuido, sua bolsa furtada com a quantia de Cr\$ 3 mil cruzeiros. Na delegacia os agentes de roubos e furtos disseram que iriam procurar o meliante, a fim de recuperar a bolsa e os documentos, mas deixaram claro que reaver o dinheiro seria mais complicado.

---

<sup>125</sup> Notícias de fiscalização, limpeza na feira e nas ruas centrais serão analisadas melhor no próximo capítulo.

<sup>126</sup> “Olga foi furtada no banco da feira”. In: *Jornal da Paraíba*, 25/05/73, p.7.

<sup>127</sup> “Larápio faminto carrega feira de uma doméstica”. In: *Jornal da Paraíba*, 07/06/1977, p.6.

Outro tipo de descuido comum nesse período era parar num banco e fazer algumas compras, conversar um pouco, deixando assim a feira encostada no banco. Os ladrões percebendo a distração na conversa entre feirante e comprador, aproveitavam para roubar a feira, principalmente em dias movimentados, pois isso facilitava a ação deles diante da multidão, ficando mais difícil de serem reconhecidos.

Também na tarde de sexta-feira, 7 de outubro de 1977, a senhora Argentina Barbosa da Silva, residente no sítio Fagundes, veio à Feira Central fazer suas compras para a semana, quando foi abordada por um rapaz de baixa estatura, que lhe levou a feira no valor de Cr\$ 150,00 e a bolsa que continha Cr\$ 400,00. Aos prantos, Argentina foi à delegacia para prestar queixa com a esperança de recuperar pelo menos o dinheiro, a denúncia foi feita e a vítima lamentou chorando que: “sem a sua feira passará necessidade o restante da semana”.<sup>128</sup>

Seja uma feira ou bolsas contendo dinheiro, esses eram os alvos de alguns meliantes que frequentavam a feira nos dias de movimento. Como foram relatadas, duas domésticas foram realizar suas compras semanais e terminaram ficando sem elas, devido à ação dos bandidos, deixando assim essas mulheres e suas famílias passarem necessidades por uma semana, pois, como afirmou a doméstica Hermínia, o ganho da semana do marido foi para realizar a feira, ou seja, o seu esposo passou a semana toda trabalhando para conseguir o dinheiro para fazer a feira semanal. Realidade de muitas famílias nesse período, como também vir de outras localidades para fazer suas compras na Feira Central, como no caso de Hermínia e Argentina. Já no caso da feirante Olga e a comerciante Marineide, devido a um descuido, terminaram ficando sem as suas carteiras. A primeira só tinha documentos dentro; já à outra, além dos documentos, perdeu uma quantia em dinheiro, ficando encarregada a polícia de encontrar os marginais e os documentos.

Já que relatamos alguns furtos praticados na feira, verificaremos as “sociabilidades condenáveis”<sup>129</sup> desses marginais e como era o convívio entre eles.

---

<sup>128</sup> “Larápio furta feira e Cr\$ 400,00 de doméstica”. in: Jornal da Paraíba, 09/10/1977, p.10.

<sup>129</sup> Termo utilizado pela autora Pesavento para denominar práticas condenadas.

### 2.2.1 A sociabilidade entre marginais

Pesavento (2001) relata que exclusão e marginalidade são conceitos que se aproximam, pois marginal seria aquele que não obedece, ou seja, se afasta das normas estabelecidas. Conforme o autor,

As representações que deles se fazem são impregnadas da noção de desrespeito às normas e de uma ruptura com o sistema de valores dominantes. Marcam, portanto, uma diferença com os excluídos, que o são não por vontade própria, mas por serem assim considerados e designados pelos demais integrantes da ordem estabelecida.<sup>130</sup>

Nesse sentido, a sociedade normatiza os valores que regem a vida dos cidadãos e exclui, ignora aqueles que não aceitam ou os que não se enquadram dentro das regras estabelecidas. Tanto os excluídos do espaço urbano como os marginais são personagens que não são reconhecidos pela história tradicional. São considerados personagens quando aparecem nas páginas das crônicas policiais ou dos processos criminais. Iremos descrever alguns desses personagens na feira através das notícias de jornais, buscando mapear as suas práticas.

Assaltos na feira e nas ruas próximas ao mercado, na época estudada, eram recorrentes. Muitos marginais e “ladrões mirins” usavam aqueles espaços para cometer pequenos delitos, furtos, roubos ou até mesmo matar, sejam pessoas que frequentavam a feira, ou até mesmo os seus comparsas. Encontramos como exemplo o caso do marginal conhecido popularmente como “Português” e seu ajudante “Morceginho” que, numa manhã de segunda-feira do dia 21 de dezembro de 1973, ou seja, próximo do Natal, roubaram \$ 700,00 cruzeiros, um isqueiro e um chapéu 007 do Senhor Adelson de Paiva, residente na Rua Estácio de Sá, 341, no bairro José Pinheiro. Sabendo que os ladrões foram presos, Adelson foi dar queixa na polícia, infelizmente ele não recuperou os seus pertences, pois na hora da apreensão os dois marginais já não estavam mais com aquele furto. Nesse período de festa, a polícia tinha organizado a “Operação Papai

---

<sup>130</sup> PESAVENTO, 2001, p. 21.

Noel”, “que visava garantir um fim de ano tranqüilo aos campinenses”.<sup>131</sup> Conseguindo assim, nesse mês, prender mais de 20 marginais.

Antes de ser preso, Waldecir Duarte da Lima, 29 anos, residente na Rua Manoel Pereira de Araujo, no Baixo Meretrício, vulgo “Português”, já tinha se envolvido em outros roubos e encrencas. Amigo de Arimateia, cometeram alguns furtos juntos, até o momento em que Arimateia passou a chamar o Português de “dedo duro”. Não gostando da situação, esse último, juntamente com os seus amigos conhecidos como “Zé Eugenio” e “Laersão”, armados de faca peixeira, resolveram ameaçar Arimateia e só não o mataram porque não foi possível. Segundo o *Jornal da Paraíba*, no mesmo dia em que foi preso, “Português” e “Fucinho” roubaram do marginal conhecido como “Carboreto” a quantia de \$18,00 cruzeiros e ainda lhe espancaram. Sabendo dessa ocorrência nas imediações da feira, o policial Zé Luiz conseguiu prender somente o “Português” em dezembro.<sup>132</sup>

Ano Novo, vida nova e, conseqüentemente, novas expectativas. Algumas pessoas pensam e refletem muito sobre essas questões na virada do ano. Certamente, a virada do ano não foi tão animada como provavelmente esperava o “Português”: preso, não festejou como gostaria, mas o ano revelaria algumas surpresas. Arimateia Souto Maior, 24 anos, eletricitista, casado, residente na Rua Ulisses Gomes, número 40, foi preso em março, ficando recolhido na mesma sela que o “Português”: aquele teve a oportunidade de se vingar.

Na madrugada do dia 12 de março de 1974, por volta das duas horas da manhã, Arimateia aproveitou para se vingar de “Português”, enforcando-o com uma calça e introduzindo uma colher na sua garganta.<sup>133</sup> Os outros detentos, percebendo aquele crime, chamaram um dos policiais que estava de plantão e denunciaram o fato. Logo após, o delegado foi chamado e o cadáver foi levado para fazer a autópsia. Em seguida seria liberado para os familiares velarem o corpo. Essa tragédia ocorreu devido a alguns desentendimentos entre marginais que faziam parte de um mesmo grupo, tendo a

---

<sup>131</sup> “Morcego e Português são acusados de assaltos na zona do Mercado e levaram 700”. In: O Jornal da Paraíba, 21/12/73, p.7

<sup>132</sup> Antonio Gomes, conhecido como “Fucinho” foi preso no dia 12 de março de 1974 pelo policial Zé Luiz.

<sup>133</sup> “Português assassinado por outro marginal no xadrez”. In: O Jornal da Paraíba, 12/03/1974, p. 6.

oportunidade de se vingar. Um aproveitou o momento e matou o seu “amigo”, parceiro de crime.

Como foi relatado, desentendimentos entre marginais terminavam em brigas, agressões e até mesmo em morte, como no caso de Português. Também encontramos o relato do caso que envolveu “Maguinho da Villa” e “Zé de Gena”, que atuavam na feira. Eles se desentenderam num domingo à noite e este último terminou acertando as nádegas do outro bandido. Quando Francisco de Assis Guedes, mais conhecido como “Zé de Gena”, foi atendido no pronto socorro, declarou que não queria ver o amigo preso. “Eu acho que a gente se entende ainda. Sempre fomos bons amigos. Esse negócio dele dizer que eu o cabulei (SIC) é tudo mentira. Ele pode saber direito dessa história”.<sup>134</sup> “Zé de Gena”, no Departamento de Polícia, disse que não tinha entendido o motivo da agressão, e que os dois eram bons amigos.

Interessante nesse caso é a questão do ladrão não querer o outro preso, e que eles poderiam continuar sendo amigos. A vítima não relata qual seria o possível desentendimento, mas de forma alguma quer ver o amigo preso. A questão de “cabuetar”, de ser “dedo duro”, gerava uma tensão entre os marginais, causando desentendimento, provocando brigas e até a morte, como no caso de “Português”. Provavelmente, “Zé de Gena” temendo outro tipo de agressão ou represália por parte de “Maguinho da Villa” preferiu afirmar que estava tudo bem e que os dois ainda eram amigos, sendo assim preferiu omitir qual seria o desentendimento.

Os ditos marginais, vistos como desordeiros, tem o seu mundo da contra-ordem, com suas normas, códigos, valores, em oposição ou entrelaçados aos da realidade cidadã, do chamado homem de bem. Quando o código entre eles era quebrado, isso gerava conflitos, como notificamos. A seguir, analisaremos como um marginal era tratado pela imprensa.

### **2.2.2 Marginal afamado “Nego-Toco”**

---

<sup>134</sup> “Maguinho da Vila esfaqueou o colega Zé de Gena sábado em pleno Mercado Público”. In: O Jornal da Paraíba, 23/01/1973, p.7.

“Nego-Toco”, “marginal perigoso”, como afirmou o *Jornal da Paraíba*, teria cometido vários arrombamentos, assaltos à mão-armada e furtos. Buscamos nesse momento mostrar o estereótipo de um marginal bastante afamado sobretudo pelos jornais, ou seja, como era descrito, as suas ações e o seu perfil pelos jornais.

Sábado, 26 de outubro de 1980, Francisco de Assis, 20 anos de idade, residente na Vila Cabral, no distrito de Santa Terezinha em Campina Grande, mais conhecido como “Garrincha”, saiu de casa e foi em busca de drogas. Viciado em “tóxicos” foi vítima de uma “bombada de Alfagan”<sup>135</sup> no pescoço, que ocasionou parada no miocárdio, vindo a falecer antes de chegar ao Posto de Urgência.

Depois dessa ocorrência, o investigador Jurandir, da Delegacia de Homicídios, junto com o seu pessoal passou a investigar o caso. Tinham como suspeito o “Nego-Toco” e, depois da investigação, chegaram à conclusão que seria ele mesmo o rapaz que tinha aplicado a injeção em “Garrincha”, levando-o à morte.

Como alguns ladrões eram considerados de alta periculosidade, os jornais quando davam a notícia colocavam o nome do criminoso, ou seja, o seu apelido mais conhecido e estampavam a sua foto para mostrá-lo à sociedade. O marginal Nego-Toco era um desses casos na notícia com o título “Jovem toxicômano morreu vitimado por injeção aplicada por Nego-Toco”.<sup>136</sup> O nome de Nego-Toco fica em evidência (apesar de ter outro suspeito na história que seria o seu comparsa “Carrinho Boizinha”), mostrando, assim, que ele era notório devido aos seus crimes, conhecido tanto pela polícia, jornais e sociedade, posto que tinha a sua foto estampada no jornal. O apelido utilizado pelo jornal “Nego-Toco” retrata o racismo e o classifica negativamente.

O principal suspeito ficou desaparecido até a noite do domingo, 16 de novembro de 1980. Mais uma vez o seu nome era estampado na notícia “Nego-Toco preso diz quem matou Garrincha”. Quando o jornal estampava o nome do criminoso, significava que ele não era considerado um simples marginal, mas alguém que era reconhecido pelas pessoas devido aos inúmeros crimes cometidos. A sua foto estava novamente no jornal com a legenda “O marginal Nego-Toco”, bem como uma

---

<sup>135</sup> Conforme o *Jornal da Paraíba*, era um Remédio vendido nas farmácias da cidade sendo adquirido com facilidade pelos viciados.

<sup>136</sup> “Jovem toxicômano morreu vitimado por injeção aplicada por Nêgo-Toco”. In: *Jornal da Paraíba*, 26/10/1980, p. 7.

abordagem das suas práticas criminais (arrombador, toxicômano, assaltante e elemento de mais alta periculosidade), sendo até alvo do “Mão Branca”.<sup>137</sup>

Ednaldo Felix Guedes, de 18 anos, residente na Rua Santa Izabel, número 34, bairro do Santo Antonio, vulgo “Nego-Toco”, em depoimento prestado ao Delegado Martin Moreira negou qualquer participação na morte de “Garrincha”, acusando o seu comparsa “Carrinho Boizinha” que se encontrava foragido. “Nego-Toco” ficou recolhido na Central de Polícia à disposição do delegado, mas conseguiu fugir.

Na sexta-feira, 6 de fevereiro de 1981, foi preso pelo comissário do Mercado Central, levado ao xadrez da feira. Aproveitando que os policiais tinham saído, arrombou o telhado e fugiu sem deixar vestígios. Quando o comissário, Sargento França, percebeu que ele tinha fugido, comunicou aos demais policiais que saíram à procura do fugitivo. A notícia tinha como título “Nego-Toco arrombou o xadrez do Mercado Central e fugiu da polícia”. Mais uma vez o seu nome ganhava destaque, assim como crimes que tinha cometido.<sup>138</sup>

Depois de quatorze dias foragido, no dia 21 de fevereiro de 1981, Nego-Toco foi preso e levado à Delegacia de Roubos e Furtos, onde iria responder processo pelo arrombamento do Posto Policial da Feira Central, pela morte do viciado “Garrincha” e, ainda, por alguns furtos praticados no centro da cidade e no Mercado Central. Novamente o nome dele fica em evidência no título da notícia: “Finalmente foi preso Marginal Nego-Toco”.<sup>139</sup>

Em 1 de novembro de 1981, três ocorrências foram registradas apontando como acusado “Nego-Toco”. A primeira foi o roubo à residência do comerciante Francisco das Chagas Carneiro, Rua Américo Porto, número 373, no centro. Na ocasião, levaram um relógio Oriente e Cr\$10,00 em dinheiro. A segunda foi o furto a um carro Volks, de Carlos Mendonça, estacionado na Rua João Lourenço Porto. Quando o mesmo retornou depois de um lanche, percebeu que o carro estava aberto e que tinha sido levada a sua bolsa capanga, Cr\$ 10,00 e todos os seus documentos. O último assalto foi a um

---

<sup>137</sup> Grupo de extermínio. Para uma melhor compreensão ver: SILVA, Luciana Estevam. **Cidade e Violência: Campina Grande na década de 1980 e as representações do Mão Branca nos jornais**. Dissertação de mestrado em História, UFCG, Campina Grande, 2010.

<sup>138</sup> “Nego-toco arrombou o xadrez do Mercado Central e fugiu da polícia”. In: Jornal da Paraíba, 08/02/1981, p.7.

<sup>139</sup> “Finalmente foi preso Marginal Nego-Toco”. In: Jornal da Paraíba, 21/02/1981, p. 7.

Mercedes Benz de Luis Satiro da Silva, residente na Rua Capitão João Alves Lira, número 565. Levaram do seu veículo estacionado em casa Cr\$3.500 e todos os seus documentos. O acusado desses crimes seria “Nego-Toco”, como afirma a notícia “Nego-Toco acusado de arrombamento”.<sup>140</sup> Relatando assim os crimes cometidos por ele e também a sua foto com a seguinte legenda “Nego-Toco acusado em furto”. A polícia foi atrás dele, mas não conseguiu prendê-lo.

Através das notícias relatadas pelos jornais *A Gazeta do Sertão* e *Jornal da Paraíba*, percebemos como esses meios de comunicação retratavam um marginal considerado de alta periculosidade naquele período, dando sempre destaque ao seu apelido nos títulos das notícias e estampando a sua foto. Até o período em que pesquisamos (1970-1983), não encontramos mais vestígios ou atuações desse marginal nos jornais, apenas que ele se encontrava foragido. Além dos ladrões adultos, os marginais mirins atuavam nos espaços da feira, e estes são nossos próximos personagens a serem retratados.

### 2.2.3 Marginais mirins

Muitos pais levavam/levam seus filhos à feira logo cedo para aprender o ofício e ajudar no trabalho. Deste modo, não ficavam sozinhos em casa sem supervisão de um adulto. Em contrapartida, observamos que alguns menores, sem a supervisão de seus pais, ficavam soltos pelas ruas da feira e, sem uma orientação educacional, terminavam entrando no mundo dos furtos e das drogas.

Numa notícia registrada no *Jornal da Paraíba* em de 10 de outubro de 1976, um viciado fez uma denúncia (não quis se identificar com medo de sofrer represálias) com relação às “Bocas de fumo” da feira que, segundo ele, eram frequentadas por jovens entre 14 e 17 anos de idade, e se localizavam na rua Manoel Pereira de Araújo. Conforme o viciado: “Não sei porque a polícia ainda não partiu para prender a rapaziada da feira, que está com uma clientela que a cada semana cresce como nunca. Tem garoto

---

<sup>140</sup> “Nego-Toco acusado de arrombamento”. In: *Jornal da Paraíba*, 01/11/1981, p.11.

de até 13 e 14 anos de idade comprando fumo nas bocadas da feira”.<sup>141</sup> Acrescentou que adolescentes estão sendo aliciados pelos agentes da “boca de fumo” a comercializar a erva maldita por Cr\$ 100,00. Nesse relato, um viciado faz uma denúncia, localizando os locais das “bocas de fumo”, querendo que a polícia tomasse providência, sobretudo por ter vários menores envolvidos nesse tipo de ambiente.

O menor J.F.S., de 15 anos de idade, filho de José Aragão da Silva e Margarida Luiz Nascimento, que residiam na travessa 5 de agosto, no Mercado Central, foi preso na manhã do dia 28 de dezembro de 1981, praticamente às vésperas do Ano Novo, transportando drogas de traficantes como a chamada “erva dos sonhos”, um pacote de 20 gramas de maconha, alegando que era para o seu próprio consumo. Levado para a Central de Polícia, foi encaminhado para o Juizado de Menores, não falou quem tinha lhe entregado a droga.

Segundo informações fornecidas pelo Juizado de Menores, o garoto é considerado de alta periculosidade, atua em diversas modalidades de furto, sendo o preferido, o arrombamento de automóveis, de onde tira tudo, principalmente bolsas capangas contendo dinheiro e revólveres. Sua principal área de atuação é o centro da cidade.<sup>142</sup>

Esse menor foi preso várias vezes e levado para Casa de Recuperação, mas sempre conseguia fugir e voltar a cometer pequenos furtos. Conforme a matéria no jornal, isso ocorria pelo fato de sobreviver em condições sub-humanas. Passemos a ver alguns casos de roubos envolvendo menores.

“Marginal mirim” ou “Ladrões Mirins” eram termos bastante utilizados pelos jornais da época para denominar crianças e adolescentes que roubavam nas ruas da cidade, conhecidos também por trombadinhas. Segundo os jornais, uma onda de crimes tinha tomado conta da Feira Central. No dia 18 de setembro de 1979, o comissário França, da Delegacia de Roubos e Furtos, fez várias rondas com o seu pessoal na feira, para prender alguns marginais que faziam ponto naquele setor. Segundo ele, os marginais são em número maior do que o aparelho policial. “Resultado é que por mais

---

<sup>141</sup> “‘Bocas de fumo’ funcionam livres na Feira Central de Campina Grande”. In: Jornal da Paraíba, 10/10/1976, p.7.

<sup>142</sup> Jornal A Gazeta do Sertão, 29/12/1981.

que se faça, há sempre um marginal atacando a bolsa popular”.<sup>143</sup> As rondas policiais se intensificaram naquele espaço, sendo realizadas de dia e de madrugada.

Mesmo assim, as ocorrências continuaram a serem registradas, principalmente as relacionadas à atuação de menores roubando, os famosos “marginais mirins” e suas táticas de roubos. Ano Novo, década nova e novas denúncias contra os trombadinhas: foi assim que começou o ano de 1980, ou seja, o mês de janeiro foi marcado com inúmeras notícias que relatavam os roubos cometidos por menores. O delegado Otoni Lima, da Delegacia de Roubos e Furtos, determinou que agentes daquela especializada entrassem em ação, evitando a ação dos menores infratores no Mercado Central. O objetivo era afastar os delinquentes que nos dias de feira praticavam vários roubos e furtos. Os menores infratores que fossem vistos andando naquela área seriam apreendidos e levados para o juizado de menores, já o marginal adulto seria levado para a delegacia.<sup>144</sup>

Com as rondas da polícia na feira, os “marginais mirins” passaram a atuar nas paradas de ônibus próximo daquela área, nas imediações da Catedral. Na quinta-feira, 10 de janeiro de 1980, a senhora Maria Aparecida da Silva, residente no bairro de Santa Rosa, ao descer do coletivo com uma bolsa na mão foi atacada por três marginais mirins, como estava acompanhada pelo esposo José Pereira da Silva e seu filho João Caetano da Silva foi socorrida logo. Dois homens correram atrás dos “marginais mirins” que saíram em disparada, mas foi em vão<sup>145</sup>.

Apesar de todo um esquema elaborado pela Delegacia de Roubos e Furtos, os “marginais mirins” continuaram a furtar no Mercado Central. No sábado, 12 de janeiro de 1980, duas pessoas foram assaltadas: uma na feira de carne e outra na feira de calçados. Maria José Tavares, residente no bairro de José Pinheiro, se aproximou de uma tabira para comprar carne, enquanto isso, dois menores ficaram perto dela, observando a mesma fazer o pedido, quando ela abriu a bolsa para pegar o dinheiro, um deu um escorção nela e o outro levou a bolsa, depois saíram correndo em disparada. A vítima ficou sem a importância de Cr 360,00. A senhora afirmou à reportagem do *Jornal da Paraíba* que não existe segurança no Mercado Central, por isso sua feira

---

<sup>143</sup> “Marginais atacam sem parar na Feira Central”. In: *Jornal da Paraíba*, 18/09/79, p.7.

<sup>144</sup> “Delegado determina rigor no Mercado Central contra mirins”. In: *Jornal da Paraíba*, 09/01/1980, p.7.

<sup>145</sup> “Ladrões mirins estão agora atacando nos coletivos”. In: *Jornal da Paraíba*, 10/01/1980, p.7.

semanal é feita boa parte nos supermercados, ficando só as frutas e carnes para comprar na feira porque é mais barato. No desabafo dessa mulher, percebemos uma questão que se tornou recorrente com a chegada de supermercados à cidade, as pessoas foram criando o hábito de deixar de comprar na feira e passaram a fazer compras nos supermercados.

José Clodomiro da Silva, residente no centro da cidade, quando caminhava na feira de calçados, foi cercado por três marginais mirins que levaram dele Cr\$ 400,00. José Clodomiro ainda gritou para ver se alguém segurava os ladrões, mas ninguém teve a coragem de segui-los, temendo receber uma facada de um deles. A vítima procurou um policial para ver se conseguia pegar os ladrões. Como afirma o jornal, seria difícil capturar o menor infrator, sobretudo quando eles andavam em grupo, pois tinham as suas astúcias para fugir dos homens da lei. Astúcia essa que vamos ver através de um trio que atuava na feira.

“Trio perigoso”: eram assim conhecidos os três “marginais mirins” que atuavam costumeiramente na feira, cujos apelidos eram “Tramenha”, “Carlinhos Mão Torta” e “Josa”. Considerado pela polícia local como um “trio infernal”, “(...) quando atacavam uma vítima era pra valer. Quando a vítima resolvia reagir era ameaçado de morte”<sup>146</sup>. Atuavam nos dias de movimentação no Mercado Central (quartas-feiras, sextas-feiras e sábados). Andavam sempre juntos e armados de faca, gilete e canivete. Suas vítimas eram geralmente senhoras e homens de idade avançada. O trio os cercavam até tomar dinheiro, mercadoria ou algum objeto de valor. As pessoas que frequentavam a feira tinham medo quando viam o trio passar por perto. Segundo o *Jornal da Paraíba*, os três marginais mirins desafiavam até a polícia, quando um policial via os três andando juntos chamava os outros companheiros para tentar prendê-los, pois sozinho não conseguiria.

O trio desenvolveu uma tática para atacar as suas vítimas, eles atacavam em forma de triângulo, ou seja, “‘Tramenha’ (por ser o mais forte fisicamente) dava a chamada peitada na vítima, imediatamente surgia o ‘Carlinhos’ de um lado e o ‘Josa’ do

---

<sup>146</sup> “Polícia campinense desnordeada para encontrar matadores dos trombadinhas”. In: *Jornal da Paraíba*, 22/01/1980, p. 7.

outro ‘Tramenha’ ficava fazendo barreira, enquanto que ‘Josa’ e ‘Carlinhos’ colocavam as mãos nos bolsos da vítima e retiravam todo o dinheiro que esta conduzia”.<sup>147</sup>

No dia 31 de dezembro de 1979, o ancião Cícero Paulino não chegou a comemorar a passagem para o Ano Novo, tampouco os seus familiares. Cícero caminhava pela Rua Villa Nova da Rainha, quando os três marginais mirins estavam na feira de flores e viram o ancião passar, tentaram cercá-lo num primeiro momento, mas não foi possível, pois tinha muito movimento. O trio continuou seguindo Cícero, que encontrou um amigo e o cumprimentou. Em seguida, continuou a caminhar. Antes de conseguir entrar no supermercado Serve Bem, o trio atacou, Cícero tentou revidar, tentando tirar a mão de “Josa” do seu bolso, “Tramenha” fez um sinal com a cabeça, “Carlinhos” golpeou o ancião no tórax, retiraram o dinheiro da vítima e saíram correndo em direção à feira de madeira. Cícero ficou na calçada do Supermercado Serve Bem agonizando, algumas pessoas tentaram ajudá-lo, mas instantes depois veio a falecer.

Horas depois, a polícia conseguiu prender o trio, que foi levado para a Casa da Paz (Juizado de Menores). Na quinta-feira, 18 de janeiro de 1980, o trio conseguiu fugir arrombando os cadeados da Casa da Paz. “Carlinhos” foi para a sua casa e contou da sua fuga a seus familiares, “Tramenha” foi para o bairro de Santa Rosa e “Josa” foi para casa contar que tinha acontecido no dia 31 de dezembro de 1979 a sua mãe.

Na sexta-feira, 19 de janeiro de 1980, o corpo de “Josa” foi encontrado cheio de balas no distrito de Alvinho. Já na tarde do sábado, 20 de janeiro de 1980, por volta das quatorze horas e trinta minutos, quando saiu da feira de madeira e cruzou o Canal das Piabas em direção a sua casa, “Carlinhos” foi chamado por um homem de estatura baixa, que lhe deu quatro tiros. “Logo no primeiro disparo “Carlinhos” levou as mãos à cabeça pedindo para que o homem não atirasse. Mesmo assim, os disparos foram saindo do revólver e o trombadinha tombando foi ao solo completamente ensanguentando, morrendo no HAT”.<sup>148</sup> O autor dos tiros vendo “Carlinhos” praticamente sem vida deixou o local correndo. Populares comunicaram por telefone o fato à polícia, o marginal mirim foi levado ao Hospital Antônio Targino, submetido a um procedimento cirúrgico não resistiu aos ferimentos e faleceu.

---

<sup>147</sup> Idem.

<sup>148</sup> “Polícia campinense desnorreada para encontrar matadores dos trombadinhas”. In: Jornal da Paraíba, 22/01/1980, p.7.

A polícia passou a investigar o caso para descobrir quem teria matado “Josa” e “Carlinhos”, a princípio suspeitava de vingança pela morte do ancião Cícero Paulino em dezembro.

A Feira Central, bem como as ruas centrais da cidade, era um espaço escolhido pelos “marginais mirins” para praticar vários delitos. Sozinhos ou em bandos, o que realmente importava era conseguir dinheiro fácil, seja roubando ou traficando drogas para revender ou para o próprio consumo. Os jornais naquele período, tanto *A gazeta do Sertão* como o *Jornal da Paraíba*, relatavam os roubos desses menores, a ação da polícia para combatê-los, como também a forma que eles atuavam para furtar.

E no mês de janeiro de 1980, os jornais relataram vários casos, mostrando que a polícia vinha atuando frequentemente nos espaços da feira. Desta maneira, os marginais mudaram de tática e passaram a roubar as pessoas nas paradas de ônibus. Bem interagidos, os menores gostavam de atuar em bando como o trio infernal (“Carlinhos”, “Josa” e “Tramenha”). Cada um deles tinha uma função definida na hora de roubar, só que o último roubo deles não fora bem sucedido: sendo apreendidos, depois conseguiram fugir e em menos de 48 horas, dois foram assassinados (“Carlinhos” e “Josa”) e um (“Tramenha”) tomou rumo ignorado. Esse caso e outros relatos mostram o fim trágico de menores que sem uma infraestrutura socioeconômica, familiar e uma boa educação terminaram cometendo crimes para sobreviver.

Depois de mapearmos alguns furtos cometidos por menores, passaremos a relatar algumas brigas, as mais diversas, envolvendo populares e homens da lei.

#### **2.2.4 Brigas entre populares e autoridades**

Era responsabilidade da polícia vasculhar e patrulhar as ruas da feira, assim como aos vigilantes manterem a segurança dos estabelecimentos e dos bancos dos feirantes. Todavia, às vezes esses homens da lei se metiam em confusões e, como veremos, tornavam-se personagens centrais das práticas condenáveis, por frequentarem os bares e até os prostíbulos da redondeza.

Conflitos entre policiais e feirantes eram recorrentes, em alguns casos terminando em assassinato. O soldado da polícia militar José Anselmo Leite<sup>149</sup>, de 27 anos de idade, residente no bairro da Liberdade, foi ao mercado realizar algumas compras na manhã da quarta-feira, do dia 16 de maio de 1978, quando se deparou com a cena do marchante Carlos Antonio da Silva, conhecido popularmente por “Carlinhos”: ele estava dando ponta-pés numa senhora aleijada no mercado. Indignado com a imagem, o militar repreendeu o marchante, mas o mesmo continuou a bater na senhora. O militar disse que ele iria ser preso por isso. Os dois começaram a discutir e foram separados por populares que estavam na área, sendo que cada um deixou o local.

Na quinta-feira pela manhã, o militar se encontrava na feira no “bar de João Amorim”, quando o Marchante Carlos Antonio da Silva e o seu comparsa Djalma<sup>150</sup> chegaram ao estabelecimento. Percebendo a trama, a encurralada já era tarde demais para o militar se safar, foi atingido por quatro golpes de facas pelo marchante.

O acusado do crime fugiu e foi preso na sexta-feira em Queimadas. Na sua apreensão, foram disparados tiros nas mãos e pés. Segundo os policiais que o prenderam, a intenção não era aleijá-lo, contudo foram obrigados a usar as suas armas devido à reação do acusado. O delegado Valdivino, titular da Delegacia de Investigações e Capturas, concluiu o inquérito, afirmando que Carlos Antonio ao receber alta do Hospital Pedro I, iria para a casa de detenção, onde aguardaria julgamento. O delegado escutou as últimas testemunhas do crime para finalizar o caso. Interessante nesse episódio foi a forma como o acusado foi preso, sendo ferido nas mãos e pés. Três hipóteses podem ser levadas em consideração neste caso: a primeira de que os tiros possivelmente seriam para deixá-lo aleijado, visto que o mesmo estava batendo em uma aleijada na feira dias atrás; a segunda de que policiais estavam se vigando da morte do militar, ou a última seria a da sua reação contra a apreensão. O caso é que o acusado de praticar o crime foi preso e ia responder pelo ato cometido.

Outro caso é o do investigador da polícia Sebastião, que se reunia com alguns amigos para se divertir na feira, no “Bar do Giló”. Chegando lá, passou a beber e como tinha uma rixa antiga com o dono do Bar, “Momentos depois cantou valentia e exibiu

---

<sup>149</sup> “Marchante mata policial com quatro golpes de faca, fugiu mas foi preso em Queimadas”. In: Jornal da Paraíba, 19/05/1978, p.6. E “Concluído inquérito sobre a morte do PM. In: O Jornal da Paraíba, 21/05/1978, p.6.

<sup>150</sup> Com relação a esse comparsa não foi encontrado nada nos jornais.

um revólver calibre 38, dizendo que nada temia”.<sup>151</sup> Segundo o jornal, a ocorrência foi comunicada ao Superintendente de Polícia da Segunda Região, Antônio de Pádua Torres, que determinou a prisão de Sebastião. Chegando à delegacia, Sebastião foi ouvido e relatou que agiu daquela forma porque tinha sido agredido por quatro homens e para se defender sacou a arma.

Vejam agora o caso de Jonilton Tarras, de 39 anos de idade, mais conhecido como Gílo, proprietário do Bar Borborema, conhecido também como “Bar do Gílo”, na Rua Marcílio Dias, que já tinha sido palco de outras intrigas como a da prostituta Luzia Cassimiro da Silva, de 24 anos de idade, residente na Rua Manoel Pereira de Araújo, número 408, zona do baixo meretrício, que foi agredida e levada ao Pronto Socorro devido a um ferimento na cabeça na madrugada do dia 8 de agosto de 1975. A vítima acusa o dono do bar de tê-la agredido com um pedaço de pau na cabeça. Na delegacia, Gílo tinha falado que Luiza estava bêbada e queria furar o amante com um garfo. Na ocasião ela caiu e terminou se machucando, disse ainda que nada tinha feito com ela. O chefe da seção criminal, investigador Edgar Francisco da Silva disse que a versão contada por Gílo não correspondia ao que a vítima tinha relatado, para tanto iria convocar mais pessoas para depor a respeito desse caso.

Brigas em bares e restaurantes na feira aconteciam geralmente por motivo de embriaguez, desavenças, rixas, mariposas e outros. Caso bem peculiar foi o do indivíduo Manoel Amaro Dinarte, de 24 anos de idade, residente na Rua Santa Rosa, bairro do Cruzeiro. Ele foi detido pelo Guarda Civil João Severino, acusado de desordem, embriaguez e ferir um popular conhecido como Antonio. O fato aconteceu na noite do dia 4 de dezembro de 1973, quando Manoel entrou no Bar de Antonio na Rua Marcílio Dias. Já embriagado, pediu uma aguardente e, depois de três doses, passou a insultar Antonio, chamando-o de ladrão. O mesmo pediu que ele se retirasse do bar e dispensou o pagamento da conta. Irritado e bêbado, Manoel se recusou a sair, Antonio chateado com a situação empurrou o desordeiro, colocando-o para fora do bar. Manoel, enraivecido, começou a bater em Antonio e lhe deu uma mordida. Nesse momento, o Guarda Civil João Severino passava no local deu ordem de prisão a Manoel que se escondeu, mas foi preso pelo guarda. Antonio foi levado ao pronto socorro para fazer

---

<sup>151</sup> “Investigador promove quebra-quebra na feira”. In: A gazeta do Sertão 25/12/1981.

um curativo no local da mordida.<sup>152</sup> Esse caso nos mostra que os donos dos bares se metiam em confusão devido a sua clientela, que depois de algumas doses de bebida armavam confusão.

O desrespeito à lei e às autoridades locais levava à prisão, como foi o caso do vigilante noturno da feira Antonio Justino Silva, que se encontrava jogando cartas com alguns amigos na Rua Manoel Pereira e na mesa estava o seu revólver de calibre “grosso”. O policial José Leite Soares, responsável pela ronda diurna nas imediações da feira, vendo o revólver do vigilante à mostra foi conversar com ele. Argumentou que ele só poderia sair com a sua arma em período de serviço e que ele deveria guardá-la. Revoltado, o vigilante disse que não devia satisfação a ele. Sendo assim, os policiais que faziam a ronda tiveram que desarmar o vigilante e o levaram à delegacia. O acusado se recusou, mas foi detido pelos policiais. Esse fato ocorreu na feira, porque o Coronel Joaquim Sinfrônio, determinou que os vigilantes noturnos só poderiam andar armados no seu horário de serviços, pois as armas estavam sendo utilizadas a “todo instante e em qualquer lugar como se eles fossem uma autoridade”.<sup>153</sup> Nesse relato, percebemos que os vigilantes estavam usando as armas em qualquer horário para impor autoridade, questão bem notória no caso do vigilante Antonio Justino Silva, que ao estar jogando numa mesa de bar, no baixo meretrício, colocou o seu revólver à mostra, impondo assim autoridade. Isso não deveria ocorrer porque ele não estava em horário de serviço e também não era considerado autoridade perante o Coronel Joaquim Sinfrônio.

Os bares na feira eram os espaços de lazer, onde se encontravam as comidas típicas do Nordeste (picado, bode cozido, tripa assada, farinha e outros) e bebidas, como a cachaça. Ambientes de descontração eram frequentado por feirantes, fregueses, os homens da lei (guardas, vigilantes e policiais), as prostitutas e outros. Era um espaço que tinha o divertimento, mas também rixas e conflitos pelos variados motivos: problemas ligados ao trabalho na feira, questões amorosas envolvendo as prostitutas, jogos e pessoas que excediam com a bebida e terminavam arrumando confusões. Sendo assim, feirantes, proprietários dos bares, fregueses e os homens da lei se envolviam em pequenos conflitos nesses espaços de lazer. No próximo item, veremos que os

---

<sup>152</sup> “Comerciante agredidas a soco e dentadas num bar do mercado”. In: O Jornal da Paraíba, 05/12/73, p.7.

<sup>153</sup> “Guarda desacatou policiais no meretrício e acabou sendo colocado no xadrez”. In: O Jornal da Paraíba, 24/04/1975, p. 7.

trabalhadores da feira brigavam entre si por vários motivos, entre eles destacamos as dívidas, as rixas antigas e outros.

### **2.2.5 Briga entre trabalhadores na feira**

A feira é um espaço mercadológico, espaço de concorrência frequente entre os trabalhadores locais, que marcam assim algumas disputa entre eles para negociar os seus produtos. Por ser assim, acarreta discussões e conflitos cotidianos e constantes. Vejamos alguns desentendimentos entre esses personagens.

Sábado, 1º de abril de 1974, o comerciante José Fonseca Filho, residente na Rua Silva Jardim, número 664, bairro José Pinheiro, proprietário de uma serralharia na feira de madeiras, foi realizar uma cobrança de uma dívida antiga ao popular conhecido João do Ouro e a seu filho. No momento em que foi realizar a cobrança no seu estabelecimento, os devedores inventavam que não tinham o dinheiro, quando José deu as costas para voltar ao trabalho recebeu um golpe de faca peixeira nas costas. Os agressores fugiram e a vítima foi levada ao Hospital Antonio Targino. Os dois agressores permaneceram foragidos. Como era uma dívida antiga, os dois agressores não tinham a intenção de pagar e sempre José fazia questão de cobrar quando via os dois perto do seu comércio, irritados com tantas cobranças terminaram partindo para agressão.<sup>154</sup>

Quinta-feira, 25 de março de 1976, o vendedor ambulante Manoel de Sousa, de 30 anos de idade, residente na Rua Francisco Abílio, número 50, bairro do Alto Branco, tinha ido para o Mercado Central fazer um carregamento de peixe. Ao término do trabalho, se dirigiu para a parada de ônibus com um saco de 120 quilos de peixe. Quando ia colocando o saco no coletivo, recebeu um golpe de faca na perna direita do marginal conhecido como “Negro Capilé”, que fugiu depois do ocorrido. Manoel foi levado para o Hospital Pedro I.<sup>155</sup>

---

<sup>154</sup> “Comerciante ferido à traição quando efetuava cobrança de uma dívida antiga na feira”. In: Jornal da Paraíba, 02/04/1974, p.7.

<sup>155</sup> “Vendedor esfaqueado por Capilé no Mercado Central”. In: Jornal da Paraíba, 26/03/1976, p.7.

Dias atrás, os dois haviam tido uma discussão, e o agressor passara a insultar Manoel, que empurrou “Negro Capilé”. Antes de começar uma briga, o policial José Luiz, do Mercado Central, separou os dois, que foram embora. Naquela quinta-feira “Negro Capilé” viu a oportunidade de se vingar, com uma facada em Manoel. A polícia foi notificada sobre esse acontecimento e foi atrás do acusado que se encontrava foragido.

Aparentemente, era uma quinta-feira normal, 16 de junho de 1977, no Mercado Central, pessoas andando para fazer suas compras e outras vendendo suas mercadorias. Por volta das treze horas e quarenta minutos, aconteceu uma discussão relacionada à venda de carnes. O marchante Carlos Gomes deu um soco violento no rosto do retalhador de carnes Edilson Clementino Caldas, pegou uma faca peixeira e deu dois golpes no retalhador, que caiu no chão ensanguentado devido os ferimentos. O acusado conseguiu fugir, pois as pessoas que estavam no local ficaram preocupadas em ajudar o retalhador, que foi levado ao Hospital Pedro I.<sup>156</sup>

Quase um mês depois do ocorrido, o Marchante Carlos Gomes da Silva domiciliado na Rua Francisco Camilo, número 302, no bairro do Catolé, se apresentou no Vigésimo Cartório da Delegacia de Investigações e Capturas. O acusado prestou depoimento alegando que foi forçado a ferir o retalhador de carnes Edilson Clementino Caldas, residente da Vila Cabral de Santa Terezinha, por ter sido agredido primeiro.

Já Carlos Gomes tinha péssimos antecedentes criminais, como notificou o *Jornal da Paraíba*. Fora preso três vezes por agressões, sendo solto da última vez através “Habeas-corpus”. A agressão sofrida por Clementino estava em fase de conclusão e Carlos novamente iria aos tribunais, podendo ser condenado.<sup>157</sup>

Outro caso envolvendo um marchante ocorreu no final da tarde do sábado, no dia 13 de junho de 1981. O marchante José da Silva de 24 anos, conhecido como Zezito, morador na Rua Santo Antonio, número 836, foi ao banco de “Bill da Batata” para lhe cobrar uma dívida, “o devedor não quis pagar daí saiu uma discussão. Ocasionalmente uma briga no meio da rua, no qual quatro tiros foram disparados de um revólver calibre 38.

---

<sup>156</sup> “Retalhador de carne esfaqueado por colega no Mercado Central”. In: *Jornal da Paraíba*, 17/06/1077, p. 10.

<sup>157</sup> “Marchante que agrediu colega apresenta-se as autoridades”. In: *Jornal da Paraíba*, 15/07/10977, p. 10.

O autor dos disparos teria sido ‘Zezito’, encontrado momentos depois de arma na mão”.<sup>158</sup> No meio desse tiroteio, os dois saíram ilesos, diferente da doméstica Severina de Lima Sousa que recebeu um tiro no olho e foi internada no Hospital Pedro I. A outra versão para esse caso seria a de que o filho de “Bill da Batata”, um militar do Exército, vendo seu pai levar desvantagem na briga atirou e depois tomou rumo ignorado, argumento que estava sendo levantado pelo advogado de Zezito, fato que foi investigado pela polícia na época, porém não sabemos o desfecho. O jornal não deu mais informações sobre esse caso. O fato é que essa notícia, assim como as outras relatadas, mostram que feira era palco de conflitos decorrentes de dívidas antigas, venda de produtos como a carne, discussões entre os trabalhadores que terminavam em brigas.

Passando de algumas brigas entre os trabalhadores na feira, observamos a prostituição localizada na Rua Manoel Pereira de Araújo, conhecida também como “Rua Boa”. Analisaremos como essas prostitutas eram excluídas do espaço da feira e algumas reclamações pedindo a retirada daquele “baixo meretrício”.

### **2.3 “Rua Boa” caracterizada como um espaço marginalizado da feira**

A famosa “Rua Boa”, Rua Manoel Pereira de Araújo, que no seu tempo áureo (1937-1941), abrigou famosas pensões (como a “Pensão Mordena” de Zefa Tributino), casas de mulheres e cabarés luxuosos, como o famoso Cassino Eldorado de Carminha Vilar, construído em 1937, que era uma casa de espetáculos, jogos e danças.

O ‘Cassino Eldorado’ despertava os sonhos da juventude que ficava sabendo, por ouvir falar, da exibição de artistas, cantores, dançarinos, músicos e, principalmente, das lindas e divinizadas mulheres que desfilavam por seus salões com deslumbrantes vestidos na última moda parisiense.<sup>159</sup>

Era um ambiente exclusivo dos adultos, homens que tinham dinheiro para gastar. Em cada mesa do Eldorado, estava “um ricoço ou um homem de ‘bem’ da sociedade (médico, engenheiro, funcionário do banco do Brasil ou militar do Exército)”.<sup>160</sup> Segundo Souza (2002), o Cassino era bastante frequentado e era comum aos sábados

<sup>158</sup> “Polícia apura o tiroteio da feira”. In: Jornal a Gazeta do Sertão, 15/06/1981.p.6.

<sup>159</sup> SOUZA, 2002, p.325.

<sup>160</sup> “Turma da boemia”. In: Jornal da Paraíba, 11/10/ 1980, p. 3.

chegarem carros com placas de João Pessoa, Recife e Natal, boêmios que chegavam para assistir shows e se divertir com as belas mulheres. O traje que os homens deveriam usar durante a semana para frequentar aquele ambiente era paletó e gravata, nos fins de semana, era a rigor. Nele só entrava quem tivesse com vestimenta adequada e passasse pela vistoria do porteiro, Chapéu.

A partir do meio da década de 50, a rua Manoel Pereira de Araujo ou Rua Boa havia mudado muito. Não havia mais a exigência do uso do paletó na maioria das pensões (...), carregadores da Feira, já podiam adentrar os cabarés sem se sentir constrangidos por não ter as belas roupas dos antigos frequentadores do Eldorado.<sup>161</sup>

Observa-se um declínio nessa área, que ficou Conhecido também como “baixo meretrício”, passou por uma decadência tornando-se sinônimo de local “decrépito e perigoso”. Nova clientela diferente daquela dos tempos áureos passou a frequentar aquela rua.

**Imagem 19:** O Eldorado em 1979



**Fonte:** Jornal da Paraíba 06 de maio de 1979.

A imagem 19, do *Jornal da Paraíba*, apresenta o Eldorado em declínio: a sua fachada bastante deteriorada e a Rua Manoel Pereira de Araújo, antes sinônimo de glamour, passou a ser considerado um lugar perigoso, frequentado por marginais, prostitutas, usuários de drogas (maconha) entre outros. “(...) A ‘Rua Boa’ só aparecia

<sup>161</sup> SOUZA, 2002, p.325.

agora nas notícias policiais dos jornais e nos processos judiciais, pelas desordens e crimes que ocorriam em suas imediações”.<sup>162</sup> Para demonstrar essa situação iremos relatar alguns casos noticiados em jornais da época.

A “Rua Boa” passa a ser a designação que estigmatiza lugares “malditos da urbe”.<sup>163</sup> A rua é perigosa, feia e que, além de englobar a prostituição, “‘sujas e fedorentas mulatas’ até galinhas, porcos, ovos, panelas, cebolas e tudo mais”<sup>164</sup> podiam ser encontrados no local. Lugar por onde circulavam personagens tidas como perigosas praticantes de ações condenáveis. “Em meio às mulheres de vida-livre, crianças desnudas, mal alimentadas e sujas (...) as famílias são obrigadas a assistirem toda sorte de atos indecoros, pornográficos convites formulados em via - pública para o ‘amor’ e coisas assim”.<sup>165</sup> Expressões como essas do *Jornal da Paraíba* (na coluna policial), relatavam o desprestígio do local, passando a ser frequente incidentes ocorridos naquele espaço, que figuravam na crônica policial: “Mariposas da rua (Boa) somente brigam agora a base da gilete”.<sup>166</sup> Esse local teria sido palco de um comportamento desviante, praticado por alguém de “mal viver”. A “Rua Boa” era/é um reduto dos excluídos urbanos e corresponde, a uma demonstração do que poderíamos chamar a maneira conflitiva de construir o espaço público.

Devido às badernas e brigas das prostitutas na feira e nas ruas centrais, os delegados Francisco Maria Filho e Joaquim Sinfrônio lançaram a campanha “Prisão Coruja”, em setembro de 1972, com o objetivo de acabar com a bagunça realizada por prostitutas nas madrugadas. Essa atitude foi tomada devido ao elevado número desses registros. As rondas seriam feitas, principalmente, nos locais frequentados pelas prostitutas. As mulheres que fossem vistas andando de madrugada seriam levadas à delegacia. Já os menores seriam levados ao Juizado de Menores.

Essa medida adotada pelos delegados era para disciplinar as atitudes, as posturas das prostitutas, buscando assim estabelecer uma conduta que elas deveriam adotar no

---

<sup>162</sup> SOUZA, 2002, p.325.

<sup>163</sup> PESAVENTO, Sandra Jatthy. **Lugares malditos: a cidade do outro no sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XX)**. Revista Brasileira de História, v.19, n.37, p.199-216, 1999.

<sup>164</sup> Retirado da notícia “Rua Boa o problema sem solução em Campina Grande”. In: *Jornal da Paraíba*, 07/11/1975, p. 7.

<sup>165</sup> Idem.

<sup>166</sup> “Mariposas da rua somente brigam agora a base da gilete”. In: *Jornal da Paraíba*, 27/07/1972, p.7.

seu cotidiano. “A campanha visa uma melhor conduta para aquelas ‘profissionais’ que após meia-noite, ficam a bater calçada e praticar desordens nas vias-públicas”.<sup>167</sup> O jornal passa a imagem de que essas mulheres eram figuras indesejáveis pela sociedade.

A prostituta apresentaria uma ameaça à integridade da família e o cerne da pirâmide social. Ela seria a alteridade perversa, sem controle, ameaçaria todo o corpo social. No sábado, 11 de setembro de 1971, a dona de casa Joana Sotero dos Santos, residente no sítio Jenipapo, foi a Feira Central realizar algumas compras, quando se deparou com a mundana Severina dos Santos, amante do seu marido. Na ocasião, Dona Joana pediu à mundana que deixasse o seu marido em paz porque ela precisava dele para cuidar dos seus filhos, e disse que ela fosse atrás de um homem solteiro. Severina não gostou do que escutou, começou a bater em Joana com bofetadas e puxões de cabelo. Cheia de escoriações, Dona Joana foi à delegacia prestar queixa, pois não queria ver mais a mundana e, como vítima afirmou, “briga em meio de rua não fica bem para uma mulher casada”.<sup>168</sup> A prostituta se apresenta como uma ameaça à família, uma destruidora de lar que não se importava com os sentimentos de Dona Joana. Se expressa como uma ameaça à integridade familiar e à estabilidade dos valores, expondo com clareza o seu desrespeito às ordens estabelecidas.<sup>169</sup>

A noção de exclusão corresponde às práticas sociais discriminatórias. Existem práticas que excluem como também discursos e palavras que definem o perfil dos excluídos. São construções que fazem o avesso do tipo desejado para uma comunidade e apresentam os excluídos como portadores de características que permitem o seu reconhecimento num dado contexto social. Essa questão perpassa a vida das prostitutas que se localizavam no baixo meretrício.

Diante da nossa análise, percebemos que as mulheres de vida-livre recebiam várias nomenclaturas no *Jornal da Paraíba*, às vezes eram chamadas de mulheres de vida fácil, prostitutas, mariposas e mundanas. Termos pejorativos que caracterizavam

---

<sup>167</sup> “Prisão Coruja foi lançada para acabar com desordens de mariposas nas ruas centrais”. In: *Jornal da Paraíba*, 03/09/1972, p.7.

<sup>168</sup> “Espancada por mulher na feira”. In: *Jornal da Paraíba*, 11/09/1971, p. 7.

<sup>169</sup> Ver em SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa. **Por um real de amor: Representações da prostituição na MPB**. 1ª. ed. Campina Grande: Editora da Universidade Federal de Campina Grande, 2008.

essas mulheres que habitavam a “Rua Boa” e se metiam em brigas. Ao longo da nossa narrativa, perceberemos a variação das nomenclaturas.

Essas mulheres se metiam em confusões por vários motivos: brigas entre elas por amantes e homens se aproveitavam da condição delas para batê-las. Em algumas ocasiões, elas se juntavam para furtar seus clientes. Assim era o cotidiano dessas mariposas relatado pelos periódicos, o qual pretendemos mostrar.

Nesse período, ao término de suas atividades, alguns trabalhadores da feira aproveitavam para se divertir um pouco nos restaurantes, bares e pensões das redondezas. No dia 17 de junho de 1973 Francisco Henrique de Alencar Filho, de 25 anos de idade, Residente no Hotel Tabajara, foi ao baixo meretrício atrás de uma prostituta. Depois do relacionamento carnal, o homem não quis pagar porque a mulher tinha recusado a sua proposta indecorosa<sup>170</sup>. Então, ele começou a bater nela dizendo que em casa tinha tudo e que queria algo diferente. O delegado Tenente-coronel Joaquim Sinfrônio da Silva, ao saber do ocorrido prendeu Francisco que ficou até o outro dia na cadeia.<sup>171</sup>

Enquanto umas eram agredidas porque os clientes não queriam pagar o serviço, outras já não sabiam o motivo por serem agredidas, como veremos. O marchante Matusalém Gomes da Silva, residente na Rua Antônio Bernardino, no bairro de José Pinheiro, depois de ter feito as suas atividades se direcionou para o Bar de Bilina e passou a discutir com a mundana Ruth Mere Dantas, com quem teve um romance. Pegou o cipó de boi e passou a dá uma surra na mulher. Chegando a Rádio Patrulha no local, foi preso. Na delegacia, exigiu uma prisão especial por ser comerciante, mas foi para uma sela comum. Ruth declarou não conhecer os motivos que fizeram o marchante bater nela, na ocasião ela mostrou as marcas de algumas chicotadas para a autoridade. Nessa hora, os laços de solidariedade aparecem: Geraldo Barbosa da Silva, que se encontrava no mesmo local, foi quem chamou a Rádio Patrulha e foi na delegacia prestar queixa a favor da mulher.<sup>172</sup>

Algumas prostitutas tinham o costume de roubar os seus clientes. Isso foi registrado pelos jornais devido ao alto índice de denúncias, que no ano de 1972

---

<sup>170</sup> Proposta esta que o *Jornal da Paraíba* não mencionou.

<sup>171</sup> “Preso porque surrou mariposa”. In: *Jornal da Paraíba*, 17/06/1973, p.7.

<sup>172</sup> “Marchante promove alteração e espancada mundana na feira”. In: *Jornal da Paraíba*, 23/06/1973, p.7.

chegaram a mais de 20 queixas. Em 7 de junho de 1973, seis mariposas estavam sendo acusadas de furtos: “Mulheres da rua Manoel Pereira de Araújo voltaram a agir furtando de homens que comparecem a seus apartamentos”.<sup>173</sup> Depois das denúncias realizadas pelo comerciante Djalma Alves da Silva, de 18 anos de idade, residente no bairro do Catolé, que perdeu a quantia de Cr\$ 300,00 e Antonio José da Silva, residente em Belo Jardim, no Estado de Pernambuco. Segundo Antonio, depois de realizar algumas compras na feira, foi visitar um prostíbulo, depois que ele saiu do estabelecimento, percebeu que tinha sido levado dele a importância de Cr\$ 100, 00 foi à delegacia prestar queixa. Para averiguação a polícia conseguiu prender três mulheres: Maria Rosilda da Costa, Ana Maria e Maria do Socorro Ferreira. Elas ficaram presas para depor e esclarecer os furtos, as outras três mulheres a polícia não conseguiu prender.

Se as prostitutas fossem vistas bêbadas e arrumando confusão à noite, iam presas conforme a “Prisão Coruja”. Só que algumas deles resistiam à prisão, sobretudo quando estavam bêbadas. Na madrugada da sexta-feira, do dia 17 de novembro de 1973, a mundana Maria Olindete, de 18 anos, residente na Rua Manoel Pereira de Araújo, foi presa por embriaguez e desordem. Ela resistiu à prisão: “demonstrando uma força descomunal para uma mulher, Olindete brigou com quatro policiais à base de dentadas, pernadas e cabeçadas”.<sup>174</sup> A mulher só foi detida devido à experiência de um policial: “somente sendo dominada graça a experiência do Tenente Tavares, que conseguiu com jeito, levá-la ao Pronto Socorro, onde a mesma foi medicada de um ferimento no couro cabeludo e ali tomou injeção para acalmar-se”.<sup>175</sup> Depois foi levada para a delegacia e permaneceu o resto da noite na solitária, não quis falar com ninguém nem com a imprensa. A resistência à prisão se deve aos maus tratos pelos policiais que, segundo algumas denúncias nos jornais, eles cometiam contra essas mulheres quando eram pegas bêbadas e fazendo bagunças na via pública.

Uma quinta-feira, 12 de abril de 1979, Gilvan Feliz da Silva, de 20 anos de idade, pedreiro, solteiro, residente na Rua Odon Bezerra na Liberdade, saiu de casa e foi à feira se divertir. Depois de tomar muita aguardente, irritou-se com uma prostituta que se recusou a sair com ele. Revoltado, começou a bater nela. Como diria o *Jornal da Paraíba*, “Houve muito tumulto no local e a polícia foi chamada, levando o acusado

---

<sup>173</sup> “Seis mariposas acusadas de furto”. In: *Jornal da Paraíba*, 07/06/1973, p.7.

<sup>174</sup> “Mariposas revolta-se na delegacia e quase agride 5 policiais”. In: *Jornal da Paraíba*, 17/11/1973, p. 7.

<sup>175</sup> Idem.

para o xadrez”.<sup>176</sup> Foi levado até a Central de Polícia onde iria ficar à disposição do delegado e responder a um inquérito.

Devido às constantes brigas e confusões na área do baixo meretrício, o delegado Tenente-coronel Joaquim Sinfrônio da Silva, notificou ao *Jornal da Paraíba* que essa área seria removida para outro lugar distante do centro da cidade, já que se configurava como um problema:

Os cabarés ali devem ser fechados, hoje as mariposas se confundem com feirantes e teremos de fazer alguma coisa para resolver o problema. A Feira Central que cresce a cada dia, terminou por invadir a zona do baixo meretrício. A comunidade vem reclamando constantemente uma providência da Prefeitura e da Polícia.<sup>177</sup>

Problema que para ser resolvido dependia da ação da Prefeitura, conforme o delegado Joaquim, que já tinha conversado com o interventor Luiz Motta Filho. Ele pediu algumas soluções para aquela área. Como estava no fim do seu mandato, afirmou que deixaria esse assunto para o seu substituto. Em reunião com o prefeito Evaldo Cruz, o delegado discutiu que algumas medidas deveriam ser tomadas, como a transferência do meretrício: “A prefeitura construiria uma Vila onde essa ficasse sem molestar as famílias campinenses, principalmente no Mercado Central”.<sup>178</sup> O delegado disse que estava esperando uma providência da Prefeitura para solucionar esse problema, mas que a mesma ainda não tinha se pronunciado depois da reunião. “O povo continua reclamando uma providência das autoridades”.<sup>179</sup>

Diante dessa situação, percebemos que o delegado tinha uma proposta para solucionar o problema da “Rua Boa”, só que não dependia somente dele, a Prefeitura teria que ajudar. Observamos que o problema dessa rua era jogado para outras administrações que não resolveram essa situação que dura até os dias atuais.

O *Jornal da Paraíba* afirmou em reportagem sensacionalista: “Manoel Pereira de Araújo uma rua onde se vende galinhas, amor e se espalha o sofrimento”, descrevendo o mundo das prostitutas na “Rua Boa”. A notícia começa a mostrar como eram aquelas mulheres, os seus costumes, a aparência das crianças que moravam

---

<sup>176</sup> “Detido ao surrar mulher na feira”. In: *Jornal da Paraíba*, 13/04/1979, p.3.

<sup>177</sup> “Meretrício pode mudar de localização”. In: *Jornal da Paraíba*, 14/07/1973, p.7

<sup>178</sup> Idem.

<sup>179</sup> Idem.

naquele espaço e os marginais, ou seja, os personagens excluídos e marginalizados que habitavam aquela rua:

Ali estão as mulheres de vida livre (?), mal vestidas, maltrapilhas mesmo embriagadas, gestantes, chagadas doentes. Melancolicamente sentadas no vão das portas ou com os pés charfundado a lama da rua, crianças barrigudas, despidas, famintas, subnutridas. Indivíduos embriagados, maconheiros, marginais, agarram-se as mulheres em plena via pública, trocando beijos de um amor que merece mais piedade que exaltação.<sup>180</sup>

Aparentemente, o cabaré, esse espaço intermediário entre o público e o privado, se projeta para a própria rua e se misturam. Essas mulheres exibem cenas que não deveriam ser expostas à vista de todos. Os personagens terminam fazendo da via pública um espaço de exibição de sua intimidade: “A rua é suja, enfeitada de detritos, as paredes dos pardieiros pintadas de pornografias. (...) mulheres lavam roupas íntimas em plena calçada e na confusão de sons e ruídos, ouve-se, de vez em quando um convite, em voz alta, para um encontro de amor”.<sup>181</sup>

Diante dessas cenas, os feirantes que comercializavam naquela área não gostavam das atitudes dessas mulheres. José Ferreira dos Santos, vendedor de galinhas, afirma: “eu mesmo só venho aqui vender galinhas, porque este é o local indicado pela Prefeitura. Há problemas, pois geralmente as senhoras não se sentem bem em vir até aqui”.<sup>182</sup> Esse depoimento reafirma o constrangimento que as senhoras de família sofriam ao ter que passar naquele espaço. Já a doméstica Josefa Bernardino de Araújo relata: “É uma vergonha uma cidade do porte de Campina Grande, já abrindo as suas portas para o turismo tenha ainda que aturar uma falta de respeito dessa natureza. Se o prefeito passasse por aqui, veria o negócio como é, e talvez resolvesse tomar uma medida”.<sup>183</sup> Esse comentário é uma crítica à ordem vigente e à administração do prefeito Evaldo da Cruz: como essa autoridade permitia que aquela situação continuasse no centro da cidade.

---

<sup>180</sup> “Manoel Pereira de Araújo uma rua onde se vende galinhas, amor e se espalha o sofrimento”. In: *Jornal da Paraíba*, 11/12/1973, p. 5.

<sup>181</sup> *Idem*.

<sup>182</sup> *Idem*.

<sup>183</sup> *Idem*.

E a reportagem termina com uma indagação e uma respostas esperançosa para essa rua: “Assim é a Rua Manoel Pereira de Araújo, com sua problemática. Haverá uma solução? Por certo que sim”.<sup>184</sup>

A Rua Boa passou a ser um problema social para o Mercado Central, segundo o *Jornal da Paraíba*, sendo realizados alguns apelos para a desobstrução daquela área, que deveria ser removida para um lugar mais apropriado ao comércio humano e mais afastado do centro da cidade. A presença das prostitutas nas vias públicas do mercado incomodava as famílias que iam fazer compras<sup>185</sup>. Como relata o *Jornal da Paraíba*,

Várias reclamações surgem semanalmente por parte da população que se vê obrigada transitar por aquele antro e ouvir as mais baixas pornografias, cenas indecorosas, mulheres doentes e mal vestidas, crianças subnutridas vivendo na promiscuidade misturada com animais e pra completar ter-se que presenciar as mundanas oferecendo o seu corpo por qualquer preço ao primeiro que encontra na via-pública (...) são muitos os desentendimentos que tem surgido envolvendo mulheres de vida-fácil e feirantes.<sup>186</sup>

Em 7 de novembro de 1975, o *Jornal da Paraíba* faz novamente um apelo para as autoridades locais arrumarem uma solução. Nessa notícia, o jornal enfatiza que já foram feitas outras reclamações: “O fato já foi denunciado, inclusive fotograficamente pela imprensa, especialmente por esse matutino, atendendo a denúncias a nós formuladas pelos que ali transitam para a aquisição de mercadorias especialmente as aves”.<sup>187</sup>

---

<sup>184</sup> Idem.

<sup>185</sup> Ainda hoje, através da pesquisa in locus, percebi diversas vezes os olhares de reprovações quando uma prostituta circulava pelo Mercado Central, reconhecida pelos seus trajes, roupas curtas na maioria das vezes, uma blusa deixando a barriga aparecer, uma saia ou short bem curto e uma aparência mal cuidada-sofrida. Quando ela passava, os feirantes por perto falavam “como é que uma pessoa se presta a esses serviços”, “olha os trajes, aff”, “Que Deus tome conta dessa alma”. Certa vez, num sábado à tarde, 08 de junho de 2009, por volta da 16:40 da tarde, me deparei com a seguinte imagem: uma prostituta vestida com uma blusa amarela bem curta e calcinha vermelha, sendo carregada por dois homens aparentemente bêbados caminhando pelas ruas da feira. No fim da tarde, o movimento na feira diminui e os feirantes começam a arrumar os seus bancos e as mercadorias que sobraram. É comum ver bêbados e prostitutas circulando pela feira.

<sup>186</sup> “Zona do baixo meretrício continua sendo um problema sem solução em Campina Grande”. In: *Jornal da Paraíba*, 05/09/1975, p.7.

<sup>187</sup> “Rua Boa o problema sem solução em Campina Grande”. In: *Jornal da Paraíba*, 07/11/1975, p. 7.

A notícia registra a indignação dos cidadãos por terem que dividir o espaço da feira com as prostitutas, símbolo de desordem e desrespeito à família. As reclamações são feitas para que autoridades locais tomassem uma providência.

A “Rua boa” torna-se um problema sem solução, denunciado pelos periódicos como o “pior (lugar) da cidade, cheio de toda a sorte de infortúnios, desde furtos, doenças, vícios diversos e taras sexuais”.<sup>188</sup> Porém, sem uma solução tomada pela administração local.

No dia 29 de janeiro de 1978, a MAFE – Movimento de Ajuda Fraternalidade que desenvolvia um trabalho com as prostitutas da “Rua Boa”, com o objetivo de recuperar essas mulheres que trabalhavam com a mais velha profissão do mundo, promoveu uma reunião com o delegado Cícero Ludgerio, da Delegacia de Vigilância Geral e Costumes.

A reunião tinha como objetivo reclamar das arbitrariedades, agressões cometidas pelos soldados e guardas noturnos do posto policial da feira, que vinham espancando essas mulheres por qualquer desobediência.<sup>189</sup>

O comissário Geraldo França do Posto policial daquele setor proibiu que as prostitutas tivessem acesso à Rua Manoel Pereira de Araújo durante os dias de feiras devido às inúmeras reclamações de famílias pelo escândalo que essas mulheres praticavam. Sendo assim, o comissário baixou essa proibição nos dias de feira porque muitas famílias compareciam para efetuar suas compras. No mês anterior, as mulheres da MAFE relataram que uma mulher de vida livre, numa quarta-feira, saiu de casa para fazer compras na feira e um guarda prendeu a mulher e lhe deu uma surra, e não deixou ela explicar que iria só realizar suas compras.

Diante desse caso e vários outros desse tipo, a MAFE resolveu fazer essa reunião para comunicar ao delegado Cícero esses casos, e que ele esclarecesse quais eram as ordens reais para o trânsito das mulheres na rua Manoel Pereira de Araújo nos dias de feira. Essa reunião teve a presença de trezentas mulheres assistidas pela MAFE.

---

<sup>188</sup> “Rua Manoel Pereira, o problema social mais crônico da cidade”. In: Jornal da Paraíba, 06/05/1979, p.3.

<sup>189</sup> Essas atitudes cometidas pelos policiais mostram a prepotência deles no período da Ditadura Militar.

Como notificou essa entidade ao *Jornal da Paraíba*, esperava-se que a reunião trouxesse bons frutos e que os maus tratos diminuíssem.<sup>190</sup>

Diante de tantas acusações, perseguições, as mulheres de vida livre encontraram de certa forma um apoio no MAFE, que reivindicava que os policiais e guardas noturnos não as maltratassem. Mas ao mesmo tempo funcionava como um órgão regulador que procurava levar essas mulheres para o bom caminho, ou seja, recuperá-las.

Para o *Jornal da Paraíba*, a “Rua Boa” concentrava os tipos de marginais e excluídos, com práticas de contravenção e crimes indesejadas. Através do periódico a população clamava por uma solução. Sendo considerado um espaço pobre e perigoso. Saindo agora do espaço da prostituição, passearemos pelas astúcias desenvolvidas pelas pessoas que negociavam nos espaços da feira.

#### **2.4 A arte de ludibriar: Jogos e enrolações**

A feira também é um espaço diversificado frequentado por pessoas diferentes, ideal para se apostar em jogos e vender produtos os mais diversos, mesmo que sejam falsificados. Assim os larápios encontravam a oportunidade de ganhar algum trocado, enganando, ludibriando e usando da má fé. Eles atuavam nas ruas centrais da cidade e na feira também, sobretudo nos dias movimentados, quando vinha gente de várias regiões. Os jogos passaram a ser proibidos na cidade pelo fato de ludibriar as pessoas ingênuas, ou seja, os “matutos”, como colocavam os jornais naquele período, por exemplo, “Matutos ludibriados com o conto do bilhete”.<sup>191</sup> Esse meio de comunicação os representava dessa forma: “Aproveitando-se da boa fé de alguns matutos e leva todo o dinheiro daqueles menos civilizados”.<sup>192</sup> Pelo fato deles morarem em cidades circunvizinhas, pouco desenvolvidas para o padrão da época, ou morar em sítios, esses cidadãos eram vistos como menos civilizados por estarem longe da cidade, criando esse estereótipo para eles.

---

<sup>190</sup> “Mariposas dão grito de guerra e vão ao delegado pedir melhor tratamento”. in: *Jornal da Paraíba*, 29/01/1978, p. 10

<sup>191</sup> “Matutos ludibriados com o conto do bilhete”. In: *Jornal da Paraíba*, 28/07/1972,p.7.

<sup>192</sup> Idem.

Alonso Pereira Pinto, residente na cidade de Taperoá, veio fazer compras em Campina Grande no dia 29 de julho de 1972. Ao passar pela Rua Maciel Pinheiro, se deparou com dois sujeitos, que lhe ofereceram um “bilhete premiado”, perdendo assim a quantia de Cr\$100,00. Foi à delegacia prestar queixa e ver se conseguia recuperar a quantia perdida. Nesse mesmo dia, José de Morais Silvano, residente na cidade de Gurjão, caiu na mesma conversa do bilhete. O jornal conta que ele veio à Campina Grande fazer compras. Quando transitava pela Rua Cardoso Viera, dois rapazes lhe pararam e pediram-lhe algumas informações. Nesse momento, surgia a conversa do bilhete e seu José terminou perdendo a quantia de Cr\$ 580,00. Foi à delegacia denunciar o ocorrido e disse que estava preocupado porque da quantia que lhe levaram apenas Cr\$ 80,00 era seu e o resto do comerciante Marcio Calixto Ribeiro. Após essas duas denúncias, o Delegado Francisco Maria Filho perguntou como era a aparência dos sujeitos, ele relatou que “Um dos indivíduos é moreno, de baixa estatura enquanto o outro é alto e alvo”<sup>193</sup> e mandou os agentes encontrarem os larápios do conto do bilhete.

Diniz Dias de Souza, residente em Caturité de Boqueirão, foi considerado pelo *Jornal da Paraíba* “um matuto muito vivo”<sup>194</sup>, pois conseguiu chamar a polícia para prender os dois cascadeiros que queriam lhe dar o golpe do bilhete. No dia 1 de agosto de 1972, Diniz veio resolver algumas pendências em Campina Grande. Quando estava andando pela Rua João Pessoa, o cascadeiro José Alves pediu a sua atenção, disse que era de Pernambuco e veio a Campina Grande receber um dinheiro da venda de uma calça a um homem que morava nessa cidade, e que lhe tinha sido pago com um bilhete de loteria. Nesse momento chamou Diniz para ir com ele à loteria trocar o bilhete, o outro cascadeiro Pedro Ferreira apareceu e ficou escutando a conversa dos dois, Diniz achando a conversa muito estranha e a aproximação de Pedro repentinamente, conseguiu se livrar dos dois e denunciar a ação deles. Os polícias conseguiram prender os dois na Estação Rodoviária.

Os dois cascadeiros, José Alves do Santos, vulgo “Zezinho do Charuto”, de 42 anos, residente na Rua 7, na cidade de Recife, e Pedro Ferreira, conhecido também como “Pedro Moço”, de 58 anos, residente também na capital pernambucana, foram

---

<sup>193</sup> Idem.

<sup>194</sup> “Matuto levou cascadeiro à polícia”. In: *Jornal da Paraíba*, 02/08/1972, p. 7

acusados de cometer o golpe do bilhete no mês de julho em Alonso Pereira Pinto e José de Moraes Silvano relatado anteriormente. A ação, ou seja, a abordagem desses cascadeiro às suas vítimas era feita de forma diferente, seja vendendo os bilhetes de forma normal, ou pedindo algumas informações, mas inserindo a conversa do bilhete. Como nesse último, quando Diniz pedindo companhia na troca do bilhete, o fato é que eles conversavam até conseguir enrolar a vítima. No caso de Diniz, percebemos uma quebra no estereótipo de matuto ingênuo, pois foi ele quem conseguiu denunciar os cascadeiros à polícia e não caiu na conversa deles.

O golpe dos bilhetes, como observamos na pesquisa, era praticados mais por pessoas que vinham de outras cidades, e geralmente ficavam hospedados em “pardieiro”,<sup>195</sup> na rua Manoel Pereira Araújo. Geraldo Carneiro de Oliveira e José Carlos de Oliveira, ambos pernambucanos, vieram de Recife para aplicar o golpe do bilhete nos populares na feira. Depois de algumas denúncias, o Sargento Geraldo França, passou a verificar a ação dos dois. No domingo, 13 de agosto de 1978, eles foram presos quando iam aplicar o golpe num agricultor próximo ao Mercado Central. Na delegacia, os dois confessaram que ganhavam a vida daquele modo, ficaram detidos até que o pessoal da polícia de Recife fosse buscá-los.<sup>196</sup>

Jogos de cartas, considerados de azar e enganação, foram considerados como proibidos na cidade. Mesmo assim, não deixaram de ser praticados, principalmente por aqueles que viam a oportunidade de ganhar uma “grana fácil”. No dia 24 de março de 1973, encontrava-se na feira Vicente Candido, João Vidal e Antonio Araújo jogando o jogo das três cartas e gritavam: “Esse perde e esse ganha”,<sup>197</sup> e realmente os três perderam, pois na ocasião passavam os investigadores Severino Monteiro e Sebastião Neves fazendo o policiamento na feira, levaram os três presos por estarem jogando um jogo proibido. Na delegacia os três informaram “que nem ouviram em tempo algum dizer que não podiam fazer o jogo das três cartas”.<sup>198</sup> Acharam melhor afirmar que não sabiam da proibição e um deles argumentou: “Se a gente soubesse nunca teria jogado. Deve ser coisa do demônio. Da tentação”.<sup>199</sup> Eles foram soltos e advertidos pelo fato de

---

<sup>195</sup> Casa de pequeno valor ou mal conservada.

<sup>196</sup> “Cascadeiros presos no Mercado Central”. In: Jornal da Paraíba, 15/08/1978, p.6.

<sup>197</sup> Frase retirada da notícia “Larápios detidos na feira praticando o jogo das três cartas”. In: Jornal da Paraíba, 25/03/1973, p.7.

<sup>198</sup> Idem.

<sup>199</sup> Idem.

não terem antecedentes criminais e não saberem da proibição, que já fazia anos que circulava na cidade. Como afirma Souza (2011):

(...) os populares também “manjavam” os estratagemas usados pelos agentes da lei para enquadrá-los, e por isto, se faziam de vítimas. Mais vitimizadas do que realmente eram, usavam de astúcias, de procrastinações, de engabelamentos, de suposta falta de sorte e de incontáveis formas de escapar à prisão e à denúncia. Mas se conseguiam fugir das garras da polícia, nem sempre escapavam dos tipos móveis das oficinas dos jornais.<sup>200</sup>

No dia 27 de março de 1973, a “tentação” voltou a perturbar Vicente Candido, João Vidal e Antonio Araujo, que já tinham sido advertidos no final de semana pela prática de jogos proibidos. Na terça-feira, os três foram presos jogando o jogo das três cartas, sem a desculpa de não conhecer a proibição foram autuados na forma da lei, pelo coronel Sinfrônio e levados para a casa de detenção.<sup>201</sup> Mesmo sabendo da proibição, os três continuaram a jogar, burlando a lei.

A feira era vista para alguns como uma área de comércio livre. Dois ciganos, Adalberto Alves e Antonio de Moraes, vindos de Sergipe, montaram um acampamento no bairro do Tambor. Fazia cinco dias que eles estavam na cidade e escolheram a feira para comercializar anéis de níquel, dizendo que eram de ouro. A polícia descobriu a ação dos dois ciganos e foi até a feira prendê-los, em meio a uma “multidão que compravam seus objetos sem entender que havia desonestidade pelo meio da conversa”.<sup>202</sup> Presos, os ciganos falaram que tinham planos de ir para o sertão da Paraíba passar 8 ou 15 dias e depois voltariam para Sergipe.

Outro popular astuto arrumou um jeito fácil de ganhar dinheiro. José Claudio Silva, 18 anos, residente no Sitio Guritiba, município de Queimadas, vinha trapaceando nas ruas da cidade, sendo preso pela segunda vez atuando na Feira Central pedindo esmolas para um senhor chamado Antonio Gomes de Oliveira. Alguns populares que tinham caído no golpe foram à polícia denunciá-lo e imediatamente o vigarista foi preso, portando Cr\$ 2 mil cruzeiros e alguns cartões no bolso, com os seguintes dizeres:

ANTONIO GOMES DE OLIVEIRA

---

<sup>200</sup> SOUZA, 2011, p. 97.

<sup>201</sup> “Jogo de cartas dá prisão para novos adeptos”. In: Jornal da Paraíba, 28/03/1973, p.7.

<sup>202</sup> “Ciganos foram presos na feira vendendo anéis de níquel como sendo de ouro”. In: Jornal da Paraíba, 19/06/1972, p. 7.

Vítima de cegueira provocada por uma congestão, pai de 5 filhos e não podendo trabalhar apela para os corações generosos ajudar-lhe no que for possível. PEÇO-LHE QUE DEVOLVA ESTE BILHETE AO MESMO PORTADOR. RUA BOA VISTA, 62, VARZEA NOVA.<sup>203</sup>

Em depoimento, o jovem vigarista afirmou não conhecer o cego e nem a família dele, pois imprimia um cartão com o nome de qualquer pessoa e saía pedindo, chegando a arrecadar boa soma em dinheiro. Devido a essas atividades, o mesmo ficou recolhido na delegacia à disposição da polícia.

Alguns larápios aproveitavam os espaços da feira para vender bilhetes falsificados, praticar jogos proibidos e vender produtos falsos, como no caso dos ciganos. Essas práticas eram realizadas tanto por campinenses como também por pessoas que vinham de outras cidades para praticarem pequenos delitos, conseguir juntar um pouco de dinheiro e ir embora para outra cidade aplicar novos golpes, como no caso do jovem José Claudio, que criou um cartão falso com a finalidade de ajudar uma pessoa deficiente, contudo o objetivo era conseguir dinheiro fácil para ele mesmo.

Continuando de certa forma a analisar as enrolações desenvolvidas por feirantes e negociantes, relataremos a polêmica dos pesos e balanças adulteradas na feira, que deixava tanto a população como também os vereadores chateados com esse tipo de “roubo”.

## **2.5 Fiscalização na feira: Um peso, duas medidas**

Alguns feirantes tinham como prática inescrupulosa a alteração do peso das mercadorias, enganando assim os consumidores na Feira Central. O IPEN- Instituto de Pesos e Medidas- da Paraíba adotou um novo modelo estabelecido em critérios internacionais, chamado de modelo internacional, constituído de pesos aferidos em fábricas e com o certificado do governo. Sendo assim, todos os pesos irregulares, conforme a portaria 04/71, seriam apreendidos. Não encontramos nenhuma manifestação nos jornais contra essa medida, mas fiscalizações foram realizadas ao

---

<sup>203</sup> Jornal da Paraíba, 10/04/1974, p.7.

longo dos anos, como em janeiro de 1975<sup>204</sup>, quando o IPEM iniciou a fiscalização em balanças de vários estabelecimentos comerciais na cidade. Em 1980<sup>205</sup>, o IPEM realizou uma fiscalização no estado e atuou 1680 comerciantes, sendo que 767 pagaram multas que variavam conforme a ação, enquanto que 913 receberam advertências e assim se procedeu nos anos subsequentes.

O período que mais chama a nossa atenção é o ano de 1981. Verificamos várias denúncias com relação à adulteração dos pesos. Para solucionar essa questão o vereador João Nogueira de Arruda solicitou ao Delegado Regional do Instituto de Pesos e Medidas, José Nobaldo Dantas, a instalação de duas balanças na feira para a verificação da pesagem dos produtos adquiridos pelos consumidores.

Não todos, mas uma considerável parcela dos comerciantes que atuam na feira do Mercado Central –segundo o vereador- fraudam diariamente os consumidores quando da pesagem das mercadorias vendidas. O peso da mercadoria comprada- disse ele- vem sempre adulterado. Quando conferido em outra balança, o peso nunca corresponde à realidade, é o consumidor é quem sai perdendo.<sup>206</sup>

Sem ter uma solução imediata para o caso das balanças viciadas na feira, a vereadora Maria Lopes Barbosa em outra sessão na Câmara Municipal, no mês de agosto, retornou à discussão sobre esse assunto falando que os “comerciantes estão assaltando a população de Campina Grande: o roubo está imperando em nossa cidade; ninguém suporta esse estado de coisas, essas roubalheiras”.<sup>207</sup> A vereadora relata de forma revoltosa essa prática de alguns feirantes pelo fato de roubarem a população e por ter sido ludibriada por um vendedor de carne na feira. Na ocasião, a vereadora pediu 2 quilos de carne, quando pesou em outro estabelecimento estava faltando quase 200 gramas, quando a mesma foi reclamar da mercadoria ao feirante ele sorriu, tirou brincadeira.

Nesse período, como será relatado em outro momento, observávamos uma década de alta inflação<sup>208</sup>. Os preços das mercadorias já eram altos para o padrão de

---

<sup>204</sup> “IPEM inicia fiscalização de balanças”. In: Jornal da Paraíba, 17/01/1975, p.5.

<sup>205</sup> “IPEM atua e multa as balanças irregulares”. In: Jornal da Paraíba, 8/11/1980, p.5.

<sup>206</sup> “Nogueira quer balanças do IPEM no mercado”. In: Jornal da Paraíba, 10/05/1981.

<sup>207</sup> “Maria Barbosa denuncia: Comerciantes assaltam população de Campina Grande”. In: Jornal da Paraíba, 14/08/1981, p.5.

<sup>208</sup> No capítulo 3 analisaremos algumas questões com relação à inflação nas mercadorias na década de 1980.

vida da classe média e dos mais necessitados que nem sempre podiam comprar carne e os feirantes, utilizando dessas práticas ilícitas, dificultavam ainda mais a obtenção desse produto, sendo o consumidor roubado e lesado. A intenção dos comerciantes eram tirar proveito da venda e para isso adulteravam o peso do produto. A vereadora ainda convocou as pessoas para fazer uma passeata contra o ato de modificação do peso das mercadorias:

Promovermos uma passeata gigante pelas principais artérias da cidade, protestando contra essa imoralidade; denunciaremos esses assaltos dos quais está sendo vítima a população campinense; vamos lutar, vamos nos unir, vamos convocar as donas de casa, os políticos, para gritarmos juntos contra essa situação criminosa pela qual está atravessando Campina Grande que está tendo a sua população espoliada por esses comerciantes que estão assaltando a bolsa popular, de uma forma leviana e imoral.<sup>209</sup>

Nessa mesma sessão, o vereador João Nogueira relembrou que em 1966 tinha apresentado um projeto à Câmara proibindo a utilização de papel na balanças, pois os comerciantes aproveitam para tirar vantagens. Percebemos assim que essa prática de manipular o peso nas mercadorias era um costume antigo, e a utilização de papel nas balanças mostra outra forma de tirar proveito na venda de mercadorias adulteradas. O vereador afirmou que teve contato com o Prefeito Enivaldo Ribeiro e este se prontificou a mandar seis balanças para a feira, que ficariam sob a fiscalização da Polícia Militar, à disposição da população que poderia conferir o peso das mercadorias adquiridas, mas ressaltou que essa medida não seria executada tão rápida.

Como as instalações das balanças na feira pela Prefeitura não tinham um prazo certo, novamente reclamações foram realizadas. Enfatizando a ausência de uma fiscalização sanitária e do Instituto Nacional de Pesos e Medidas na feira, dessa vez o vereador João Nogueira de Arruda denunciou na Câmara dos Vereadores a venda de carne de porco em decomposição, representando um perigo à saúde da coletividade, relatando assim a falta de fiscalização por parte dos órgãos de saúde pública e que o pobre estava comprando “retabulho” em Campina Grande.

---

<sup>209</sup> “Maria Barbosa denúncia: assaltam população de Campina Grande”. In: Jornal da Paraíba, 14/08/1981, p.5.

Várias denúncias e fiscalizações foram realizadas na feira com o intuito de verificar a qualidade dos produtos, pois alguns feirantes tinham o costume de vender mercadorias estragadas, como feijão podre, carne com câncer, peixe estragado e outros. Numa fiscalização realizada no Mercado Central no dia primeiro de junho de 1974, uma sexta-feira, foram apreendidos numa blitz setenta e três quilos de peixe deteriorado, sendo expostos para comercializar, os vendedores foram notificados e a fiscalização iria continuar até o sábado devido ao intenso movimento.<sup>210</sup> O comando sanitário da Secretaria de Serviços Urbanos da Prefeitura, em treze de abril de 1979, realizou fiscalização sanitária na Granja Capuxú, retirando de comercialização cinquenta “galeto” que não prestavam para consumo. Os veterinários da fiscalização “atestaram a presença de hematomas e corisa, doença que mata imediatamente as galinhas o que não pode ser utilizado para venda”.<sup>211</sup> A fiscalização continuaria em outras partes da feira e da cidade atenta aos comerciantes que vendiam mercadorias imprestáveis.

Com relação ao problema de pesos e medidas, o vereador afirma: “Até o delegado do órgão (IPEM) foi fraudado. Ele disse isso aos jornais, mas não mandou fiscais à feira para a aferição da balança. Nós estamos sendo roubados, saqueados na feira de Campina Grande”.<sup>212</sup> Essa fala do vereador mostra o descaso do delegado do IPEM que comprou uma mercadoria adulterada, não se manifestou e tampouco mandou fiscais para fazer a verificação nas balanças. Como esperar uma solução para esses problemas se ele que foi lesado não se importou? O vereador João Nogueira criticou a ausência de balanças na feira, promessa que já tinha sido feita pelo prefeito e que até aquele momento não tinha sido cumprida. Sendo assim, o vereador afirmou que iria entrar em contato com Roberto Cabral, Secretário da SSU, para encontrar uma solução com relação às balanças viciadas.

Em novembro, continuaram as reclamações sobre as medidas adulteradas de algumas mercadorias, voltando agora para os gêneros alimentícios, como o açúcar. Novamente, o vereador João Nogueira relatou que adquiriu um quilo de açúcar e pesou em outro estabelecimento, o peso saiu adulterado para 800 gramas. Indignado com essa atitude comenta: “A roubalheira é grande e continua impune, num assalto à economia

---

<sup>210</sup> “Departamento de saúde pública iniciou fiscalização no Mercado de Campina Grande”. In: Jornal da Paraíba, 01/06/1974, p.5.

<sup>211</sup> “Peixes e galeto foram apreendidos na feira”. In: Jornal da Paraíba, 12/04/1979, p.3.

<sup>212</sup> “Delegado do IPEM foi fraudado no Mercado. In: Jornal da Paraíba, 26/08/1981.p5.

do povo e é preciso que as autoridades tomem as providências cabíveis”.<sup>213</sup> Solicitou mais uma vez à Secretaria de Serviços Urbanos balanças para que a população verificasse o peso dos produtos adquiridos.

Numa fiscalização realizada pelo IPEM (Instituto de Pesos e Medidas) em dezembro de 1981, chamada de “Operação Natal e Ano Novo”, sob a coordenação do diretor José Nobaldo Dantas, o objetivo era fiscalizar padarias, supermercados, mercearias e as feiras até o início do ano de 1982, defendendo assim o bolso do consumidor campinense. Segundo o diretor, nesse período de fiscalização já tinham sido apreendidos vários pacotes de biscoitos e bolachas em padarias e supermercados com o peso adulterado, sendo vendido como um quilo quando na verdade só pesava 900 gramas. Na feira, por sua vez, teriam sido encontrados vários pacotes de arroz, feijão e açúcar que eram comercializados como se tivessem um quilo, mas que também pesavam 900 gramas. Dantas afirmou que os comerciantes estavam sendo notificados e que as mercadorias estavam sendo apreendidas para uma melhor verificação “para que não haja pensamentos contraditórios em relação ao trabalho do IPEM”.<sup>214</sup> Dessa forma, a fiscalização que o vereador João Nogueira de Arruda solicitava foi realizada no fim do ano<sup>215</sup>, combatendo assim as práticas de alguns comerciantes e feirantes astuciosos na arte de pesar mercadorias.<sup>216</sup>

Os jornais, como meio de comunicação, serviram para mostrar a indignação tanto da população como também dos vereadores que foram ludibriados na feira em comprar mercadorias com o peso diferente. Nesse sentido, foram muitas denúncias realizadas para que essa situação fosse resolvida, e que os comerciantes e feirantes que agiam daquela maneira fossem punidos, pelo fato de estarem roubando os seus clientes. Dessa forma, esses comerciantes e feirantes se tornaram indesejados naquele espaço devido à forma como pesavam e comercializam seus produtos.

Como pudemos ver a Feira Central de Campina Grande é um espaço propício às múltiplas sociabilidades que se desenvolvem naquele espaço. Ao longo desse capítulo

---

<sup>213</sup> “Fraudes nas balanças do mercado”. In: Jornal da Paraíba, 8/11/1981, p.9.

<sup>214</sup> “Mercadorias apreendidas pelo IPEM por fraude na pesagem”. In: jornal A Gazeta do Sertão, 12/12/1981.

<sup>215</sup> Ao longo da nossa pesquisa, verificamos que as fiscalizações ocorriam principalmente no fim do ano e no começo.

<sup>216</sup> Até ano em que pesquisamos nos jornais, não encontramos notícia alguma de que na feira foram instaladas balanças para que os consumidores pudessem verificar as suas mercadorias.

procuramos analisá-la como um território de conflito. Para tanto, utilizamos os jornais *A Gazeta do Sertão* e o *Jornal da Paraíba*. Através desses periódicos, encontramos personagens considerados excluídos, rejeitados e indesejados. Entre eles estão as prostitutas da “Rua Boa”, os ladrões adultos, os “marginais mirins”, bêbados e os feirantes e negociantes com práticas inescrupulosas. Fizemos uma análise das práticas desses populares na feira. Outro personagem que faz parte desses indesejáveis perante a administração do mercado seriam os “feirantes ambulantes”, ou seja, aqueles que não pagavam imposto para comercializar naquele espaço e eram perseguidos pelo “rapa”. Esse assunto será o tema do nosso próximo capítulo, no qual temos o objetivo de analisar os relatos orais de memória de pessoas que sofreram com esse tipo de perseguição.

### Capítulo III- Olha o Rapa- “O grito de alerta”, trabalho e memória

(GRITOS LÁ FORA: - OLHA O RAPA! – LÁ VEM O RAPA!  
– CORRERIA)

#### **Quadro 8: O RAPA**

(VEM POVO CORRENDO E, ATRÁS, O RAPA, TODOS  
DESAPARECEM DE CENA FICANDO APENAS O RAPA E  
A FAMÍLIA)

**RAPA-** (VENDO BASTIÃO COM O BALAIO) – Peguei. Até  
que enfim te peguei, cabra safado.

(AVANÇA E TENTA TOMAR O BALAIO DE BASTIÃO)

**BASTIÃO** – (SEGURA O BALAIO) – Me dê, é meu. Meus  
boincho...

**RAPA-** Num tem vergonha de vender no mole? – Passe pra cá a  
verdura.

**BASTIÃO-** Me dê, é minha, é do boincho, ele tá aí, comendo. É  
minha.

**RAPA** – Minha o que. – Num sabe que tá indo contra a lei da  
justícia?

**BASTIÃO-** Solte meu balaio, danado. Me dê meus boincho.  
(AGARRA O BALAIO).

**RAPA** – Solte! Se não soltar por bem solta por mal. (TENTA  
TOMAR).

**BASTIÃO-** (LUTANDO) – Ai, meus boincho, eu lhe dou um  
coice.

**ZABÉ** – Solte o menino, seu rapa.

**RAPA** – Rapa o que, atrevida, eu sou é guarda municipá.

**FILÓ** – Ninguém quer saber o que o senhor é não – solte meu  
filho.

**BASTIÃO** - Mãe, ele ta agarrando eu. – Eu dou uma cuspidada  
nele.

**RAPA** – Pensa que pode vender no mole sem pagar imposto?

**ZABÉ** – (TENTANDO TOMAR O BALAIO) – Quem diale ta vendendo nada aqui?

**RAPA** – Pensam que podem me enganar? – Marche pra frente, cabra ruim.

**BASTIÃO** – Solte eu! – Dou uma dentada com meu caco de pus!

**RAPA** – O quê, seu puto? – Ta aqui pra aprender a respeitar o meu quépi.

**ZABÉ** – (AO VÊ-LO SACUDIR BASTIÃO) – O senhor num tem esse direito, viu?

**RAPA** – Cale a boca, bichota, se não te levo também.

**FILÓ** – Largue o menino, Juda Iscariote.

**RAPA** – Quer entrar na dança também, velhinha?

**FILÓ** – Tenha mais respeito – sou lá mulher de dançar no meio da rua!

**RAPA** – Deixem de conversa comprida se não marcham com balaio e tudo! Levo tudo em cana.

**BASTIÃO** – Eu tomo esse cacete.

**RAPA** – (CUTUCANDO COM O CASSETETE) – Toma uma de agrado.

**BASTIÃO** – Mãe, ele ta enfiando o pau em eu. – Aí, seu cara de veado.

**RAPA** – (MANDA-LHE A MÃO) – Pega a bolachada. Outra. Outra ...

**ZABÉ** – Covarde. Dando no menino.

**RAPA** – Toma também, rapariga. (DERRUBA ZABÉ).

**FILÓ** – Amaldiçoado. – (AVANÇA NO RAPA, MAS LEVA UM SOCO E CAI).

**RAPA** – Sai pra lá, troço velho. (ENQUANTO AS DUAS LUTAM COM O RAPA ESTE SOLTA BASTIÃO).

**ZABÉ** – (GRITA) – Dana o pé na carreira, Bastião.

**RAPA** – (VENDO QUE O MENINO FUGIRA) – Peraí que vocês me pagam. (PULA DENTRO DO BALAIO E, COM AS BOTAS, ESMAGA VERDURA E BOIS. Bastião que OLHAVA DE LONGE, VOLTA CORRENDO).

**BASTIÃO** – Meus boinho. Quebre não. Quebre não. (METE AS MÃOS DENTRO DO BALAIO, TENDO-AS MACHUCADAS PELAS BOTAS DO RAPA).

**BASTIÃO** – Ai, minhas mão, ai, dói, dói.

(ZABE E FILÓ AJOELHAM, TENTANDO TIRAR AS MÃOS DO MENINO, MAS TÊM AS SUAS TAMBÉM PISADAS. GRITAM, RAPA PARA E GRITA POR SUA VEZ).

**RAPA** – Parem com isso! Cale a boca todo mundo! Fiquem quietinhos se não quiser ir tudo dormir no xadrez. (SILÊNCIO E IMBOLIDADE REPENTINOS. E, NO SILÊNCIO, CRESCE, IMPERATIVA, A FIGURA DA AUTORIDADE, HUMILHANDO E PRESSIONANDO OS HUMILDES AGACHADOS A SEUS PÉS).

**RAPA** – Vocês tão pensando que aqui é casa de noca? – Tão pensando que é graça desacatar uma otoridade? – Tudo aí quietinho, fuçando o chão, do contrário vão tirar umas férias na delegacia. – Num sabem o que é o respeito à farda? – Nem ao quépi? –Mas, pelo menos, respeito às botas aprenderam a ter. Enquanto doer a dor das patas esfoladas, vão se lembrar que um guarda tem que ser res-peí-ta-do. – (DA MEIA VOLTA SOBRE SI MESMO E SAI, IMPONENTE, EM PASSOS CADENCIADOS. A FAMILÍA CONTINUA UM TEMPO AGACHADA, IMÓVEL, ATÉ QUE ZABÉ EXPLODE).

(...)

RAMALHO, Maria de Lourdes. **A Feira**. in: Teatro Nordestino. Campina Grande: GGS- Grande Grafia e Serviços Ltda, 1977.

Esse é um trecho da peça “A feira”, da teatróloga Lourdes Ramalho, escrita em 1976, na qual a autora se inspirou no cotidiano da feira para escrevê-la. Bastante elogiada pela crítica, ela recebeu dois prêmios: Prêmio de Melhor Texto pelo Serviço

Nacional do Teatro (1976) e Prêmio de Melhor Texto no Festival Regional de Feira de Santana (1976).

Primeiramente, a peça foi encenada pela companhia de teatro de José Bezerra Filho e levada para três cidades paraibanas: Pocinhos, Taperoá e Esperança. Porém, considerou-se que a feição de documentário do texto não estava sendo respeitada, sendo assim uma nova montagem foi realizada pelo Grupo Cênico SOBREART, que se apresentou no Teatro Santa Rosa, em João Pessoa, e depois em Campina Grande, no I Festival de Inverno de Campina Grande. Essa nova montagem viajou para São Paulo (participou do Festival de Teatro Amador), Belo Horizonte e Feira de Santana, na Bahia.

A peça “A feira” é escrita num contexto em que a produção de teatro se espalhava pela cidade de Campina Grande, movimento o qual Lourdes Ramalho fazia parte. Por outro lado, temos o contexto da Ditadura Militar: repressão e autoritarismo estavam presentes naquele momento, o que pode ser percebido através da peça, quando a autora caracteriza as ações do “rapa”, deixando transparecer esse contexto de repressão.

Na década de 1970, Lourdes Ramalho escreveu outras peças como: Fogo-fátuo, As velhas, Os mal-amados e A eleição. Com a proposta de reinventar no placo, segundo Valeria Andrade (2007), o universo nordestino buscava valorizar sua herança cultural. Nesses textos, encontramos a discussão sobre a seca, o êxodo rural, os abusos de poder político local, vinganças familiares e amores impossíveis que acabam tragicamente. Por outro lado, opõe-se o rural e o urbano, o ingênuo e o esperto, o privilegiado e o discriminado, o opressor e o oprimido, sendo que essa última dicotomia se encaixa perfeitamente no texto da peça a “A feira”.

Na peça em questão, a autora recriou um cenário da relação entre as populações do campo e da cidade. Retratando a história de uma família da zona rural que vai à Feira Central de Campina Grande. Nela vemos uma mãe (Filó), a filha (Zabé) e o filho (Bastião, doente mental), à procura do marido feirante desaparecido. Aproveitam a situação para fazer as compras do casamento da filha; esses, por não conhecerem os códigos urbanos, passam por humilhações. A nossa análise se deterá ao quadro 8, que representa a figura do “rapa”, da autoridade que essa figura transmitia, quando chegava

à feira para realizar o seu trabalho, que consistia em confiscar a mercadoria dos feirantes ambulantes.

No fragmento supracitado da peça, filho Bastião é confundido com um feirante ambulante, pelo fato de estar andando na feira com um balaio de verduras (que a mãe Filó teve que comprar pelo fato do filho ter estragado a mercadoria de uma feirante urinando em cima) e dois bois de barros de brinquedos (que foi comprado quando a criança se deparou com os brinquedos típicos da feira e não quis mais soltá-los). Os populares, conforme a peça, ao se depararem com o grito “olha o rapa” – que funcionava como um grito de alerta e avisava quando os fiscais vinham – saem todos, ficando apenas a família que passou por alguns constrangimentos.

O primeiro deles é quando “o rapa” tenta tomar o balaio de Bastião que, atormentado, não consegue entregar. “O rapa” argumenta que a atitude dele é contra a lei da justiça e o menino não solta. Zabé, vendo o que estava acontecendo, pede para “o rapa” soltar o seu irmão. Furioso com o nome recebido, chama a moça de atrevida, no que ele retifica que o correto seria “guarda municipal”<sup>217</sup>. “O rapa” depois fala que eles não poderiam vender no mole, ou seja, fácil, sem pagar imposto. Ele segura Bastião, que tenta se soltar, mas em vão. Tanto Filó quanto Zabé pedem para deixar o menino em paz, mas “o rapa”, com toda a sua autoridade, tenta impor respeito e fazer o seu trabalho, chegando a ameaçar prender todos e o balaio. Os fiscais nesse período, quando apreendiam uma mercadoria, levavam para o depósito da Prefeitura e os seus donos poderiam reavê-la depois que pagassem uma determinada quantia. Às vezes era mais caro do que a mercadoria. Sendo assim, não compensava pagar novamente. Acontecendo isso, as mercadorias eram doadas para algumas instituições como creches ou, como algumas pessoas diziam, “o rapa” levava para casa os produtos recolhidos.

O segundo constrangimento que essa família passa é quando o fiscal começa a bater em Bastião com o cassetete. A mãe e a irmã tentam impedir, mas são jogadas ao chão. O menino, contudo, consegue escapar e sair correndo.

---

<sup>217</sup> Em entrevista com Seu V.P.S., que trabalhava na feira nesse período como vigilante e às vezes era chamado para trabalhar como “rapa”, fez uma correção quando eu perguntei sobre o rapa e a atuação dele. Ele disse: “rapa não, vigilante, essa era minha função: colocar para fora da feira, ou às vezes confiscar a mercadoria do pessoal que não pagava imposto.” Termo “rapa” para ele na entrevista soou como se fosse pejorativo.

Perante essa situação, “o rapa” começa a pisar nas verduras que estavam no balaio e nos bois de Bastião: esse seria o terceiro constrangimento. O menino vendo o que o fiscal estava fazendo com o balaio voltou e se ajoelhou no chão, colocou a mão dentro do balaio tentando impedir que o homem da lei fizesse aquilo. Foi em vão. O homem passou a pisar nas mãos dele. Filó e Zabé tentam tirar as mãos do menino do balaio e terminaram tendo as suas também pisoteadas pelo “rapa”. Nesse momento, a autora relata a figura de autoridade do fiscal e a prepotência deste personagem, humilhando a família que depois, de terem as mãos pisoteadas, ficam agachados aos pés do fiscal, que canta vitória e lembra que um “guarda tem que ser res-peí-ta-do”. A forma como ele agiu foi para que eles aprendessem a respeitar uma autoridade, nem que fosse por meio da violência.

A família fica desconsolada com a humilhação e passa a lamentar a vida que seria cruel com eles. O desfecho dessa história acaba com a separação dos três, cada um em uma situação diferente: a mãe é encontrada na rua do cabaré, confundida como uma bêbada qualquer; o filho Bastião termina virando guia de cego; e Zabé, a filha, “enrolada” pela conversa de um malandro, termina sendo conduzida para os prostíbulos na feira. Através dessa peça, percebemos também o preconceito que se tinha contra os agricultores e populares em geral, que se tornariam presas fáceis para os cidadãos, que faziam chacotas e zombarias com eles, por vários motivos, como não dominar os códigos de uma cidade em mudança e pela forma específica de se vestir, tornando-se fácil a sua identificação.

O preconceito referente aos agricultores e populares pode ser explicado através do conceito de conveniência<sup>218</sup>, que vai estar relacionado aos códigos e às posturas que fazem referências a um determinado local. As pessoas que não fazem parte dessa estrutura, que não dominam esses códigos, são repreendidas pela conveniência, que impõe determinadas posturas, se encarregando de promulgar regras para o uso social. Nesse sentido, a peça “A Feira” mostra que a família de Zabé foi ridicularizada devido ao não domínio dos códigos que faziam parte da cidade, dita moderna e civilizada.

---

<sup>218</sup> “(...) o corpo, na rua, vem sempre acompanhado de uma ciência da representação do corpo cujo código é mais ou menos, mas suficiente, conhecido por todos os usuários e que eu designaria pela palavra que lhe parece mais adequada: a conveniência” (MAYOL, 2008, p. 48).

A peça é baseada num episódio que poderia ter acontecido realmente na feira e serve para mostrar como “o rapa” exercia a sua autoridade naquele lugar, mostrando assim algumas atitudes deles perante os feirantes ambulantes. “A Feira” é uma representação, não é uma cópia completa do real, ou seja, imagem perfeita, mas uma construção feita a partir dele e que nos ajuda a perceber com o homem se representa em determinadas ocasiões, ou seja, como a autora recria a imagem do “rapa” através da sua peça.

“O rapa” era denominação dada à ação dos fiscais da Prefeitura contra os vendedores ambulantes no centro da cidade e na Feira Central. Esses trabalhadores passaram a ser excluídos e indesejados. “A exclusão é a forma de representação que separa, recorta, recusa e rejeita indivíduos e grupos que se expressa por práticas sociais, por palavras e por imagens”.<sup>219</sup> Não obstante (segundo os jornais *A Gazeta do Sertão* e o *Jornal Paraíba*), ter vendedores ambulantes na cidade seria um desrespeito ao Código de Postura do Município, que além de deixá-la feia e bagunçada não pagavam impostos. Isso causava de certa forma uma confusão entre a administração local (por não receber impostos), aos comerciantes donos de lojas no centro (que se incomodavam com os ambulantes vendendo suas mercadorias em frente aos seus estabelecimentos) e os feirantes que pagavam impostos (pelo fato deles não pagarem impostos e comercializar na feira).

Para Pesavento, contemporaneamente o fenômeno da exclusão se apresenta basicamente em discussão sob duas formas: a exclusão política, “o que negaria a sua inclusão na comunidade dos cidadãos, entendendo a cidadania na sua relação com o Estado”<sup>220</sup>; e a exclusão social e econômica, que se relaciona com a crise econômica e o desemprego, implicando num inchamento progressivo desta categoria nas metrópoles modernas.

Nesse sentido, tomamos como base a noção de exclusão social e econômica para analisarmos a questão dos feirantes ambulantes. Buscamos mapear a ação do “rapa” nas ruas centrais e na feira para situar o leitor sobre a ação deles, mas o nosso principal foco é a feira e os feirantes ambulantes. Analisaremos as lembranças destes com relação a essa prática na Feira Central de Campina Grande.

---

<sup>219</sup> PESAVENTO, 2001, p. 16.

<sup>220</sup> PESAVENTO, 2001, p. 18.

Feirantes ambulantes são aqui denominados assim pelo fato deles não terem ponto fixo, ou seja, trabalham caminhando pelas ruas da feira. Homens, mulheres e crianças vendendo suas mercadorias, sobretudo verduras e frutas, em balaios e cestos grandes ou pequenos. Esses trabalhadores vinham dos bairros distantes do centro, ou de cidades circunvizinhas vender seus produtos (geralmente cultivados em casa mesmo) e ganhar dinheiro para sustentar sua família e a si próprio. Era assim o cotidiano de quem via na feira um espaço para trabalhar.

“O rapa” deve ser percebido e analisado dentro do contexto da Ditadura Militar, período de censura e repressão política no país. Nesse período, os fiscais da Prefeitura de Campina Grande eram encarregados de confiscar as mercadorias dos vendedores ambulantes no centro da cidade e na Feira Central. Para tanto, utilizavam da violência para impor sua autoridade. Andavam com cassetetes e revolveres à mostrar colocando medo nas pessoas, repreendendo os trabalhadores ambulantes que buscavam seu sustento através da venda de “bugigangas” nas ruas centrais, frutas e verduras no Mercado Central. Essa fiscalização tinha também a participação da polícia, que prendia os ambulantes mais exaltados, que não queriam deixar que suas mercadorias fossem apreendidas. Estes, além de serem presos, apanhavam em público e tinham as mercadorias confiscadas e, às vezes, não eram devolvidas. Por outro lado, devemos relatar também um pouco do contexto econômico em que a cidade se encontrava nesse momento.

Segundo Neri (2008), Campina Grande desde a sua fundação (1864) se destaca no comércio, principal atividade econômica. Nos anos de 1960 (auge da industrialização no país), a cidade se beneficia com projetos da SUDENE<sup>221</sup>, que incentivavam a vinda de indústrias que passam a assumir maior importância na economia da cidade.

A industrialização acarretada pela SUDENE, conforme Neri (2008), estimulou a implantação de uma infraestrutura, representada através da modernização: do sistema de transporte, comunicação e a criação de um Distrito Industrial para agrupar as indústrias

---

<sup>221</sup> SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) foi um projeto elaborado e desenvolvido na gestão do Presidente Juscelino Kubitschek e tinha como proposta desenvolver o setor industrial no Nordeste. Algumas cidades foram beneficiadas pelo projeto, como Campina Grande e João Pessoa na Paraíba, que receberam indústrias do Sudeste que foram beneficiadas com incentivos fiscais e mão-de-obra barata.

que vinham se instalar na cidade. Nesse período observa-se um elevado processo de urbanização provocado pelo êxodo rural.

Entre as décadas de 1970 e 1980, a população da cidade passa a crescer, recebendo pessoas vindas do setor rural, de cidades circunvizinhas (Brejo Paraibano) e do Sertão. O crescimento populacional supera a capacidade de criar novos empregos, além disso, na década de 1980 o setor industrial e comercial passa por uma crise econômica que afeta a contratação de pessoas para trabalharem no setor. A autora Neri (2008) relata que:

É importante lembrar que na década de 80, o país investe na política neoliberal e como consequência sofre com forte recessão e desemprego crescente, levando o trabalhador a uma posição cada vez mais desvantajosa com a baixa dos salários. Em Campina Grande a realidade não é diferente. (...) em 1979, a cidade tem uma forte redução dos incentivos fiscais no setor industrial fazendo com que muitas indústrias de outras regiões instaladas no Distrito Industrial, a exemplo da Sanbra, Bravisa, Wallig Nordeste e outras fechem as suas portas ou migrem para outros centros urbanos. As indústrias que resistem à crise sem o apoio dos incentivos fiscais, acabam diminuindo o número de funcionários. O comércio também sofre com a crise chegando a ter uma evasão de ICM (Imposto de Circulação de Mercadoria) na ordem de 10% a 15%.<sup>222</sup>

Devido à crise financeira, muitos trabalhadores desempregados foram para outras regiões. Os que ficaram em Campina Grande sem oportunidade de emprego, acabaram trabalhando no setor informal<sup>223</sup>, como vendedores ambulantes, para conseguir o seu sustento.

Portanto, “o rapa” deve ser compreendido dentro desse contexto de Ditadura Militar e repressão, que vai estar presente na atuação dos fiscais reprimindo os vendedores ambulantes, bem como no da crise no setor industrial, que fechou algumas fábricas ocasionando o desemprego. Para driblar essa situação, alguns desempregados passaram a trabalhar nas ruas centrais. Ao longo desse capítulo, relataremos o mundo do

<sup>222</sup> NERI, 2008, p.3.

<sup>223</sup> O Setor Informal é um conceito bastante discutido na atualidade, essa denominação representa vários fenômenos distintos devido às mudanças estruturais no mercado de trabalho, como: evasão e sonegação fiscais; terceirização; microempresas, comércio de rua ou ambulante; contratação ilegal de trabalhadores; trabalho temporário e outros. Essas atividades são realizadas e desconsideram as regras expressas em lei, ou seja, os trabalhadores informais vivem sem garantia quanto aos seus vencimentos e não tem obrigações legais a pagar. O trabalho informal na contemporaneidade apresenta-se como uma das alternativas de geração de ocupação e renda para um número cada vez maior de trabalhadores excluídos do mercado de trabalho formal.

trabalho desses ambulantes e as perseguições que eles sofriam. Passando desta síntese sobre o que teria sido “o rapa”, iremos mapear a sua atuação através dos jornais. Sendo assim, no próximo item relataremos um pouco da administração do Prefeito Evaldo Cavalcanti Cruz, e como o “o rapa” atuava nessa gestão.

### **3.1 A administração do Prefeito Evaldo Cavalcanti Cruz**

Evaldo Cavalcanti da Cruz, do partido político Arena, foi prefeito de Campina Grande entre 1973 e 1976. Nesse período, alguns problemas foram notificados pelos periódicos, entre eles a desorganização da Estação Rodoviária, ““Cartão de visita’ de ponto de chegada e de partida da grande maioria dos que nos visitam”<sup>224</sup>. A rodoviária era bastante utilizada por quem vinha de outras cidades visitar Campina ou fazer compras nos dias de feira. Tinha uma movimentação considerável. Porém sofria com alguns problemas:

Não só da população, como da maioria dos comerciantes localizados na Rodoviária são inúmeras as reclamações pelo estado de abandono administrativo em que se encontra o prédio. Falta de água nos sanitários, acúmulo de bagagem na sala de espera, falta de limpeza, objetos e mercadorias na plataforma, impedindo a livre movimentação dos passageiros são alguns dos problemas que exigem e devem ser resolvidos pela Administração da Rodoviária, ou pela Prefeitura Municipal, para que a boa impressão que se tem de Campina Grande não seja empacada logo que aqui cheguem os visitantes.<sup>225</sup>

Além do problema de infraestrutura que a Rodoviária apresentava envolvendo a questão da higiene e do espaço que estava se tornando pequeno para a quantidade de pessoas que usavam, foram notificados também congestionamentos de ônibus que estacionavam em fila dupla, pelo fato dos ambulantes e pedintes andarem livremente com seus carrinhos-de-mão nas plataformas.

O Matadouro Público era também alvo constatare de reclamações devido às irregularidades encontradas por lá. O presidente do Sindicato dos Comerciantes Varejistas de Carne Frescas de Campina Grande, João Basílio da Silva, fez algumas denúncias em reportagem ao *Jornal da Paraíba*, relatando que o matadouro estava em

---

<sup>224</sup> “Problemas na Rodoviária afetam turismo em Campina”. In: *Jornal da Paraíba*, 01/12/1973, p. 5.

<sup>225</sup> Idem.

péssimas condições de funcionamento: “não existem condições mínimas de higiene e nem condições para o abate do gado, dentro do exigido pela lei”.<sup>226</sup> O presidente informou que já tinha falado dos problemas enfrentados pelo matadouro à Secretaria de Urbanismo, e que estavam esperando uma providência por parte desse órgão.

Na ocasião, João Basílio fez reclamações também com relação à venda de carnes no Mercado Central, que eram expostas, segundo ele, em tabirias de madeiras que não tinham higiene, exigindo assim uma fiscalização mais rigorosa com relação a esses estabelecimentos. Finalizou a reportagem dizendo que

(...) tais denúncias visando conseguir despertar as autoridades municipais para os problemas do Matadouro e do Mercado Central, pois tais irregularidades não são condizentes com o estágio de desenvolvimento alcançado por Campina Grande principalmente quando se põe em risco a saúde pública.<sup>227</sup>

Em sua fala, percebemos a questão de que Campina Grande, sendo uma cidade grande e desenvolvida, não poderia ter esses tipos de problemas denunciados por ele.

As reclamações com relação ao matadouro continuaram. O vereador Lindaci Medeiros, na sessão do dia 22 de agosto de 1975 na Câmara Municipal, depois de parabenizar o Prefeito Evaldo Cruz pelo seu aniversário, teceu críticas à administração, falando na sessão do descaso para com o matadouro que precisava de uma reforma, pois “(...) acidente de graves consequências poderá ocorrer com a caldeira do matadouro e que requerimento para conserto da mesma já tinha sido feito”<sup>228</sup>, e que providências ainda não tinham sido tomadas.

O vereador Genésio Soares parabenizou o prefeito e comentou os problemas que o Matadouro Público e o Mercado Central enfrentavam. Dizendo que Evaldo Cruz estava se esforçando para resolvê-los.

Em 1976 novamente o Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Carne Fresca, João Basílio, comunicou ao *Jornal da Paraíba* o descaso com o Matadouro Público, reivindicou melhores condições de trabalho naquele ambiente como também

---

<sup>226</sup> “Presidente de Sindicato denuncia irregularidades do Matadouro Público”. In: *Jornal da Paraíba*, 19/08/1975, p. 8.

<sup>227</sup> *Idem*.

<sup>228</sup> “Critizadas condições do Matadouro Público”. In: *Jornal da Paraíba*, 22/08/1975, p.8.

uma padronização nos serviços e farda para os carregadores de carnes. Nesse período, as carnes eram transportadas em carroças de burros, sem nenhuma higiene.

Acho que Campina Grande não dispõe de um comando sanitário à altura de uma fiscalização adequada para uma cidade de seu porte (...) lamento ainda que a Saúde Pública não tenha despertado para a promiscuidade com que é transportada a carne fresca para o Mercado Central, sendo visível a falta de higiene dos homens encarregados do trabalho, que não dispõem se quer de um fardamento condizente.<sup>229</sup>

A falta de água dificultava a higienização do matadouro e da carne para comercialização, os “habitantes do bairro de Bodocongó, os que residem nas imediações do Matadouro reclamam do mau cheiro que é observado às terças, quartas e sextas-feiras, dias de matança, pois a dificuldade na ‘casa da carne’ é notória”.<sup>230</sup> A falta de água ocorria pelo fato desse bairro ser um dos mais altos da cidade, tornava-se difícil o seu abastecimento. Os problemas com relação ao Matadouro e a sua frágil estrutura foram denunciados até o último ano em que Evaldo Cruz permaneceu na administração da prefeitura, sendo uma herança para o próximo gestor.

Lixo nas ruas era outro problema que os periódicos denunciavam:

Notando que o trecho inicial da rua Pedro II não condizia com o belo aspecto que está tomando o Parque do Açude Novo, a prefeitura Municipal determinou que fosse aquela artéria asfaltada. No entanto, existem um terreno ao lado do Teatro Severino Cabral, que está a servir de depósito de lixo e onde o mato cresce livremente, dando um toque totalmente destoante ao local (...). O caso acima não é o único havendo também a calçada do terreno localizada na esquina da Floriano Peixoto com a Marques do Herval que como é do conhecimento público, permanece em estado deplorável em pleno centro da cidade.<sup>231</sup>

Para os jornalistas que falam “pela” população, era inaceitável ter lixo na parte central da cidade (pois como espaço social e geográfico, corresponde ao intercâmbio de experiências, pelo fato de ser um lugar de produção de serviços e bens de consumo), perto de lugares importantes da urbs, como o Teatro Municipal e as ruas Floriano Peixoto e Marquês do Herval, principais artérias da cidade com intenso movimento de pessoas. Mas o problema do lixo não se concentrava apenas no centro, mas em bairros

<sup>229</sup> “Fiscais apresentam relatório de matadouro”. In: Jornal da Paraíba, 03/02/1976, p.1.

<sup>230</sup> “Matadouro Público está preocupando população”. In: Jornal da Paraíba, 10/08/1976, p.12.

<sup>231</sup> “Lixo enfeita ruas da cidade”. In: Jornal da Paraíba, 11/12/1975, p.7.

como o Catolé, José Pinheiro, Centenário e outros. Os populares constantemente pediam soluções, como uma coleta de lixo mais organizada.

Porém, era difícil fazer uma coleta mais organizada devido à infraestrutura da empresa que fazia tal coleta na cidade e que disponibilizava apenas cinco carros para atender vários bairros, tendo dois deles quebrados.

Embora os veículos disponíveis não sejam suficientes para o trabalho em toda a cidade, atendem aos bairros da Liberdade, Monte Santo, Rosa Cruz, Bela Vista, Cruzeiro, Catolé, Alto Branco, Vila Paulista, Melo Leitão e José Pinheiro. O serviço de coleta de lixo, nas ruas centrais da cidade é feito pela CIPEL, em convênio com a Prefeitura Municipal que percorrem, assim, as ruas Marciel Pinheiro, Floriano Peixoto, Getúlio Vargas, João Pessoa, João Suassuna, Marquês do Herval e Praça da Bandeira.<sup>232</sup>

Além de atender os bairros, a frota de veículos também fazia a coleta nas ruas centrais da cidade, sendo impossível atender a essa demanda devido à estrutura que a empresa apresentava, o crescimento da população e, conseqüentemente, o aumento da proliferação do lixo. Sem falar dos hábitos da população em jogar lixo nas vias públicas, dificultando manter a limpeza na cidade.

Em julho de 1975 a Secretaria de Serviços Urbanos, através do seu departamento de Limpeza Urbana, sob o comando de João Nogueira Arruda, promoveu a “Operação Limpeza” na cidade, realizando “trabalho de podaço nos canteiros da Avenida Floriano Peixoto, continuação dos serviços na Praça do Açude Velho e a continuação da limpeza na Praça do Centenário”.<sup>233</sup> Porém, João Arruda ficou revoltado com a falta de colaboração da população, que continuava jogando lixo depois do trabalho realizado pela SSU, “Citou ele como exemplo, uma rua no centro da cidade e logo meia hora depois já se jogava lixo. Foi feita a limpeza de um terreno baldio, ao lado do Teatro Municipal Severino Cabral aconteceu a mesma coisa”<sup>234</sup>. A população por um lado reclamava do lixo nas ruas, embora parte dela não contribuísse com os

---

<sup>232</sup> “Setor de limpeza tem carros suficiente para coleta de lixo”. In: Jornal da Paraíba, 03/06/1976, p. 2.

<sup>233</sup> “Prefeitura Municipal continua execução de trabalho de limpeza”. In: Jornal da Paraíba, 23/07/1975, p.4.

<sup>234</sup> “Departamento de limpeza informa que população não colabora com seu trabalho”. In: Jornal da Paraíba, 24/07/1975, p.4.

trabalhos de limpeza quando eram realizados. Durante o tempo que passou na prefeitura, Evaldo Cruz, realizou algumas obras.

Uma das suas primeiras atividades realizadas no ano de 1975 foi a inauguração da reforma do Mercado Público da Liberdade no dia 13 de janeiro, obra que teve o orçamento em mil Cruzeiros. Os moradores do bairro da Liberdade reivindicavam ao prefeito uma recuperação e ampliação daquele mercado, que melhoraria o comércio e o atendimento às pessoas que lá faziam suas compras.<sup>235</sup>

No dia 11 de novembro de 1975, o Prefeito Evaldo Cruz inaugurou o sistema de iluminação a vapor de mercúrio na Rodoviária: “A iniciativa veio trazer grande benefício àquela Estação que ultimamente vinha apresentando séria deficiência no setor de iluminação. As áreas de embarques e desembarques com um aspecto sensivelmente melhor”.<sup>236</sup> O *Jornal da Paraíba* enfatiza na reportagem que a CELB (Companhia Energética da Borborema) atendeu aos seus apelos como também do vereador Sobreira Targino, e deu parabéns ao prefeito pela iniciativa. Essa situação nos mostra que a rodoviária passava por alguns problemas, e que aos poucos a administração local tentava solucionar.

No sábado dia 31 de janeiro de 1976, o Prefeito Evaldo Cruz inaugurou o Parque do Açude Novo<sup>237</sup>, uma área total de 46.875m<sup>2</sup>, com o custo Cr\$ 7.500.000,00. A solenidade teve a participação de algumas autoridades para prestigiar a obra, como o Prefeito Hermano Almeida, de João Pessoa, o professor Aleindor Vilaria, representando o Reitor Luiz José de Almeida da FURNE, o tribuno Raimundo Asfora, Ivan Bichara Sobreira, representando o Governador, o Bispo Dom Manoel Pereira da Costa, o Senador Milton Cabral, entre outros.

---

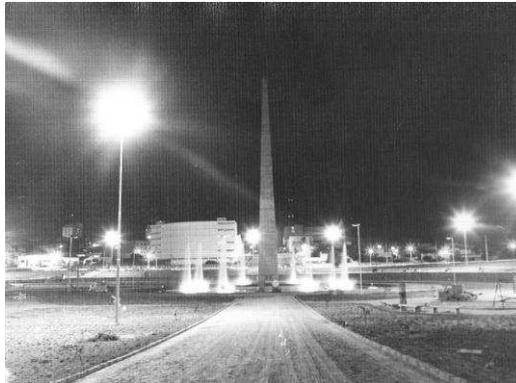
<sup>235</sup> “Inaugurado Mercado Público da Liberdade”. In: *Jornal da Paraíba*, 14/01/1975, p. 5.

<sup>236</sup> “Inaugurado novo sistema de iluminação a vapor de mercúrio da rodoviária”. In: *Jornal da Paraíba*, 12/11/1975, p.8.

<sup>237</sup> O Parque do Açude Novo assume o nome Parque Evaldo Cruz após o seu falecimento no ano de 1985.

**Imagem 20:** Parque do Açude Novo 1976**Imagem 21:** Obelisco no Parque Evaldo Cruz:

Marco zero do Município



**Fonte** (das imagens 20 e 21): <http://cgretalhos.blogspot.com/2010/05/memoria-fotografica-parque-evaldocruz>. Acessado em 09 de ago. 2011.

Na ocasião, Raimundo Asfora proferiu um discurso enaltecendo a construção do parque para a cidade e a população:

Eu o saúdo, Evaldo Cruz, em nome de Campina Grande. Eu o saúdo em nome da cidade agradecida.

Saúdo-o por este Parque do Açude Novo, um círculo de luzes, de cultura, de recreação, de lazer, de beleza, de música, de cores e de aromas; por este círculo de crescimento das alturas da Borborema, eu o saúdo.

Este círculo é a mais sólida aliança que poderia ser firmada entre o governante e o seu povo.<sup>238</sup>

No discurso realizado pelo Prefeito Evaldo Cruz, ele enfatiza a construção de uma “Nova Campina”:

É, pois com indisfarçável satisfação, que entregamos o Parque do Açude Novo ao povo de Campina Grande.

É para ele que estamos tentando construir uma Nova Campina. Uma Nova Campina sem perder a obsessão pelo trabalho, consolida seu “status” cultural na Expansão de sua Universidade. Pesquisa no seu passado experiências que a levam a novos triunfos e se humanizam no convívio diário que a paisagem verde e amena das áreas de lazer propiciam às suas gerações (...).<sup>239</sup>

<sup>238</sup> “Parque do Açude Novo uma grande realização do Governo Evaldo Cruz”. In: Jornal da Paraíba, 01/02/1976, p.5.

<sup>239</sup> Idem.

Construção de uma “Nova Campina” que se identificasse com o trabalho, pois era considerada a Capital do Trabalho. A questão da cultura estava ligada à expansão da Universidade, que vinha crescendo bastante nesse período. Finalizando com o lazer, que seria ofertado pelo Parque do Açude Novo que, em suas paisagens verdes, oferecia divertimento à população.

No fim da solenidade, as autoridades e o público em geral foram conhecer as dependências do Parque, com sua fonte luminosa, praça, jardim e outras atrações para a população campinense.

Essa foi uma pequena síntese da administração do Prefeito Evaldo Cruz ao longo de sua gestão na Prefeitura de Campina Grande. Relatamos alguns problemas da sua administração como também algumas obras realizadas nela, tomando como base as representações feitas pelos jornais.

Passamos agora a analisar a imagem do “rapa” através dos periódicos naquele período. Ou seja, explorar a questão de que no mesmo momento em que o Prefeito falava em uma cidade grande e desenvolvida, com oportunidades de lazer e cultura, os populares eram alvo de perseguições das suas formas de trabalho informais.

### **3.1.1 A atuação do “rapa” na administração de Evaldo Cruz**

A primeira vez que a atuação do “rapa” é retratada no *Jornal da Paraíba* na década de 1970, foi no dia 21 de março de 1973. Era uma denúncia do líder da Câmara Municipal de João Pessoa, o vereador da Arena Enock Pelágio, que sentia-se no dever de relatar a ação “do rapa pessoense”. Nas palavras dele:

Os absurdos e os abusos que vem sendo cometidos, verdadeiros atos de vandalismos, na via pública contra indefesos vendedores ambulantes, a maioria dos quais crianças e mulheres mães de famílias que para não ver seus filhos passarem fome, se sujeitavam a vender bugigangas nas ruas da cidade. O chefe dos “rapas” chega até a exhibir revolver para os vendedores.<sup>240</sup>

---

<sup>240</sup> “Vereador arenista contra o ‘rapa’ na capital”. In: *Jornal da Paraíba*, 21/03/1973, p. 5.

O relato dele nos mostra a forma autoritária e abusiva através do qual o “rapa” atuava, chegando a exhibir revólver para expulsar os vendedores ambulantes das ruas centrais. Seu principal alvo eram as crianças e mulheres, vistas como indefesas e mais fáceis de repreender. O vereador Enock Pelágio, apesar de ser da bancada situacionista, disse que faria essas denúncias, pois achava injusta a forma como os fiscais da Prefeitura vinham atuando.

No dia 29 de março de 1973, o *Jornal da Paraíba* relata a atuação do “rapa” em Campina Grande na perseguição aos camelôs que comercializavam seus produtos nas ruas centrais.

Os fiscais da Prefeitura Municipal, chamados de ‘rapa’ não estão respeitando (...) os camelôs (...) e investem furiosamente em meio ao público para arrebatam os objetos dos ‘comerciantes’ de rua e levá-los para um depósito da Prefeitura.

Alegando que camelô não paga imposto, os fiscais da Prefeitura vão levando tudo o que pertence à classe, usando para cumprimento da ‘autoridade’, cenas que os populares consideram humilhantes para si e para os vendedores ambulantes.<sup>241</sup>

Nessa notícia, observamos o relato da apreensão de mercadorias pelos fiscais (que eram encaminhadas para um depósito da Prefeitura) de forma autoritária.<sup>242</sup> A palavra comerciante no texto fica entre aspas, porque ela é utilizada no texto jornalístico para dar ênfase ao fato que os camelôs comercializavam seus produtos, porém não eram chamados assim tendo em vista que não pagavam impostos. A titulação de comerciantes era destinada aos que pagavam impostos, como por exemplo, donos de lojas. Além de mostrar como agia “o rapa” de forma a humilhar os camelôs e constranger as pessoas que observavam, a notícia pede providências para tirar das ruas esse tipo de trabalhador. Vejamos:

Enquanto isso, a cidade vai a cada dia se enchendo de fiteiros, colocados em praças e logradouros públicos, em frente a repartições públicas e casas comerciais e em calçadas e passeios públicos, impedindo inclusive o trânsito de pedestres em determinados setores do centro da cidade (...). O caso está exigindo uma rápida providência por parte do setor competente da Prefeitura

<sup>241</sup> “Camelôs são perseguidos pelo ‘rapa’ da Prefeitura”. In: *Jornal da Paraíba*, 29/03/1973, p. 4.

<sup>242</sup> Essa forma de agir vai se tornar um estigma na imagem do “rapa” que buscava sempre atuar de forma violenta e autoritária, como veremos ao longo da nossa narrativa.

Municipal, pois da atual maneira, em breve nossas ruas centrais estarão completamente tomadas por fiteiros, bazares e carros de pipocas.<sup>243</sup>

As proliferações desses trabalhadores nas ruas centrais incomodavam pelo fato de não pagarem impostos e por dificultar a passagem dos pedestres pelas calçadas. Em frente ao Cine Capitólio, existiam fiteiros, pipoqueiros e carros de picolés, atrapalhando a passagem, “Enfeitando a praça do Lions Clube e tomando o espaço destinado às pessoas que esperavam coletivos”.<sup>244</sup>

Com o passar do tempo, os camelôs e os vendedores ambulantes<sup>245</sup> foram se proliferando pelas ruas do centro, localizando-se principalmente nas ruas Cardoso Viera e Maciel Pinheiro, onde se concentrava boa parte das lojas comerciais da cidade. Devido aos grandes transtornos que esses trabalhadores causavam, prejudicando o trânsito de pedestres nos passeios públicos e infringindo o Código de Postura, a Secretaria de Urbanismo, no dia 4 de novembro de 1975, se prontificou a fazer um estudo para solucionar essa questão, porém, segundo aquele órgão, o problema seria em encontrar um lugar para realizar a transferência deles.

Ora os periódicos denunciavam o incômodo que eles causavam, ora eles denunciavam os mal tratos ocasionados pelos fiscais na perseguição desses indesejáveis no espaço urbano da cidade.

---

<sup>243</sup> “Camelôs são perseguidos pelo ‘rapa’ da Prefeitura”. In: Jornal da Paraíba, 29/03/1973, p. 4.

<sup>244</sup> “Camelôs são perseguidos pelo ‘rapa’ da Prefeitura”. In: Jornal da Paraíba, 29/03/1973, p. 4.

<sup>245</sup> Camelôs são aqueles vendedores com ponto fixo para comercializar suas mercadorias, porém não pagam impostos. Já os vendedores ambulantes são aqueles que não têm ponto fixo e vendem seus produtos andando pelas. Como o primeiro, não pagam impostos.

**Imagem 22:** Correria provocada pelo “rapa” na feira



**Fonte:** Jornal da Paraíba, 9 novembro de 1975.

Sábado, 8 de novembro de 1975, dia de feira, movimento intenso. O *Jornal da Paraíba* montou uma reportagem que mostrava a atuação do “rapa” nessa área da cidade. A imagem 22, do *Jornal da Paraíba*, apresenta algumas mulheres e crianças correndo pela feira para fugir dos fiscais. Quando os mesmos chegavam, a correria era grande e os populares gritavam: “- olha o rapa”. Funcionava como um grito de alerta, que avisava que os fiscais estavam chegando em determinado setor. Os feirantes corriam e se deslocavam para outro lugar enquanto os fiscais não chegavam e, assim, tentavam comercializar os seus produtos. O periódico investigou a cobrança das taxas aos feirantes ambulantes. Segundo o jornal:

(...) Nos dias de feira em Campina Grande, em toda a periferia do Mercado Central, um problema acontece que precisa ser urgentemente olhado com atenções. Trata-se da perseguição do chamado “rapa” (...) que por ordens da Secretaria Municipal competente ao que se informa de Serviços Urbanos, vivem a perseguir os pequenos ambulantes e vendedores de verduras do

Mercado Central, proibindo a venda de suas mercadorias em diversos locais daquele setor.<sup>246</sup>

Os fiscais que trabalhavam na feira responderam à reportagem que achavam o comércio ambulante naquele local ilegal e que faziam uma rigorosa fiscalização, como a registrada na imagem 23, do *Jornal da Paraíba*, na qual percebemos alguns fiscais apreendendo mercadorias que seriam colocadas no Depósito do Setor de Administração, sendo liberado mediante o pagamento da taxa municipal. Boa parte dos ambulantes na feira era composta por crianças<sup>247</sup> que iam ajudar os seus pais no trabalho. A reportagem lança um questionamento com relação ao trabalho desses menores “(...) Seria melhor trabalhar assim ou praticar a delinquência? Proibindo essa maneira de ganhar o pão dessas pessoas não seria um próprio incentivo à prática do mal”.<sup>248</sup>

O jornal, através desse comentário, relata a questão do trabalho honesto, questionando que seria melhor ter esses menores trabalhando para ajudar no sustento da família do que tê-los envolvidos com a prática de delitos. Proibindo-os de trabalharem, era um incentivo a prática de pequenos crimes (como foi visto no capítulo 2, relacionado à questão dos “marginais mirins”).

---

<sup>246</sup> “Olha o Rapa!” Até quando vai durar?. In: *Jornal da Paraíba*, 09/11/1975, p.7.

<sup>247</sup> Veremos melhor o trabalho das crianças nesse período através dos relatos orais de memórias dos nossos entrevistados que nesse período eram crianças.

<sup>248</sup> “Olha o Rapa!” Até quando vai durar? In: *Jornal da Paraíba*, 09/11/1975, p.7

**Imagem 23:** Apreensão de mercadorias pelos fiscais**Fonte:** Jornal da Paraíba, 9 novembro de 1975.**Imagem 24:** Estivador trabalhando**Fonte:** Jornal da Paraíba, 9 novembro de 1975.

Nem os carregadores e estivadores de mercadorias escapavam da fiscalização. A imagem 24, do *Jornal da Paraíba*, apresenta um estivador trabalhando na feira fazendo o carregamento de algumas mercadorias para os armazéns daquela área em meio aos populares que vão fazer suas compras. Os fiscais investigavam se a mercadoria que eles transportavam era de um proprietário particular ou se estava à venda.

A polêmica da reportagem passa a ser a cobrança do imposto, pelo fato de que a mercadoria só deveria ser liberada mediante o pagamento da taxa que seria entre Cr\$ 5,00 e Cr\$ 10,00 cruzeiros, dependendo do tamanho e da qualidade do produto. Temos casos em que para liberar a mercadoria, deveria ser pago o valor máximo e o proprietário pagou o valor mínimo, a reportagem faz outro questionamento: “(...) Existe essa lei? Ou o arrumadinho prevalece?”<sup>249</sup>.

Depois que o infrator pagava o imposto, fazia-se a expedição de um recibo que não ficava com ele, era levado para o fiscal que teria feito a apreensão da mercadoria. Mais uma vez, o jornal questiona: “Agora voltamos a perguntar, porque o pequeno comerciante multado, que ali trabalha para matar a sua fome não fica de posse do seu

---

<sup>249</sup> Idem.

recibo já que desembolsou a quantia exigida?”.<sup>250</sup> Isso era um problema, afirmava o jornal, porque como o feirante ambulante iria comprovar a outro fiscal que quisesse apreender a sua mercadoria, que já tinha pagado a taxa, se ele não ficava com o recibo?

Às vezes, algumas mercadorias de baixo valor comercial (coentro, alface) no fim da feira eram devolvidas a alguns feirantes, o problema é que esses ficavam no prejuízo porque não teriam mais como vender esses produtos. Por outro lado, “No caso da pessoa infratora não ter condições de efetuar o pagamento da taxa exigida, mercadoria de maneira alguma será liberada, havendo caso estamos informados (...) de pessoas que tiveram os produtos perdidos”.<sup>251</sup> Quando os donos não pagavam as taxas, as mercadorias eram levadas para instituições de caridades na cidade ou, como alguns populares falavam, eram levados para a própria casa dos fiscais. Vejamos o que disse uma entrevistada que não quis revelar o nome<sup>252</sup>: “Me lembro de que quando eu era criança e ficava na rua no sábado de tarde brincando, um fiscal, o líder do ‘rapa’ chegava na caminhonete em frente a casa dele com vários balaies de frutas e verduras e colocava pra dentro, todos da rua viam e ficavam escandalizados, como aquele homem trazia as mercadorias dos feirantes pra casa?”.<sup>253</sup>

A reportagem finaliza pedindo providências à Prefeitura Municipal, pedindo que ela “(...) procurasse estudar o problema com maior cuidado e procurar uma solução condizente. Que as leis municipais sejam cumpridas com seriedade”.<sup>254</sup>

No dia 21 de novembro de 1975, *O Jornal da Paraíba* noticiou que os camelôs teriam até o dia 31 de dezembro para comercializarem as suas mercadorias nas ruas Maciel Pinheiro e Cardoso Vieira. Depois dessa data, eles seriam transferidos para um terreno por trás da Rodoviária. Apesar de alguns não gostarem da localidade, um termo de responsabilidade foi assinado para firmar acordo.<sup>255</sup>

Depois das comemorações festivas de fim de ano, período em que se vendem mais produtos no comércio, era hora dos ambulantes se mudarem para o novo local na primeira semana de janeiro de 1976, só que alguns não gostaram do novo ponto,

---

<sup>250</sup> Idem.

<sup>251</sup> Idem.

<sup>252</sup> Respeitamos a sua decisão.

<sup>253</sup> Entrevista concedida à autora no dia 12/11/2009.

<sup>254</sup> Retirado da notícia: “Olha o Rapa!” Até quando vai durar? In: *Jornal da Paraíba*, 09/11/1975, p.7

<sup>255</sup> “Camelôs têm prazo até 31 de dezembro”. In: *Jornal da Paraíba*, 21/11/ 1975, p.8.

resistiram e ficaram nas ruas centrais, alegando que faltava a Prefeitura organizar o espaço e colocar os tabuleiros nos pontos para eles se mudarem.<sup>256</sup>

Além dos vendedores ambulantes causarem algum tipo de transtorno nas ruas centrais, os vendedores de frutas, categoria de trabalhador que nos dias de feira vendiam suas frutas no Mercado Central e nos outros dias da semana trabalhavam nas ruas centrais, também causava transtorno, pois segundo os jornais:

(...) Na esquina da rua Índios Cariris com a João Pessoa, um desses vendedores estacionou ali e passou a vender jaboticabas, interrompendo o passeio e causando sujeira com as cascas das frutas. Ainda na rua João Pessoa, bem próximo ao Banco Itaú, há outro vendedor de frutas infringindo o Código de Posturas do Município (...) Além de ferir a estética das nossas ruas, as cascas de frutas provocavam quedas nos transeuntes.<sup>257</sup>

Esse problema se repetia. A cada safra de fruta diferente espalhavam-se pelas ruas os vendedores, cada um instalado num ponto diferente no centro, no qual tivesse bastante movimento para vender seus produtos. Quando acabava a mercadoria, ficavam naquele local os restos de frutas machucadas que não foram vendidas e as cascas que provocam quedas nos transeuntes. Esse cenário contribuía para deixar o centro feio, sendo inaceitável para Administração Pública ter esses tipos de problemas, pois desrespeitava o Código de Posturas do Município.

No dia 15 de janeiro de 1976, o Chefe do Departamento de Fiscalização da Secretaria de Urbanismo, Pedro Erival, determinou os novos locais onde ficariam os 26 vendedores ambulantes que há anos já eram cadastrados pela Prefeitura. Decidiu-se que eles ficariam nas ruas que tinham menor movimentação de pedestres: Venâncio Neiva, Barão do Abiaí, Marquês do Herval, Simeão Leal e próximo do Posto de Saúde Dr. Francisco Pinto, sendo estritamente proibido comercializar nas ruas Maciel Pinheiro e Cardoso Viera. Diante dessa situação, trinta vendedores ambulantes não cadastrados solicitaram conversar com Pedro Erival para organizar suas situações, fazendo um cadastro e marcando um ponto no centro onde eles pudessem comercializar. O

---

<sup>256</sup> “Ambulantes ainda não se organizaram”. In: Jornal da Paraíba, 07/01/1976, p.8.

<sup>257</sup> “Vendedores de frutas continuam nas ruas centrais”. In: Jornal da Paraíba, 07/01/1976, p.8.

secretário disse que iria fazer um estudo para tomar uma solução para esses ambulantes.<sup>258</sup>

No dia 6 julho de 1976, outra denúncia sobre a atuação do “rapa” e apreensão de mercadorias. Vejamos:

Olho de Lince está sabendo que alguns guardas da Prefeitura Municipal, integrantes do famoso “rapa” estão exagerando no cumprimento do dever. Tomam mercadorias dos infratores e, às vezes de não infratores, como é o caso das verdureiras, das quais apreendem seus produtos, a todo momento. O curioso, nesse negócio é que ninguém sabe para onde vão as mercadorias apreendidas. Olho do Lince ouviu dizer que tem muito “nego” do rapa passando bem.<sup>259</sup>

A pequena nota de jornal relata a apreensão de mercadorias que eram confiscadas tanto de pessoas infratoras como não infratoras. Os guardas terminavam levando tudo nas fiscalizações realizadas por eles. Na última parte da notícia quando se coloca “tem muito nego do rapa passando bem”, dá ênfase na questão de que alguns fiscais levavam algumas mercadorias confiscadas para sua residência, como já foi discutido anteriormente, ou levado para casa de caridades.

Antes de começarem os preparativos para a eleição de 1976, verificamos que essa foi a última notícia vinculada pelo *Jornal da Paraíba* sobre o “rapa”. Passada a eleição política, novamente começa a perseguição aos ambulantes pelas ruas da cidade. Certamente o “rapa” deixa de atuar nesse período político ou diminui as suas ações pela cidade, principalmente porque o Prefeito Evaldo Cruz queria eleger alguém do seu partido para lhe suceder na prefeitura, então não seria bom ter nos periódicos notícias que falassem mal da sua administração, ou como seus funcionários (guardas municipais) agiam. Podemos dizer que seria uma estratégia do prefeito para conseguir eleger o novo prefeito da cidade.

O cenário político para as eleições municipais de 1976 era composto por dois partidos políticos: a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro). No dia 13 de agosto, Evaldo Cruz confirmou a candidatura de Enivaldo Ribeiro a prefeito de Campina Grande pelo partido político ARENA 1; o

---

<sup>258</sup> “Secretaria de Urbanismo determina locais para atividades de ambulantes”. In: *Jornal da Paraíba*, 16/01/1976, p. 1.

<sup>259</sup> “Rapa”. in: *Jornal da Paraíba*, 06/07/1976, p. 9.

candidato pela ARENA 2 era Juracy Palhano e o candidato pela ARENA 3 era Ermírio Leite. Já o Partido Político MDB tinha como candidatos: Ivandro Cunha Lima, pelo MDB 1 e Orlando Almeida, pelo MDB 2.

Evaldo Cruz demonstrava apoio a Enivaldo Ribeiro. Juracy Palhano, candidato pela Arena 2, ao longo do período eleitoral tentava atrapalhar a candidatura de Enivaldo através de panfletos com os seguintes dizeres: “Vou lutar violentamente contra candidato de João Pessoa que é Enivaldo Ribeiro, porque Campina Grande, não admite ser dirigida de longe”<sup>260</sup>. Através desse panfleto, Juracy dizia que Campina não poderia escolher um candidato de outra cidade, alegando que Enivaldo morava na capital, e que o povo teria que escolher alguém da sua gente, da cidade, e não alguém que morava fora.

Os candidatos a prefeito pelo MDB I, Ivandro Cunha Lima (MDB 1) e Orlando Almeida (MDB 2), denunciavam que o candidatado da oposição estava distribuindo “‘presentes’ do candidato Enivaldo Ribeiro, inclusive sacos de cimento que estão sendo distribuídos nos bairros da cidade. Afora cimento e outras benesses, estão indo para as mãos do eleitorado pobre”<sup>261</sup>. A prática desse candidato estava ferindo o Código Eleitoral, ao usar métodos condenáveis para conseguir votos. O MDB iria levar a denúncia à Justiça Eleitoral para coibir o abuso do outro partido.

No dia 15 de novembro (segunda-feira), o eleitorado foi às urnas escolher o seu candidato “Cerca de 80 mil eleitores estão inscritos em duas zonas, todavia espera-se uma abstenção pouco superior a 20 por cento”.<sup>262</sup> A apuração começaria na terça-feira, a partir das oito horas da manhã. Na quarta-feira, dia 17 de novembro saiu o resultado e a Arena 1 comemorou a sua vitória. O novo prefeito Enivaldo Rebeiro declarou ao *Jornal da Paraíba* que iria “fazer a sua administração voltada para os bairros de Campina Grande (...). E adiantou que o Prefeito Evaldo Cruz fez uma grande administração no centro da cidade, mas está faltando uma melhor administração aos bairros”.<sup>263</sup>

<sup>260</sup> “Guerra dos boletos”. In: *Jornal da Paraíba*, 03/11/1976, p.3.

<sup>261</sup> “MDB denuncia que Enivaldo distribui sacos de cimentos com o eleitorado”. In: *Jornal da Paraíba*, 04/11/1976, p. 3.

<sup>262</sup> “Amanhã o eleitorado vai escolher quem será o futuro prefeito de Campina”. In: *Jornal da Paraíba*, p. 5.

<sup>263</sup> “Arena vence MDB e comemora vitória”. In: *Jornal da Paraíba*, 18/11/1976, p. 1.

Com o término do período eleitoral, os camelôs passaram a reclamar que queriam vender seus produtos nas ruas mais movimentadas (Maciel Pinheiro e Cardoso Vieira), porque atrás da rodoviária a movimentação era fraca. A Prefeitura, no dia 11 de dezembro de 1976, através da Secretaria de Urbanização determinou os lugares em que os vendedores ambulantes pudessem comercializar seus produtos durante o período natalino. Só seria permitida a presença dos ambulantes os quais fossem cadastrados pela Prefeitura. Os fiscais da Prefeitura iriam fazer rondas pelas ruas e apreender as mercadorias dos que não fossem cadastrados e dos que eles achassem necessário.<sup>264</sup>

Alguns vendedores ambulantes para continuarem comercializando em alguns pontos do centro e se livrarem dos fiscais, usavam da astúcia e pagavam uma quantia a eles, como afirma Seu Geraldo em entrevista ao *Jornal da Paraíba*: “Existe para mim, problemas com os fiscais, que querem tirar do ponto (...) a gente passa a agradá-los (...) os fiscais a comerem dinheiro vivem eternamente fazendo exigências a alguns”<sup>265</sup> Mostra que alguns fiscais recebiam propina para não tirar o ambulante da rua e nem confiscar os produtos deles.

Analisado o período em que Evaldo Cruz (1972-1976) esteve no comando da Prefeitura, no próximo item veremos a administração do seu sucessor Enivaldo Ribeiro, que herdou vários problemas da gestão passada.

### **3.2 A administração do Prefeito Enivaldo Ribeiro**

Enivaldo Ribeiro, do partido Político ARENA, ganhou a eleição de 1976 e foi prefeito da cidade de Campina Grande de 1977 até 1983<sup>266</sup>. Nesse período, enfrentou alguns problemas na sua administração herdados da gestão anterior, como o lixo no centro da cidade, nos bairros e no Mercado Central e os vendedores ambulantes nas ruas centrais e na feira. Relataremos alguns problemas dessa gestão envolvendo a Feira Central e alguns espaços da cidade.

A falta de segurança, a sujeira e as péssimas condições de conservação do mercado eram comentadas frequentemente nos jornais. A sujeira afastava os

<sup>264</sup> “Secretaria determina locais para vendedores ambulantes”. In: *Jornal da Paraíba*, 12/12/1976, p.5.

<sup>265</sup> “Vendedores ambulantes x final do ano”. In: *Jornal da Paraíba*, 28/12/ 1976, p. 1.

<sup>266</sup> Enivaldo Ribeiro teve um mandato prorrogado que durou 6 anos.

compradores, bem como os turistas que frequentavam a feira: “Em todos os setores, a sujeira é visível e arrepiante aos inúmeros frequentadores nos dias de feira”.<sup>267</sup> Isso acontecia, segundo *A Gazeta do Sertão*, devido à má administração e falta de organização da Secretaria de Serviços Urbanos (SSU), órgão que era responsável pela limpeza da cidade e que deixava a desejar os seus serviços devido a várias reclamações que os cidadãos faziam nos jornais cobrando a limpeza nos bairros.

O mercado estava nesse período passando por vários problemas, como a cobrança da reforma no telhado. Os feirantes fizeram um abaixo assinado que teria sido negligenciado pela Secretaria de Serviços Urbanos. Conforme o Jornal *A Gazeta do Sertão*:

De acordo com denúncias dos mais antigos comerciantes, os funcionários da administração não se preocupam com a limpeza, bem como da segurança dos seus frequentadores. Quase que semanalmente, vários boxes são arrombados na calada da noite e a administração permanece omissa para atos de vandalismo.<sup>268</sup>

Assim como as pessoas pediam melhores tratamentos para a feira, o presidente da CDL (Clube dos Diretores Lojista de Campina Grande), Álvaro de Barros Correia, numa nota no *Jornal da Paraíba* solicitou melhores tratamentos à feira ao Prefeito Enivaldo Ribeiro, apelando para:

Os nossos apelos, um destes se baseia na transformação da nossa tradicional feira do Mercado Central, a maior feira do Nordeste, de valor turístico incomparável e características próprias, ponto de encontro semanal de milhares de pessoas que para Campina Grande se dirigem nesses dias procedentes de cidades circunvizinhas e até mesmo de outros estados. Ressalto – continuou - Prefeito, mais uma vez o seu apoio, pois já vimos desafiando administrações anteriores, e Vossa Excelência é homem que aceita desafios porque- toda Campina Grande sabe disso- passamos de suplicantes, pois sua palavra, são infalíveis, especialmente quando se trata de elevar a nossa Terra”, salientou que “a nossa feira está no sangue dos que a fazem e dos que a procuram; em mim, meus senhores, ela é a lembrança viva, o degrau primeiro do que hoje sou e com que mantenho dignamente a minha família, pois nela mantive os contatos iniciais com o povo dessa terra, comercializando frutas, verduras e cereais, junto com o meu pai e irmãos.”<sup>269</sup>

Nesse apelo feito pelo Presidente da CDL, percebe-se a valorização da feira na questão do tradicional, o valor cultural que ela tem, assim como também espaço de

<sup>267</sup> “Sujeira e insegurança reinam no Mercado Central”. In: Jornal *A Gazeta do Sertão* 01/12/1982, p.2.

<sup>268</sup> Idem.

<sup>269</sup> “Presidente da CDL pede tratamento para a feira”. In: *Jornal da Paraíba*, 27/01/1981, p.2.

sociabilidade frequentado por várias pessoas. Solicitação que exalta ainda a figura do prefeito como homem de palavra, que cumpre o que fala.

Mas esse descaso denunciado pelo jornal e pelo presidente da CDL com o espaço público não se verificava somente na Feira Central, era algo que abrangia vários bairros da cidade. Sendo assim, a SSU era alvo constante de reclamações e apelos para tomar providências com relação à limpeza nas ruas.

O lixo toma conta da cidade, não somente nos bairros mais afastados como também no centro da cidade, onde os habitantes das artérias colocam o lixo em qualquer lugar, uma vez que os caminhões que coletam o lixo não passam. Fato que faz com que a população fique aflita.<sup>270</sup>

Em nota ao *Jornal da Paraíba*, o vereador João Raia solicitou providências à SSU para retirada do lixo em alguns bairros da cidade:

(...) inúmeras ruas dos bairros de José Pinheiro, Monte Castelo e Nova Brasília, nesta cidade, estão precisando de uma limpeza geral do lixo ali existente; além das constantes reclamações dos moradores das ruas e dos bairros citados; bem como da necessidade de se levar em consideração os anseios dos moradores dos bairros em apreço.<sup>271</sup>

Em outra nota de jornal, alguns moradores do bairro da Palmeiras pediram providências a SSU para retirar o lixo, visto que eles não suportam mais o fedor: “O apelo prende-se ao fato do apelo formulado pelos moradores daquela artéria, que não suportam mais, o mal estar que o lixo vem causando a quantos habitantes daquele local”.<sup>272</sup>

As notícias são constantes nos jornais, sempre pedindo providências para retirada do lixo, pois “[a rua] encontra-se em péssimo estado de conservação, com muito lixo em seu leito, prejudicando a saúde de seus moradores”.<sup>273</sup>

O ano de 1981 era um ano pré-eleitoral e João Nogueira Arruda, suplente do vereador Antonio Pimentel, que se encontrava em licença por três meses, tinha anseio de mostrar trabalho. Nesse sentido, com os recursos da Secretaria de Serviços Urbanos e

<sup>270</sup>“Campina está afogada em lixo há muito tempo”. In: *Jornal da Paraíba*, 15/04/1981, p.5.

<sup>271</sup>“João pede melhoria para o mercado da liberdade”. In: *Jornal da Paraíba*, 28/01/1981, p.5.

<sup>272</sup>“Lixo prolifera pelas nossas ruas”. In: *Jornal da Paraíba*, 06/02/1981, p.5.

<sup>273</sup>“Muito lixo na rua”. In: *Jornal da Paraíba*, 10/04/1981.

da Secretaria de Viação e Obras, conseguiu remover o lixo de alguns bairros da cidade, coisa que não tinha sido realizada pelo administrador da SSU Roberto Cabral, segundo o *Jornal da Paraíba*, devido a sua inoperância.

Naturalmente diante do êxito dessa campanha, o senhor Roberto Cabral, hoje se sente como uma árvore ameaçada pela administração municipal e pretende puxar para sua pasta os méritos de um trabalho digno dos maiores registros que atualmente desenvolvido pelo vereador suplente João Nogueira Arruda profundo conhecedor do lixo<sup>274</sup>, visto que em épocas passadas na Administração de Willimas Arruda ele foi chefe do Setor de Limpeza Pública da municipalidade. Por outro lado, acreditasse que o secretário Roberto Cabral tenha suas pretensões políticas e não pretende uma subalternidade indireta quando a obrigação do serviço era dele, pela obrigação do cargo que impõe.<sup>275</sup>

Através dessa nota de jornal, fica evidente uma questão política entre João Arruda Nogueira, pelo fato de ter trabalhado em administrações anteriores com a limpeza da cidade. Ele sabia muito bem como operacionalizar isso, mostrando assim serviço à população, visto que essa notícia deixa implícita uma possível candidatura dele à Câmara de Vereadores. Já Roberto Cabral se sentia em parte ameaçado pelo trabalho realizado por Nogueira, porque a função dele era manter a cidade limpa e isso não acontecia. Apesar de toda essa disputa por manter a cidade limpa, depois que Nogueira saiu da suplência, o lixo voltou a tomar conta da cidade e várias outras notícias foram encontradas nos jornais denunciando o suposto descaso da SSU com o lixo nas ruas.

A Administração local do Mercado Central tentava impor às vezes um ritmo de trabalho aos feirantes que não condizia com a vontade desses trabalhadores, como o feirante Roberto Maracajá Coutinho revelou: “[o administrador da feira, Eliomar Lunes, quer que] façamos a feira na quarta, sexta e sábado, mas do jeito que a situação está difícil, não é possível se manter dessa maneira. Nós precisamos trabalhar”.<sup>276</sup> Esse relato nos mostra que administração local tentava impor os dias da semana que os feirantes poderiam trabalhar na feira, e eles não aceitavam e reclamavam dessa

---

<sup>274</sup> Ele ganhou o título de “profundo conhecedor do lixo” porque na gestão do prefeito Evaldo cruz trabalhou na Secretaria de Serviços Urbano da cidade e desenvolvia programas para retirar o lixo das ruas, como “Operação Limpeza”.

<sup>275</sup> *Jornal da Paraíba*, 07/05/1981.

<sup>276</sup> Entrevista concedida pelo feirante ao *Jornal da Paraíba* 28/01/1981.

condição, como o feirante José Filomeno da Silva, que colocou a questão do imposto do solo ocupado, pago pelos feirantes à Prefeitura. “(...) nos deixe trabalhar. Podem nos cobrar o que é de direito, porém nos deixe exercer nossa profissão”.<sup>277</sup>

E quando a administração tentava fazer alguma modificação isso também gerava problemas, como no caso do deslocamento da feira de madeira para a esquina da Avenida Cabral com a Silva Jardim, no bairro do José Pinheiro.

Os comerciantes mostram-se insatisfeitos, pois o local está cheio de fedidos detritos, além de, entre as barracas, estar uma caçamba cheia de lixo. Em caso de chuva inevitavelmente o local ficará inundado, por causa do canal obstruído, o que acarretara sérios prejuízos aos que ali negociam pois a água provocara o apodrecimento da mercadoria além de derrubar os barracos.<sup>278</sup>

O problema para os comerciantes em transferir a feira de madeira para essa nova localidade seria a questão da infraestrutura: a obstrução do canal poderia causar grandes problemas para eles. Como sugestão, eles solicitaram à Secretaria de Serviços Urbanos a desobstrução do canal, que evitaria a inundação. Comerciantes gostaram da localização porque evitaria o engarrafamento nas ruas Marcilio Dias e Tavares Cavalcante, devido o descarregamento de madeira.

Esses foram alguns problemas notificados ao longo da administração do prefeito Enivaldo Ribeiro. Passaremos a analisar a questão da inflação nos preços dos alimentos nesse período e como as pessoas se comportavam diante dessa situação.

### **3.2.1 A inflação e a flutuação dos preços na feira**

Para fazer uma análise do cotidiano na década de 1980<sup>279</sup>, deve-se levar em consideração o contexto sócio-econômico que o país passava naquele momento: período de alta inflação devido à má administração econômica, seguido por planos heterodoxos

---

<sup>277</sup> Idem.

<sup>278</sup> Jornal A Gazeta do Sertão, 06/06/1981.

<sup>279</sup> Na década de 1970, observamos algumas alterações nos preços de produtos alimentícios, como por exemplo, a carne. Escolhemos retratar a década de 1980 devido ao alto índice de inflação registrado nesse período, sendo chamado de década perdida.

e ortodoxos que não foram bem sucedidos. Naquela época, conforme o *Jornal da Paraíba*, “Ninguém duvida que o maior culpado pela inflação é o Governo”.<sup>280</sup>

A inflação causava perda no poder de compra das mercadorias, ou seja, aumento generalizado e contínuo dos preços, resultando na perda do poder aquisitivo da moeda. Tem como uma das consequências a desvalorização dos salários, pelo fato de não acompanhar a alta dos preços. Dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) relatam que a inflação chegou a 330% naquela década, caracterizando assim uma hiperinflação.

Essa questão da inflação que tomou conta do país naquele período foi percebida na feira, pois os preços das mercadorias (pão, carne, feijão, frango, verduras e frutas) foram alterados. No dia 19 de abril de 1981<sup>281</sup>, por exemplo, os preços dos produtos de primeira necessidade aumentaram no Mercado Central, como também nos supermercados, granjas e padarias, deixando os consumidores atordoados com os aumentos nos alimentos, que atingiram principalmente a população de baixa renda. O feijão que tinha o preço de Cr\$ 100,00 passou para Cr\$ 160,00, aumento de 60%; já a Carne verde sem osso e carne de sol subiu de Cr\$ 310,00 para Cr\$ 350,00, um aumento de 12,90%. Com esses aumentos, os açougueiros se mostraram preocupados com as vendas. O marchante José Pereira de Albuquerque vendia aos sábados 250 quilos de carne, mas as vendas caíram passando a vender apenas 100 quilos, em decorrência do preço e isso lhe trouxe prejuízo. Ele afirmou: “Sou pai de quatro filhos e minha única fonte de renda é o comércio com esse produto que dia-a-dia mais se afasta da mesa da população, em virtude dos seus altos preços”.<sup>282</sup>

Já o marchante Paulo Castro<sup>283</sup> relatou que os constantes aumentos fizeram com que os consumidores procurassem novas opções de consumo, como o peixe e verduras fugindo da compra da carne fresca.

Os consumidores para não tirar a carne totalmente da mesa recorreram ao bem substitutivo mais próximo, que nesse caso seriam as carnes “de segunda” e “terceira”, que teriam os preços mais em conta, como a chamada “carne bovina no pêlo” que

---

<sup>280</sup> “Causas da Inflação”. in: *Jornal da Paraíba* 15/01/1981, p.5.

<sup>281</sup> “Preços disparam para tormento da população”. In: *Jornal da Paraíba* 19/04/1981, p. 5.

<sup>282</sup> Entrevista do marchante concedida ao *Jornal da Paraíba* 19/04/1981.

<sup>283</sup> Entrevista do marchante concedida ao *Jornal a Gazeta do Sertão* 11/06/1981.

chegava a custar Cr\$220,00 o quilo. Diante dessa situação, os consumidores procuravam comprar mercadorias inferiores. O marchante Francisco Cruz de Brito comenta: “as pessoas deixam de comprar a carne de primeira ou mesmo de segunda qualidade para adquirir ‘Chavecos’ porque são mais baratos e, portanto, mais acessível para as suas bolsas. Com essas medidas, nós comerciantes que comercializamos um produto de melhor qualidade saímos perdendo”.<sup>284</sup> Ele relata a questão dos prejuízos, posto que, nesse momento, os consumidores preferiam consumir carne de qualidade inferior devido às circunstâncias econômicas.

O marchante José Ferreira da Silva relatava: “Acho errado o preço da carne. Por enquanto não aumentarei o preço. Não é justo que a população continue pagando tão caro por esse produto. Não podemos fazer nada, pois o Governo não nos dá condições para que baixemos os preços da carne”.<sup>285</sup> Nesse relato, percebemos a questão desse comerciante não aumentar a mercadoria no momento do reajuste anunciado pelo Governo. Certamente, a prática dele, como também de outros comerciantes, seria a de manter o preço que estava na mercadoria até que o estoque acabasse; renovando o estoque, o preço da mercadoria aumentaria, mas alguns comerciantes não agiam dessa maneira e colocavam o reajuste nas mercadorias assim que era anunciado. O marchante na sua fala reclama do Governo, pelo fato de não manter políticas efetivas para controlar o aumento dos preços.

Em outra nota, o jornal (vai buscar o apoio na ciência para justificar a sua reclamação) trata da falta dessa proteína no organismo: “E onde fica o consumidor nessa história? Sem comer carne, porque o preço de Cr\$ 300,00 o quilo, ela é inacessível à maior parte da população. Com isso, o nosso povo fica privado de proteínas, e essa geração será, sem dúvida, de nanicos, como já denunciou um cientista”.<sup>286</sup>

A inflação foi um problema que atingiu todas as camadas sociais, fazendo com que os preços dos produtos aumentassem e o poder de compra do consumidor não conseguisse alcançar os aumentos dos preços. Essa realidade foi sentida pelos feirantes

---

<sup>284</sup> Entrevista do marchante concedida ao Jornal da Paraíba 19/04/1981.

<sup>285</sup> Entrevista do marchante concedida ao Jornal da Paraíba 19/04/1981.

<sup>286</sup> “Juros e inflação”. In: Jornal da Paraíba, 10/06/1981, p.2.

e pelos consumidores, que foram atrás de bens substitutos próximos, como é o caso da carne.

Passando dessa síntese de como a inflação afetou os vendedores de carne e seus consumidores, relataremos a seguir a atuação do “rapa” segundo os periódicos na gestão do Prefeito Enivaldo Ribeiro.

### 3.2.2 A atuação do “rapa” na gestão do Prefeito Enivaldo Ribeiro

Na administração do Prefeito Enivaldo Ribeiro (1977-1983), a atuação dos fiscais da Prefeitura, ou seja, “o rapa” se intensificou mais no início da década de 1980, como veremos através dos jornais (*Jornal da Paraíba, A Gazeta do Sertão*).

Em outubro de 1977, o *Jornal da Paraíba* faz uma pequena notificação chamando atenção da Secretaria de Serviço Urbano para a aglomeração de vendedores ambulantes nas ruas centrais. Vejamos:

É preciso que a Secretaria de Urbanismo vá logo se cuidando, pois o final do ano se aproxima, e com eles os ambulantes que tomam conta das principais ruas da cidade com suas ‘bugingangas’ não dando chance aos pedestres que ao invés de caminharem pela calçada tem que enfrentar o trânsito das ruas. Cardoso Vieira, Maciel Pinheiro e outras são os locais preferidos pelos ambulantes que estão vindo com toda bagagem para cá.<sup>287</sup>

Em novembro e dezembro de 1977, esse meio de comunicação não faz nenhuma notificação dos ambulantes nas ruas centrais, apenas avisa da aglomeração que estava acontecendo em outubro. Já em fevereiro de 1978, o *Jornal da Paraíba* relata a forma como os fiscais estavam agindo com mercadorias que não tinham nota fiscal. Diante dessa situação, o jornal exemplificou o caso de um agricultor que ia comercializar o feijão plantado no seu roçado, e os fiscais impediram solicitando a nota fiscal da mercadoria, o agricultor esclareceu que:

(...) não tinha nota fiscal, pois o feijão não tinha sido comprado e sim colhido na sua terra. Diante da não apresentação de tal nota fiscal, o agricultor se viu obrigado a pagar o imposto da mercadoria. Acontece que o valor cobrado

---

<sup>287</sup> “Ambulantes”. In: *Jornal da Paraíba*, 14/10/1977, p. 10.

pelos fiscais foi bem mais alto do que o valor dos produtos. Diante do fato o agricultor se recusou a pagar a importância por achá-la ilegal e exorbitante.<sup>288</sup>

A mercadoria foi apreendida pelo fato do agricultor recusar a pagar a taxa, esse foi um caso notificado pelo *Jornal da Paraíba* no ano de 1978. No ano de 1979, o mesmo jornal não notificou ocorrências do “rapa” na cidade.

Na década de 1980, temos diversas notificações do “rapa” nas ruas centrais e na Feira. Em janeiro desse mesmo ano, o vereador José Luiz Junior propôs ao Prefeito Enivaldo Ribeiro a criação de um Mercado para os ambulantes na Feira Central, alegando que esses vendedores:

Não dispõem de meios suficientes para por em exposição os seus produtos, em consequência da ausência de condições materiais para tanto. No seu entender, a criação do Mercado para os ambulantes na Feira Central seria a solução mais viável para a solução dos inúmeros problemas que surgem naquele local, inclusive proporcionaria maior renda na cobrança de impostos.<sup>289</sup>

O vereador, através dessa proposta, tenta arrumar uma solução para os vendedores ambulantes, construindo um local apropriado para eles comercializarem os seus produtos. Além disso, a Prefeitura arrecadaria imposto desses trabalhadores, ou seja, seria uma forma, uma estratégia da Prefeitura conseguir cobrar o imposto deles, visto que eles não pagavam e eram perseguidos pelo “rapa” devido a essa situação. O vereador acrescentou que a construção desse Mercado para os ambulantes iria organizar a bagunça causada pelos vendedores ambulantes que negociavam nos espaços da feira dificultando o trajeto dos consumidores, “O público consumidor fica imprensado naquele emaranhado de pessoas, facilitando enormemente a ação dos marginais”.<sup>290</sup>

---

<sup>288</sup> “Fiscais agem com rigor excessivo no Mercado Central”. In: *Jornal da Paraíba*, 28/02/1978, p.5.

<sup>289</sup> “José Luiz quer Mercado para ambulantes locais”. *Jornal da Paraíba*, 18/01/1980, p.5.

<sup>290</sup> *Idem*.

**Imagem 25:** Feirantes ambulantes comercializando na feira



**Fonte:** Jornal da Paraíba, 18/01/1980, p.5.

A imagem 25, do *Jornal da Paraíba*, registra alguns feirantes ambulantes comercializando alguns produtos na entrada lateral do Mercado Central, localizada na Rua Cristovão Colombo, que dá acesso à feira de carne que vende pedaços mais baratos, como vísceras de animais. Nessa imagem, temos destaque para sete pessoas: mulheres e homens, vendendo verduras em balaios grandes num ponto fixo e uma criança com um caixote para vender mercadorias circulando, presa fácil para “o rapa”, como veremos nos relatos orais de memórias. Essa imagem ilustra a queixa realizada pelo vereador José Luiz em relatar que os ambulantes se espalhavam e dificultavam a circulação dos consumidores pela feira e a necessidade deles terem um lugar próprio.

No dia 13 de abril de 1980, os comerciantes do centro da cidade fazem uma reclamação através do *Jornal da Paraíba* com relação ao aumento dos camelôs nas ruas centrais. Para eles, esses vendedores ambulantes estavam prejudicando os seus interesses. Segundo a reportagem:

Assim é que um grupo de comerciantes instalados nas ruas Maciel Pinheiro e Floriano Peixoto, insiste em reclamar das autoridades policiais uma medida urgente no sentido de que se faça algo para acabar essa concorrência que eles chamam de desleal e abusiva.<sup>291</sup>

Os comerciantes almejavam que os ambulantes fossem retirados das ruas centrais e que a Prefeitura fizesse um lugar específico para eles, pois não gostavam da

<sup>291</sup> “Camelôs investem contra os comerciantes locais”. In: Jornal da Paraíba, 13/04/1980, p.4.

presença desses vendedores pelo fato deles não pagarem impostos e das suas mercadorias serem mais baratas. Sendo assim, na visão dos comerciantes, uma concorrência desleal.

Em julho de 1980, a Prefeitura resolveu tirar os camelôs do centro da cidade localizados nas ruas Floriano Peixoto, Marques do Herval e Maciel Pinheiro. Seriam deslocados para a Feira Central e só poderia comercializar se estivessem com o alvará de funcionamento expedido pela Prefeitura. Essa medida teve como base a proposta do vereador José Luiz Junior. O alvará custava Cr\$ 950,00. Como valor era considerado alto, alguns ambulantes e feirantes não poderiam pagar. Então o Prefeito Enivaldo Ribeiro resolveu diminuir o valor para Cr\$ 300,00. Foi realizada uma fiscalização para verificar o alvará e o deslocamento desse pessoal para a feira, “(...) deixando as ruas centrais inteiramente entregues ao trânsito de pedestres e veículos”<sup>292</sup>, como desejava o poder público e os donos de lojas. Através dessa ação, percebemos mais uma vez a estratégia da Prefeitura em tentar impor a cobrança a esses trabalhadores para poderem comercializar seus produtos.

Em meio a essa fiscalização, os vendedores ambulantes não gostaram do deslocamento, como afirma o *Jornal da Paraíba* numa nota: “Os camelôs campinenses estão bastante revoltados com a ação do Governo Municipal, proibindo que os mesmo negociem no centro da cidade. Eles querem uma providência e querem falar com o Prefeito”.<sup>293</sup> Esses vendedores queriam permanecer nas ruas centrais, devido ao movimento que era mais intenso e em todos os dias da semana, diferente da feira, onde o movimento se restringia às quartas-feiras, sextas-feiras e sábados.

Nos mês de agosto, o trabalho de transferência dos vendedores ambulantes para a Feira Central foi concluído. Conforme o Secretário de Serviços Urbanos, Roberto Cabral, todas as providências foram tomadas para que os ambulantes tivessem condições de se instalar no novo ponto de comercialização. Ficando apenas no centro alguns camelôs que há mais tempo comercializavam na Rua Cardoso Vieira. Estes permaneceram nos seus pontos e os demais foram transferidos. Segundo o secretário:

A ideia de transferir esses camelôs, foi bem recebida em toda a cidade, inclusive, recebi parabéns de grande parte da população, que elogiou a

---

<sup>292</sup> “Camelôs não vão poder mais negociar no centro”. In: *Jornal da Paraíba*, 04/07/1980, p. 1.

<sup>293</sup> “Camelôs (calçadão)”. In: *Jornal da Paraíba*, 06/07/1980, p.2.

medida. Ela ira dar maiores e melhores condições de trabalho para esses profissionais, que assim terão melhores oportunidades de desenvolverem suas atividades.<sup>294</sup>

A medida foi aplaudida por parte da população, caso dos comerciantes e donos de lojas, que ficaram satisfeitos em não ter mais os camelôs nas calçadas dos seus estabelecimentos comercializando produtos mais baratos. Essa transferência procurava dar comodidade aos ambulantes e um lugar fixo para comercializar suas mercadorias. Porém, essa tentativa não deu certo pelo fato de não ter uma infraestrutura que alocasse todos na feira. A venda deles diminuiu, devido a nova localidade, e permanência de alguns vendedores ambulantes na Rua Cardoso Vieira foram motivos que dificultaram que essa medida desse certo e, mais uma vez, os ambulantes e feirantes tomaram conta das ruas centrais.

Em janeiro de 1981, o *Jornal da Paraíba* denuncia a atuação do “rapa” nas ruas centrais, fazendo apreensões de mercadorias dos ambulantes e a cobrança de multa. Vejamos:

O ‘rapa’ da Secretaria de Serviços Urbanos voltou, ontem (29/01/1981), a atuar em Campina Grande (...) apreendendo mercadorias de pobres ambulantes que se deslocam para o centro da cidade para lutar pelo pão de cada dia. (...) uma denúncia foi feita contra os fiscais da Prefeitura, que além de apreenderem as mercadorias expostas não às devolvem aos seus respectivos donos que têm assim prejuízos de grande montante. As multas, conforme as denúncias variam de 60 a 700 cruzeiros, de acordo com o volume da mercadoria que for apreendida. Porém o mais agravante, além do fato da provável não devolução das mercadorias dos ambulantes, reside à insensatez do Poder Público Municipal da Rainha da Borborema, que prejudica pessoas sem maiores condições financeiras que simplesmente vendem seus produtos, como forma de ter uma ocupação uma opção de trabalho.<sup>295</sup>

A notícia solicita providência, considerando inadmissível a perseguição aos ambulantes que circulavam com suas mercadorias para vender e conseguir o seu sustento, uma vez que era uma opção de trabalho, porém não era percebida pela administração. O jornal faz menção à atitude que a Prefeitura de João Pessoa teve ao isentar os balaieiros de pagarem impostos e poderem comercializar os seus produtos.

---

<sup>294</sup> “Camelôs já foram transferidos para a feira do Mercado Central”. In: *Jornal da Paraíba*, 28/08/1980, p. 5.

<sup>295</sup> “Denúncia contra o ‘rapa’ que não devolve mercadorias”. In: *Jornal da Paraíba*, 30/01/1981, p.5.

Diante dessa postura o periódico coloca que a administração da cidade de Campina Grande deveria seguir o mesmo exemplo.

**Imagem 26:** Apreensão de mercadorias no Centro



**Fonte:** Jornal da Paraíba, 02/04/1981.

A imagem 26, do *Jornal da Paraíba*, retrata a apreensão de mercadorias dos vendedores ambulantes no centro da cidade pelos fiscais da Prefeitura. Quando eles iam fazer a fiscalização nas ruas centrais utilizavam uma caminhonete para colocar as mercadorias como também a estrutura das barracas que alguns montavam para comercializar seus produtos. Essa imagem foi retirada de uma nota de jornal, no qual o vereador João Moises Raia fez uma crítica à atuação desses fiscais:

Considerando que há guardas que tomam a força, os tabuleiros, as cestas e os produtos das vendas dos comerciantes num verdadeiro ataque à sua livre iniciativa. Solicito que a Câmara Municipal faça um apelo ao Secretario de Serviços Urbanos, Roberto Cabral, no sentido de proibir tais abusos por parte da fiscalização, e que esses fiscais deveriam eram fiscalizar a limpeza pública, que esta deixando muito a desejar. (...) em Campina Grande é enorme a quantidade de pequenos comerciantes, que vendem desde frutas, verduras e outras coisas na feira livre e no comércio, de maneira ambulante, para com isso ganhar o pão de cada dia, evitando assim roubar ou venham a pedir esmolas.<sup>296</sup>

A denúncia pedia que o secretário proibisse as práticas abusivas que os fiscais tinham contra os vendedores ambulantes da cidade, “que deixava a maioria atordoados sem saber para onde ir com suas mercadorias na cabeça”.<sup>297</sup> Para tomar conta da limpeza da cidade que estava entregue a sujeira, assunto que já foi abordado. Essa

<sup>296</sup> “Enunciada perseguição contra os comerciantes”. In: Jornal da Paraíba, 02/04/1981, p.4.

<sup>297</sup> “Ambulantes permanecerão no centro”. In: A gazeta do Sertão 02/09/1982. p.4.

denúncia realizada pelo vereador obteve o apoio dos demais vereadores da Câmara que repudiaram a ação dos fiscais e solicitaram providências.

Soluções eram pedidas, porém não eram realizadas, como demonstra o *Jornal da Paraíba* numa outra denúncia realizada contra “o rapa”, que além de tomar as mercadorias, ainda fizeram ameaças. Segundo o periódico,

Os fiscais da Secretaria de Serviço Urbanos, popularmente chamados de ‘rapa’, voltaram a agir de forma arbitrariamente contra humildes feirantes, tomando-lhes as mercadorias e ameaçando-os de represálias, caso denunciasses. Mesmo assim, pobres senhoras, acompanhadas do vereador João Nogueira de Arruda, estiveram na TV Borborema, onde denunciaram as agressões sofridas bem como as ameaças.<sup>298</sup>

As vítimas dos fiscais tiveram suas mercadorias recolhidas e ainda sofreram represálias, contudo elas realizaram as denúncias contra os fiscais numa TV local, acompanhadas do vereador João Nogueira, que era contra as ações dos fiscais, o que representou nesse momento um ponto de apoio para esses feirantes.

Mais uma vez, os comerciantes donos de lojas pedem providências para tirar os camelôs das ruas e colocarem num lugar próprio, para tanto usaram como referência o código de urbanismo. Vejamos:

O artigo 393 do Código de Urbanismo, disciplina o comércio de vendedores ambulantes só pode fazer seu pequeno comércio se estiverem devidamente licenciados, se for dono do negócio, e não intermediário, e se não tiver outro meio de trabalho. Ele não deve ocupar mais de um terço da área máxima, ou seja, um metro quadrado. A lei veda a localização de vendedor nas faixas de rolamento e (...) de estacionamento de veículos.<sup>299</sup>

O jornal também relata a questão da tributação das mercadorias que não aconteciam com os produtos negociados pelos ambulantes, sendo um motivo para que suas mercadorias fossem apreendidas. Por outro lado, os ambulantes desejam ter um lugar próprio para realizar as suas negociações. Como diria o jornal, “Não há porque privá-los de seu modesto comércio”.<sup>300</sup>

---

<sup>298</sup> “Feirantes são perseguidos”. In: *Jornal da Paraíba*, 17/09/1981, p.1.

<sup>299</sup> “O problema dos camelôs”. In: *Jornal da Paraíba*, 08/10/1981, p.3.

<sup>300</sup> Idem.

Outro fato importante notificado nesta notícia seria a possível relação dos camelôs com os roubos que estavam acontecendo. O jornal comenta que os camelôs só querem um meio lícito para viver, pois

São pessoas honestas que querem um meio lícito de viver no mundo do desemprego. Por isso não compartilhamos da afirmação inoportuna e infeliz de uns poucos que lhes atribuem os assaltos ocorridos em meio ao movimento por eles gerados. Sem dúvida alguma os batedores de carteiras não fazem parte deles. Quem se dedica ao comércio pequeno buscando pouco lucro não se anima nem tem mania de assaltos.<sup>301</sup>

O periódico se posiciona a favor dos camelôs e solicita mais uma vez solução para que esses trabalhadores conseguissem um lugar próprio para comercializar e poder ganhar o seu sustento.

Chegado o período eleitoral (de 1982), percebemos novamente que a atuação dos fiscais da Prefeitura some ou simplesmente não é notificado nos periódicos, apenas observamos reclamações da população devido ao aumento dos ambulantes nas ruas centrais e a dificuldade de se locomover entre eles. Conforme o jornal,

(...) Esta crítica está sendo feita quase que diariamente pelos transeuntes, em virtude do crescente amontoado de bancas e tabuleiros para comercialização de mercadorias, que vão desde utilidades domésticas (cadeiras, mesas), a roupas feitas e guloseimas as mais variadas. Reclamam os pedestres, que, é tão grande o número de ambulantes estabelecidos nos calçadões, que está ficando difícil o trânsito de pessoas naqueles logradouros, sobretudo nas horas do rush.<sup>302</sup>

A Secretaria de Serviço Urbano informou ao jornal que, passado o período eleitoral, o Prefeito Enivaldo Ribeiro realizaria a transferência dos ambulantes para a praça da bandeira, que seria um lugar fixo para esses vendedores. Essa resposta dada pela secretaria demonstra mais uma vez a questão da administração pública em período de eleição deixar os vendedores ambulantes em paz, quietos comercializando seus produtos sem a interferência do “rapa”.

---

<sup>301</sup> Idem.

<sup>302</sup> “Mercado persa nos calçadões”. In: Jornal da Paraíba, 14/11/1982, p.5.

O quadro político para as eleições municipais estava configurado pelos seguintes candidatos a prefeito pelo Partido Democrático Social<sup>303</sup>: PDS-1 Williams de Souza Arruda, candidato a prefeito e Moisés Lira Braga<sup>304</sup>, vice-prefeito que recebiam o apoio do prefeito Enivaldo Ribeiro; os candidatos pelo PDS-2 seriam Vital do Rego, candidato a prefeito e o vice-prefeito José Buarque de Gusmão Neto.<sup>305</sup>

Pelo partido político Partido do Movimento Democrata Brasileiro (PMDB) tínhamos os seguintes candidatos: Ronaldo Cunha Lima, candidatado a prefeito e Antonio Carvalho a vice-prefeito. Já o Partido dos Trabalhadores (PT) tinha como candidato Edgar Malagodi.

No dia 4 de novembro de 1982, o candidato Williams de Souza Arruda renuncia a candidatura, enviando requerimento à Justiça Eleitoral. Essa desistência teria acontecido, segundo o *Jornal da Paraíba*, devido à existência de uma crise interna no partido PDS. Diante dessa situação, Enivaldo Ribeiro ficou preocupado com o rumo dessa eleição. Uma nova chapa foi organizada tendo como candidatos Moises Lira Braga para prefeito e Aimberê Arruda para vice-prefeito pelo PDS-1. Ele contava com o apoio do empresariado campinense e manteve as propostas feitas pelo ex-candidato Williams Arruda. O slogan da campanha dele era “Nem Ronaldo Nem Vital, para prefeito Moisés 15 vamos salvar Campina!”.<sup>306</sup>

Segundo o *Jornal da Paraíba*, no dia da eleição, 15 de novembro de 1982, “O comparecimento às urnas no Estado da Paraíba, foi além da expectativa, com as abstenções não ultrapassando 20 % segundo informou o Tribunal Regional Eleitoral”.<sup>307</sup> O clima era de expectativa na cidade. As apurações começaram no dia 16 de novembro no Ginásio Cesar Ribeiro<sup>308</sup>. Já nas primeiras urnas, confirmava-se a preferência pelo candidato Ronaldo Cunha Lima, que recebeu a notícia de que estava na frente na contagem dos votos na tarde do dia 17 de novembro. A sua vitória se confirmou no dia 23 de novembro com o término da apuração, obtendo 34. 440 votos.

<sup>303</sup> Antes chamado de ARENA (Aliança Renovadora Nacional), o Partido da Ditadura Militar passou a ser chamado de PDS (Partido Democrático Social).

<sup>304</sup> Substituiu o professor Ubirajara Moises, impossibilitado de continuar disputando o cargo por força de impedimento legal, segundo o *Jornal da Paraíba*.

<sup>305</sup> Após a renúncia do advogado Ronaldo Correia Araújo a vice-prefeito, o médico Zito Buarque assumiu o posto.

<sup>306</sup> *Jornal da Paraíba*, 07/11/1982, p.7.

<sup>307</sup> “Comparecimento do eleitor foi além do esperado”. *Jornal da Paraíba*, 17/11/1982, p.4.

<sup>308</sup> De propriedade do Campinense Clube, localizado no Alto da Bela Vista.

Já o segundo colocado, Vital do Rego, teve 24. 698 votos, ou seja, uma margem de diferença de 9.742 votos. O clima de euforia se espalhou pela cidade dos eleitores de Ronaldo que festejaram sua vitória.

Passado o período eleitoral, para surpresa dos ambulantes o “rapa” volta a atuar nas ruas da cidade, como já tinha alertado a Secretaria de Serviço Urbano no mês de outubro. O *Jornal da Paraíba* no início do mês de dezembro relata que: “Terminado o período político, (...) ‘o rapa’ deu o ar de sua graça no centro da cidade e meteu o pau nos vendedores de frutas e verduras”.<sup>309</sup> A notícia veiculava que “o rapa” voltou a atuar com mais rigor e violência física nas proximidades da Agência da EBTC (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos), tendo também o apoio da polícia para a prisão daqueles que se recusem a entregar as mercadorias. Segundo o jornal,

Entre choro e revolta dos camelôs, e a revolta da população, os fiscais não deram trégua a sentimentalismo ou violência, estavam dispostos a tudo e apreenderam aquilo que era dos pobres negociantes (...). O ‘rapa’ sempre foi recebido com mau gosto pelos campinenses, que vêem nisso uma preterição do Estado, contra aqueles pobres que saem vendendo frutas e bugigangas pelas esquinas da vida. Outra vez o povo ficou insatisfeito com o estado das coisas. (...) Alguns vendedores estavam bastante aperreados, pois têm naquilo o único meio de sobrevivência. A atuação dos fiscais da Prefeitura foi rápida e severa, além do mais, conta sempre com o apoio da Polícia, que pode levar à prisão os mais exaltados.<sup>310</sup>

Os camelôs voltaram a passar por constrangimentos e humilhações tendo a suas mercadorias confiscadas. A população não concordava com a atuação desses fiscais e reprovavam a ação deles. Uma característica típica desses fiscais era fazer uma atuação rápida e severa. A participação dos policiais nessas fiscalizações demonstra um pouco do período da Ditadura Militar, no qual aqueles que eram contra, que se exaltavam com as ordens estabelecidas, eram presos. A notícia dá ênfase à questão da violência que “o rapa” tinha atuado, lembrando que em outro momento essa ação tinha causado uma morte no Mercado Central devido à perseguição aos pequenos vendedores que tinham naquele trabalho a sua subsistência.

Em de janeiro de 1983, o prefeito Enivaldo Ribeiro se organizava para entregar o cargo de prefeito a Ronaldo Cunha Lima, que iria acontecer numa solenidade no dia 1 de fevereiro. Durante o mês de janeiro, algumas notícias relatavam os problemas que

<sup>309</sup> “‘Rapa’ volta a atacar no centro”. In: *Jornal da Paraíba*, 04/12/1982, p.4.

<sup>310</sup> “Rapa decreta guerra aos ambulantes no centro”. In: *Jornal da Paraíba*, 04/12/1982, p.8.

iriam ficar para a próxima administração, entre eles temos a questão do lixo nas ruas centrais, a precária infraestrutura do Mercado Central e o problema dos ambulantes que comercializavam nas ruas centrais, como demonstra a notícia:

(...) Mesmo tendo sido criado um espaço próprio para os camelôs, ao lado da Praça da Bandeira, eles não estão obedecendo e continuam (...). Vez por outra surge o ‘rapa’ (...) arrancam aquilo que os pequenos negociantes estão comercializando. Muito já se tem falado a respeito, e o poder público tem se mostrado relativamente impotente para resolver o impasse, principalmente, porque o ganha pão dos camelôs reside justamente nestes pequenos negócios.

<sup>311</sup>

Os camelôs não gostaram do ponto que tinha sido fixado para eles na Praça da Bandeira no final do ano de 1982, alegando que tinham perdido a freguesia e que aquele ponto era pouco movimentado. Eles voltaram, então, a comercializar nas ruas centrais (Maciel Pinheiro, Venâncio Neiva, Marquês do Herval entre outras). O calçadão da Cardoso Vieira, segundo o jornal, se tornou um ponto de comercialização dos ambulantes que negociavam frutas<sup>312</sup>, alumínio, confecções, peças para fogão, tapetes, utensílios domésticos, bijuterias, bolsas entre outros calçados. Esse foi um problema que a administração de Enivaldo Ribeiro não conseguiu solucionar, ficando para a próxima administração tentar organizar.

“O rapa” passou a atuar também na administração do Prefeito Ronaldo Cunha Lima (mas não com a intensidade que tinham nas administrações anteriores de Evaldo Cruz e Enivaldo Ribeiro). O objetivo agora seria levar os camelôs para a área que foi destinada a eles. Isso gerou muitos conflitos entre a administração local, que tentava organizar a cidade e tirar os camelôs das ruas centrais e levar para a Praça da Bandeira, e os camelôs, que insistiam em comercializar nas ruas mais movimentadas. Segundo Neri (2008), tenta-se bloquear a expansão dos vendedores ambulantes por meio de cadastramento e disciplinamento (barracas padronizadas em espaços previamente determinados). Conforme essa autora:

Portanto, em meio às vigilâncias, proibições, punições e disciplinamentos, os comerciantes informais das ruas centrais de Campina Grande abrem “caminhos” e ocupam um espaço central como ponto inicial e essencial a sobrevivência, burlam as ordens desorganizando o jogo classificatório e esquadrihado da disciplina, driblam o “rapa” como maneira de fazer vitória

<sup>311</sup> “O comércio pode ser ilegal, mas está crescendo”. In: Jornal da Paraíba, 18/01/1983.

<sup>312</sup> Comercializado principalmente por feirantes que negociam na Feira Central nos dias de feira. Nos demais dias procuravam negociar nas ruas centrais.

dos “fracos” sobre os “fortes” e encontram nas ruas de Campina Grande a “arte” de sobreviver.<sup>313</sup>

Relatada a atuação do “rapa” através das notícias de jornais no período estudado (1970-1983), mostramos que a administração local tinha o interesse de organizar as ruas centrais, retirando os trabalhadores ambulantes que eram indesejados<sup>314</sup> para um lugar previamente organizado e que ficassem sob sua vigilância. No próximo tópico analisaremos os depoimentos orais de pessoas que sofreram com a perseguição dos fiscais na Feira Central, compreenderemos melhor os sentimentos que essas pessoas tinham com relação ao “rapa”.

### **3.3 Memória, história e trabalho**

Ao entrevistar alguns feirantes sobre o seu trabalho na feira, nos deparamos com diversas histórias que foram lembradas/narradas. À medida que estas narrativas vão surgindo de conteúdos e formas os mais variados, fomos construindo a nossa trama.

Foi a partir desses relatos orais de memória que pudemos compreender um pouco da ação do “rapa”, preservada nas memórias dos nossos entrevistados. O caminho aqui proposto foi realizado com a intenção de registrar as memórias e a forma como estas atuam na determinação da compreensão do passado, do presente e do futuro.

A história enquanto representação do real se refaz, se reformula, a partir de novas perguntas realizadas pelo historiador ou mesmo da descoberta de outros documentos fontes (...). A história opera sempre com o que está dito, com o que é colocado para e pela sociedade, em algum momento, em algum lugar. Desses elementos, o historiador constrói sua narrativa, sua versão, seu mosaico. Este fato evidente se apresenta bastante distinto do que foi vivido; no entanto, ele se ancora nos elementos resgatados da realidade, em outras histórias já produzidas.<sup>315</sup>

A característica fundante da memória é o processo reativo que a realidade causa no sujeito. Ela acontece e se forma através da reação, ou seja, do impacto sobre o grupo

---

<sup>313</sup> NERI, 2008, p10.

<sup>314</sup> Por deixar feia a cidade e serem considerados concorrentes dos comerciantes donos de lojas, pois vendiam suas mercadorias mais baratas e não pagavam impostos.

<sup>315</sup> MONTENEGRO, 1994, p.19.

ou o indivíduo, formulando assim um imaginário que se constitui uma referência permanente de futuro.<sup>316</sup>

A memória se forma através dos acontecimentos e fatos que também se transformam em elementos da história. Se por um lado a memória resgata as reações, na vontade individual e coletiva, a “história opera, com o que se torna público, ou vem à tona da sociedade, recebendo todo um recorte cultural, temático, metodológico a partir do trabalho do historiador”.<sup>317</sup>

Segundo Montenegro (1994), o resgate da memória coletiva e individual se apresenta como uma possibilidade de trazer para o trabalho do historiador o registro da própria reação vivida dos acontecimentos e fatos históricos por agentes sociais.

Para Maurice Halbwachs (1990), a memória individual existe a partir de uma memória coletiva, pelo fato de que as lembranças são constituídas no interior de um grupo. A origem de várias ideias, lembranças e sentimentos são inspirados no grupo. Para este autor, a partir da vivência em grupo as lembranças podem ser construídas, pois ela “é uma imagem engajada em outras imagens”.<sup>318</sup> A memória individual não está completamente isolada, tem como base as lembranças dos outros, ao ponto que a memória individual é acionada pela lembrança do que “vimos, fizemos, sentimos, pensamos num momento do tempo, isto é, que nossa memória não se confunde com a dos outros”.<sup>319</sup>

Através das memórias individuais dos nossos entrevistados, mapearemos o cotidiano, o trabalho e os momentos de tensões vivenciados por eles devido à atuação do “rapa” nos espaços da Feira Central de Campina Grande. A memória não resgata, mas ressignifica a partir do momento que é lembrada e não esquecida. Esse processo de (re)memorar explora os significados subjetivos de experiência de vida e trabalho dos nossos depoentes ao longo da nossa trama.

---

<sup>316</sup> MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. São Paulo: Contexto, 1994.

<sup>317</sup> MONTENEGRO, 1994, p. 20.

<sup>318</sup> HALBWACHS, 1990 p. 76-78.

<sup>319</sup> HALBWACHS, 1990 p. 54.

A rememoração do passado traz a lembrança do trabalho na Feira Central, nos dias de movimento, em que os feirantes ambulantes vinham dos bairros próximos ou distantes ou de cidades circunvizinhas comercializar produtos que cultivavam em casa e que compravam a fornecedores, em buscar de obter um pequeno lucro, um apurado para fazer as suas próprias compras no fim do dia.

Começaremos narrando à trajetória de M. L. S., 70 anos de idade, casada, mãe de oito filhos, residente no Sítio Geraldo, de Matinhas. Trabalhou por mais de 40 anos na Feira Central, vendendo verduras (nas sextas-feiras e sábados) num ponto localizado na Rua Marcílio Dias. Ela comprava algumas mercadorias na CEASA (Central de Abastecimentos) e a fornecedores para vender. Revelou que sempre trabalhou na feira, nunca procurou outro trabalho. Segundo ela:

Foi a precisão que me levou a trabalhar lá (feira) (...) as minhas meninas começaram a trabalhar lá com 7 e 8 anos, criei oito meninos, ninguém precisou trabalhar na cozinha de ninguém, tudo criado na feira. Eu levava eles pra incrementar o capital, pra ajudar a comprar as coisas pra casa. O meu marido ficava em casa não trabalhava na feira não, tinha problema na vista (...) sempre trabalhei na feira.<sup>320</sup>

Essa feirante, assim como outras, levavam os seus filhos para aprender logo cedo o ofício e, conseqüentemente, aumentar a renda da família através da venda das mercadorias em pontos diferentes da feira. M. L.S. deixa evidente em seu depoimento que para ela era melhor levá-los para feira do que trabalhar na cozinha de alguém, se referindo ao trabalho doméstico, ou seja, serem empregadas domésticas e sujeitas a ser maltratadas e a levar ordens do patrão, caracterizado como um trabalho duro<sup>321</sup>, diferente do trabalho na feira que não teria patrão, mas por outro lado teria “o rapa”.

A memória dessa nossa entrevistada, quando indagamos sobre “o rapa” se volta mais para a questão da apreensão das mercadorias e da taxa que se deveria pagar, sobretudo porque os seus filhos algumas vezes tinham a mercadoria apreendida. Conforme M. L.S.:

---

<sup>320</sup> Entrevista concedida à autora pela feirante no dia 21/06/2009.

<sup>321</sup> Para Mattos, seria as experiências do trabalho “porta a dentro”, a dura rotina doméstica estudada por essa autora no livro: MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho**. Bauru: EDUSC, 2002.

Lembro demais do “rapa” na Feira Central. Naquele tempo eu não corria porque eu tinha aquele ponto, mas minhas meninas que vendia no balaio por lá, tinha dia que eles prendia e soltavam de três horas e ainda pagava uma taxa pra soltar, nesse horário já não tinha mais feira. A que vive em São Paulo (uma das filha dela) levava um balai assim na barriga, o bicho tomava e prendia num deposito da feira. Quando era 3 horas eles soltava a mercadoria, quando o preço das verduras estavam pela metade e não tinha mais feira para apurar e ficava no prejuízo. A taxa era uns dez cruzeiros, uns dez cruzados era pouco mas fazia falta né. De tudo que se botasse ali cobrava.

Tinha dia que o fiscal chegava ali logo cedo e queria que a gente pagasse, sem a gente ter descolado pelo menos um para se tomar café, e ele ficava ali no pé até receber. Até um “balanhi” com pouquinho de verdura que coloca lá, pode ser até coisa do sitio, dez monhi (punhado) de coentro, vinte monhi (punhado) de coentro tinha que pagar o mesmo valor (taxa).<sup>322</sup>

O ato de recordar faz reviver experiências que retornam ao tempo de trabalho da nossa entrevistada, em que tinha de lutar pela sobrevivência, na batalha pelo seu sustento e de outros que dependiam dele. Através do seu relato, percebemos um detalhe bastante comum naquele período: alguns adultos como ela tinham um ponto fixo (e que algumas vezes antes de começar a feira e de ter algum dinheiro em mãos tinha que pagar a taxa aos fiscais), enquanto os seus filhos trabalhavam circulando pelas ruas da feira. Essa era uma forma de aumentar a renda familiar. Por outro lado, as crianças tornavam-se presas fáceis para os fiscais da Prefeitura, como ela afirmou, e também que todos que comercializavam estavam sujeitos a pagar a taxa, independente do valor comercial do produto, acontecendo algumas exceções como veremos posteriormente.

Ao longo da nossa pesquisa, conseguimos entrevistar duas filhas de M.L.S.: G.F.S. e E.F.S.L., que desde crianças ainda trabalham na feira, como também os seus filhos e esposos; essa relação nos revela a questão da tradição, das outras gerações que continuam a trabalhar lá.

G.F.S., 39 anos de idade, residente no Sitio São Geraldo de Matinhas, casada, mãe de quatro filhos, trabalha desde criança. Conforme a entrevistada: “minha mãe trouxe para trabalhar na feira desde a barriga (risos)”.<sup>323</sup> Nesse período ela trabalhava para ajudar no sustento da família, diz ela: “Minha filha, era uma vida tão sofrida”.<sup>324</sup>

<sup>322</sup> Entrevista concedida à autora pela feirante no dia 21/06/2009.

<sup>323</sup> Entrevista concedida à autora pela feirante no dia 21/06/2009.

<sup>324</sup> Entrevista concedida à autora pela feirante no dia 21/06/2009.

Ela saía com sua mãe e irmãos de madrugada do sítio num carro que costumava fazer o transporte de alguns feirantes que ficavam na pista da estrada de Matinhas até Campina Grande. Quando chegavam, iam pegar verduras aos fornecedores, geralmente se pagava a estes no fim da feira, ou dava uma parte quando iam pegar as mercadorias e a outra no fim do dia depois de ter vendido os produtos. Chegando à feira, sua mãe M.L.S. dividia a mercadoria: uma parte ficava no banco fixo e a outra era dividida em balaies para serem vendidos por G.F.S. e seus irmãos em outros pontos da feira. Sendo assim, mais rápida seria a comercialização dos produtos. Porém, a fiscalização ia atrás deles; período difícil na vida dela, como nos conta a entrevistada:

Minha filha (pausa) era a vida mais sofrida que a gente tinha naquela época, porque eles tomavam as bagagens da gente, os balai, botasse uma caixa assim no canto eles tomavam, prendia só soltava de noite, aí ninguém vendia mais, tinha que trazer para casa, era um sufoco danado. Tinha que perder, era péssimo. Era uma tortura aquela época, no tempo de Enivaldo Ribeiro.<sup>325</sup>

O procedimento que os fiscais tinham era algo ruim para a depoente, comparado a uma tortura<sup>326</sup>, pelo fato deles apreenderem as mercadorias e no final do dia ficarem no prejuízo, em vez de obterem certo lucro, chegando às vezes não ter dinheiro para pagar aos fornecedores. A nossa entrevistada faz referência ao “rapa” na administração de Enivaldo Ribeiro, como os demais entrevistados.

E. F. S. L., 34 anos de idade, residente no Sítio São Geraldo no Município de Matinhas, trabalha na feira com sua mãe M. L. S. e sua irmã G.F.S. desde criança. Segundo a nossa entrevistada:

Desde pequena, desde 10 anos idade, eu comecei a vender com ela, aí depois eu comecei a vender um coentro na mão, no balaio aí fui me desenvolvendo. Depois dos 12 anos, minha mãe nunca mais me deu roupa essas coisas assim, porque eu não precisava, eu trabalhava e ganhava né, aí casei até hoje pronto, já estou encaminhado a minha.<sup>327</sup>

A nossa depoente relata que o trabalho na feira trouxe, de certa forma, uma pequena independência financeira. Com o passar do tempo, à medida que ela ia trabalhando, conseguia ter dinheiro para comprar os próprios objetos, como também

<sup>325</sup> Entrevista concedida à autora pela feirante no dia 21/06/2009.

<sup>326</sup> Essa palavra tortura remete ao tempo da Ditadura Militar, aos maus-tratos que os feirantes ambulantes sofriam sendo perseguidos pelos fiscais.

<sup>327</sup> Entrevista concedida à autora pela feirante no dia 21/06/2009.

para sua família: “Era pra (comprar) uma mistura pra dentro de casa, mistura é uma carne né, um pão, um biscoito a gente já ajudava, desde pequeno (pausa) e até hoje a gente ajuda ela, se sobra uma verdura, a gente reparte”.<sup>328</sup> Atualmente ela leva sua filha para trabalhar na feira e “conseguir uns trocados”<sup>329</sup> dinheiro que a menina junta para comprar objetos para ela e ajudar também aos pais.

Diferente da sua mãe M. L.S. e sua irmã G.F.S., que não relataram agressões físicas (mas falam de outra forma de agressão, que era ter a mercadoria apreendida, o desespero de ter perdido o dia de trabalho e o prejuízo que o “rapa” causava), E. F. S. L, sua outra filha, nos traz a dimensão das agressões físicas sofridas por ela através dos beliscões que levava. Como ela nos revela:

Lembro (do rapa), até beliscão eu levei mais de uma vez, debaixo da costela (...) a gente ia com aquele balainho na cintura, ele chegava depois das sete horas da manhã (Fiscais), até um hoje me compra, eu ate passei no rosto dele, o mais gordinho morreu. Ai ele chegava, né, e dizia já saíam, saíam ali perto da porta do mercado central, a gente ia saindo, como eu era muito teimosa pra não perder os clientes ai eu sempre ficava. Ai ele chegou né, me deu umas duas vezes um beliscão, ai eu sai com um balainho chorando ele queria tomar da minha cintura, como era amarrado com uma corda na minha cintura, ai eu saia pro banco de mãe chorando, ai depois voltava de novo, ele disse você é muito teimosinha, ai fiquei por ali, mas o da minha irmã eles sempre tomavam porque era um balaio enorme, mas o meu era pequenininho, mas nunca chegaram a tomar não, mas beliscão eu levei.<sup>330</sup>

E. F. S. L levava beliscões do fiscal, por ser teimosa e insistir em vender as verduras que eram colocadas num pequeno balaio amarrado a sua cintura. Essa tática dificultava que os fiscais tomassem a sua mercadoria, diferente da irmã que trabalhava com um balaio maior e tinha sua mercadoria confiscada.

Hoje esse fiscal, ou seja, vigilante que às vezes participava do “rapa” é freguês de E.F.S.L. e compra verduras a ela todos os sábados. E. F. S. L explica que: “até hoje ainda passo no rosto dele, mas também não era porque ele queria porque era o dever deles também, se me deixasse tinha que deixar o restante”.<sup>331</sup> Ela em alguns momentos relembra para o ex-vigilante quando vai fazer alguma compra que ele tinha beliscado ela quando criança por estar trabalhando em local proibido, ele fica sem graça e calado.

---

<sup>328</sup> Entrevista concedida à autora pela feirante no dia 21/06/2009.

<sup>329</sup> Entrevista concedida à autora pela feirante no dia 21/06/2009.

<sup>330</sup> Entrevista concedida à autora pela feirante no dia 21/06/2009.

<sup>331</sup> Entrevista concedida à autora pela feirante no dia 21/06/2009.

Naquele tempo, ela tinha muita raiva e rancor dele, hoje ela explica que era apenas a função dele.

Seu V. P. S., 75 anos de idade, residente na Rua Almeida Batista Marques, no bairro das Malvinas, quando questionado sobre, “qual era a função como fiscal da prefeitura na feira?”, nos respondeu de forma taxativa:

Eu não era fiscal, eu era vigilante naquele tempo. Eu trabalhava aqui de noite, tomando conta dos troço do povo de seis da noite até seis da manhã, eu passei 36 anos só aqui dentro (feira). Eu via as apreensões de mercadorias do “rapa” aqui, mas eu não gostava do rapa não, porque era para prejudicar os outros, eu fui uma vez, mas depois pedi para não ir mais. Eles saíam avisando que não poderia colocar a mercadoria, mas se o caba teimasse demais duas ou três vezes, pegava a mercadoria e só soltava de tarde. As mercadorias levavam para o depósito e só soltava de seis horas da tarde para os donos.<sup>332</sup>

Ele era vigilante, mas às vezes tinha que fazer a fiscalização com “o rapa”. No depoimento ele nos relata que foi apenas uma vez, porém Edvania disse que era constante a atuação dele na fiscalização da feira. Apesar de não gostar de fazer esse trabalho, ele participava das apreensões de mercadorias, pois tinha que cumprir ordens. Em outro momento da entrevista ele relata um pouco das apreensões:

A gente pedia para tirar, se o caba não tirasse, a gente pedia de novo, se não tirasse a gente apreendia. Se por exemplo aqui fosse um banco de cereais, e o caba colocava aqui na frente, e o dono não queria a gente tinha que tirar.

O prefeito sabia da atuação da gente porque era ordem dele. Eu só fui uma vez porque o “rapa” saía ia apreendendo o balai das criancinhas de 8 a 9 nove anos, tinha deles que tirava a faca da cintura, cortava as cordas e eu não fazia isso, eu só fazia assustar, mas isso não era ordem do prefeito não, era por conta deles que fazia. O prefeito dava ordem para prender se teimassem. Tinha hora que era violento, tinha ora que não, dependia do momento do feirante teimoso e violento, o caba não suportava, tinha que fazer.<sup>333</sup>

As apreensões eram feitas principalmente pelo fato desses trabalhadores serem feirantes ambulantes e comercializarem os seus produtos sem pagar a taxa. Outro fator importante que se deve levar em consideração é que existia de certa forma uma richa entre aqueles feirantes que pagavam o imposto e não queriam que os ambulantes colocassem as suas mercadorias em frente aos seus pontos fixos, pois além desses não

---

<sup>332</sup> Entrevista concedida à autora pelo ex-vigilante no dia 30/10/2010.

<sup>333</sup> Entrevista concedida à autora pelo ex-vigilante no dia 30/10/2010.

pagarem a taxa, vendiam o produto mais em conta. Nesse caso, os fiscais eram chamados para retirar esses trabalhadores, pelo fato de incomodarem.

O prefeito sabia da atuação dos fiscais, mas, como seu V.P.S. frisou, a forma como eles agiam era responsabilidade deles. O prefeito sabia da função que eles exerciam, mas a forma como agiam ficava por conta dos fiscais. Dependendo do momento e da situação, eles agiam de forma violenta, agressiva, chegando até a tomar os pequenos balaios que eram amarrados na cintura das crianças para vender. Mesmo seu V.P.S. falando que não gostava de violência, ele agiu de forma agressiva ao dar beliscões em E. F. S. L para que ela saísse de frente de um dos portões do Mercado Central.

Os feirantes ambulantes eram percebidos como ilegais na feira. Nessa relação de perseguição entre “o rapa” e o ambulante, percebemos que o fiscal, enquanto trabalhador, subjuguava o outro (o ambulante), pois não percebia que este era um trabalhador também, que estava em busca do seu sustento. Esse era percebido como ilegal, indesejado no espaço da feira, não era reconhecido como trabalhador. Sendo assim, percebemos uma dicotomia entre um trabalhador que subjuguava o outro.

O trabalho de G.S.O.<sup>334</sup> no depósito nos possibilita compreender o funcionamento daquele estabelecimento, que servia para guardar o material de limpeza usado para fazer a higienização da feira. A função no depósito era:

Acompanhar e fiscalizar os fiscais de turmas para saber do andamento dos trabalhos do pessoal da limpeza. O depósito servia para guardar as ferramentas usadas na limpeza e funcionava como ponto de apoio das turmas.

As mercadorias confiscadas iam para a Secretaria de Serviços Urbanos, que era localizada na Rua João da Mata. Lá as mercadorias eram devolvidas em algumas situações mediante o pagamento da taxa, e as que não eram resgatadas eram distribuídas para casas de caridade.<sup>335</sup>

O depósito servia como ponto de apoio para o pessoal da limpeza, bem como para os fiscais que faziam a vistoria na feira. Algumas mercadorias confiscadas pelas guardas ficavam no depósito (como afirmaram alguns feirantes entrevistados) e outras eram levadas para a Secretaria de Serviço Urbano, isso dependia dos fiscais que estavam trabalhando naquele momento no Mercado Central. Por outro lado, nem todas

---

<sup>334</sup> 51 anos de idade, residente no Bairro da Prata, Rua Marechal Deodoro da Fonseca, trabalhou no depósito da feira no início da década de 1980.

<sup>335</sup> Entrevista concedida à autora pelo ex-funcionário do depósito em 28/09/2011.

as mercadorias que eram comercializadas pelos ambulantes na feira eram confiscadas, como veremos no caso a seguir.

C.A.F., 73 anos de idade, residente no Sítio Santo Harém, perto do Município de Lagoa de Roça, há quarenta e três anos trabalha na feira vendendo ervas, sendo algumas cultivadas em casa, outras compradas na feira. Ela explica a sua forma de inserção na feira:

Deus que trouxe para trabalhar na feira, porque antes eu vivia trabalhando na enxada, no sábado não tinha com que comprar nada, e a enxada não dava né, não apurava nada. Aí eu vim, cheguei aqui, vi o povo vendendo essas coisinhas aqui (ervas), aprendi a vender até a data de hoje. Antes eu saía com uma bacia na cabeça, vendendo um galhinho aqui, outro lá e chegava os guarda e tirava e era assim.<sup>336</sup>

O fator religioso está presente na fala dela, em dizer que foi Deus que conseguiu arrumar aquele emprego, ou seja, lhe direcionou para trabalhar na feira, visto que trabalhar na roça, “na enxada” era um trabalho que não proporcionava uns trocados para comprar alimentos. Sobre “o rapa” a nossa entrevistada, nos fala:

Eu vendia na Feira Central, eles mandavam eu sair (“rapa”), eu saía pra outro canto e assim ia vendendo, quando era de tarde apurava um tostãozinho, comprava um quilo de farinha, um quilo de feijão, mei quilo de peixe e ia simhora para casa. Eles nunca tomara não a minha mercadoria, mandavam eu sair. Eu não vou estar com mentira e nem levantar falso. Pra escapar eu saí vendendo as coisinha, não podia ficar parado não. Faz muito tempo e eu ainda me lembro. Eles (“rapa”) diziam “tirem daqui que aqui não quero vendendo não”. Aí uns iam para rodoviária vender, eu ia vender também aqui, aculá até arrumar um trocado comprar umas besteirinha e pegar o carro pra ir pra casa.

Eu nunca deixei de vender na feira. Parava num canto quando via que eles vinham eu colocava as coisas na cabeça e saí andando, quando eles saíam eu chegava de novo.<sup>337</sup>

Percebemos que a nossa entrevistada não tinha as mercadorias aprendidas, porque tinham o valor comercial muito baixo: ervas como cidreira, capim santo, erva doce e pepaconha, numa bacia levada na cabeça. Os fiscais apenas avisavam que ela deveria sair, pois não poderia comercializar na feira, então ela fazia outras rotas como indo vender na rodoviária e voltava para feira. Quando cansava, ficava parada num lugar, quando percebia que eles vinham, ela saía. Era uma tática utilizada pela mesma

<sup>336</sup> Entrevista concedida à autora pela feirante no dia 11/09/2010.

<sup>337</sup> Entrevista concedida à autora pela feirante no dia 11/09/2010.

até comercializar boa parte dos seus produtos e conseguir juntar uma pequena quantia em dinheiro para fazer algumas compras.

R. S. B., 37 anos de idade, residente em Campina Grande, no bairro de Santa Teresinha, na Rua Severino Bezerra Cabral, desde crianças trabalhava com seus familiares numa banca de flores. Enquanto sua mãe e avó arrumavam os arranjos de flores para vender, ela e o seu irmão debulhavam feijão verde num outro ponto, isso era uma forma de complementar a renda buscando vender outros produtos em ponto diferentes. Assim como as filhas de M. L.S. eram perseguidas pelo rapa, R.S.B. também era:

Lembro, era uma coisa desagradável, pois quando era dia de feira a minha mãe colocava para eu vender feijão verde na esquina e quando vinha o rapa levava tudo e só entregava no fim da feira, e tudo isso era prejuízo para minha mãe, era muito. Eu tinha o sentimento de raiva e desespero, porque tinha que se pagar um fornecedor, e às vezes não sobrava dinheiro para fazer a feira. Eu e meu irmão estávamos lembrando como era difícil para mãe nos criar.<sup>338</sup>

A entrevistada relembra dos tempos difíceis, quando a mercadoria era apreendida, o sentimento de raiva e desespero, que aquela situação causava, principalmente por provocar prejuízo e às vezes não ter dinheiro para fazer a própria feira. Esses sentimentos de raiva e indignação foram percebidos também por feirantes que não sofreram com a atuação do “rapa”, mas não gostavam daquela situação, como veremos em alguns depoimentos posteriores.

Enquanto alguns tinham as suas mercadorias apreendidas, outros conseguiam escapar como é o caso de J. M.S., 64 anos de idade, viúvo, residente no bairro das Malvinas, Rua João Martinho Sobrinho, trabalha na feira há 40 anos. Segundo ele:

Eu não tinha ponto, quando comecei a trabalhar (na feira), colocando por ai em algum canto e depois eu consegui adquirir um ponto fixo. Eu era um feirante ambulante, eu não tinha canto fixo eu ficava perambulando pela feira pra vender, sempre trabalhei com milho verde e abacaxi.<sup>339</sup>

Nesse período, Seu J.M.S. saía de casa às quatro horas da manhã, para comprar abacaxi na CEASA e depois se dirigir para feira, comprar milho, arrumar os seus

<sup>338</sup> Entrevista concedida à autora pela feirante no dia 10/06/2009.

<sup>339</sup> Entrevista concedida à autora pelo feirante no dia 23/09/2010.

produtos e passar a comercializá-los. Ao se lembrar do “rapa” naquele período, nos relata sobre a atuação dos fiscais, e as astúcias que utilizava para escapar:

O “rapa” naquele tempo perseguia o pessoal de fora, pobrezinho do matuto, que vinha com a mercadoria chegava aqui e não poderia colocar, que eles carregava, tomava, pisava em cima, batia no povo, era agonia medonha. Nunca chegaram (prender) a minha mercadoria porque eu era esperto naquele tempo, quando eu via de longe, eu corria, saia correndo. Eu esperava que eles fossem embora, quando eles se afastassem a gente voltava de novo para o lugar. A gente ficava de alerta né, quando eles viam a gente sai fora, um feirante fica de avisar o outro, quando via avisava ao outro e a gente saía fora. Quando a mercadoria era confiscada, eles não entregava não, às vezes dava fim por lá mesmo, quando entregava era lá pra depois de meio-dia, as mercadorias eram levadas para um depósito que tinha no Mercado Central. Eu não deixei de trabalhar na feira naquele momento porque eu sempre gostei de trabalhar aqui na feira.<sup>340</sup>

Considerava-se homem “esperto”, “astuto” que conseguia fugir do “rapa”, se diferenciando dos “matutos” feirantes ambulantes que vinham de cidades circunvizinhas, que eram perseguidos pelos fiscais e além do mais, sofriam discriminações por não conhecer os códigos de uma cidade em pleno progresso e se diferenciam dos outros pela forma de se vestir e falar. Em algumas situações, eram motivo de chacotas. Como Dona C.A.G., Seu J.M.S. utilizava da mesma tática, buscava se deslocar do ponto em que comercializava quando percebia que “o rapa” estava chegando e depois voltava para aquele ponto comercializar quando a fiscalização ia embora.

Conforme Rodrigues (2011), “Por mais nítida a lembrança de fatos antigos, não é a mesma que nossos recordadores viveram, porque eles já não são os mesmos e seu passado é capturado com o olhar do presente, que retorna atualizado e recriado”.<sup>341</sup> Nesse sentido, os depoimentos de J.M.S e L.R.S.<sup>342</sup>, faz menção ao tempo presente retornando ao passado, fazendo uma comparação, vejamos nas palavras de J.M.S.: “(...) Naquele tempo não se tinha liberdade para trabalhar, hoje se trabalha a vontade e não

<sup>340</sup> Entrevista concedida pelo feirante no dia 23/09/2010.

<sup>341</sup> RODRIGUES, Venize Nazaré Ramos. Espaço Urbano e Memória do Trabalho: Belém nos meados do século XX. In: **Populares na cidade: vivências de trabalho e de lazer**. Antonio Clarindo B. Souza (org.). João Pessoa: Ideia, 2011, p. 14.

<sup>342</sup> L. R. S., solteira, 39 anos de idade, veio trabalhar na feira para ajudar a sua mãe quando criança faz 27 anos que ela comercializa castanhas, temperos, amendoim, fubá de milho, colorau e alho.

tem ninguém pra perseguir, hoje se trabalha mais fácil. Naquele tempo era mais difícil, bem mais difícil.”<sup>343</sup> Já L.R.S. relata que:

“O rapa” era, por exemplo, você hoje não podia colocar uma mercadoria num canto porque eles botavam o povo pra correr, não queria que ninguém vendesse, hoje (...) qualquer pessoa pode colocar em qualquer canto aqui, hoje tá muito moderno. De primeiro o rapa você não podia colocar um balaio que ele levava seu balaio com tudo e depois você perdia a mercadoria.<sup>344</sup>

O tempo presente e o passado são comparados na tentativa de mostrar que o trabalho na feira antigamente era restrito, tinha fiscalizações, delimitações do espaço e repressão feita pelos fiscais. Não se tinha liberdade para trabalhar na feira pelo fato de serem vigiados e punidos pelo “rapa”, momentos de tensão, diferente do tempo presente em que não existe mais a figura do “rapa” para perseguir os feirantes ambulantes.

A apropriação dos espaços públicos como locais de trabalho é justificada pelos trabalhadores como normal, natural, necessária para a sobrevivência e está relacionada à importância de ganhar a vida honestamente. Viam a feira como um espaço para ganhar dinheiro e conseguir o seu sustento, como diria J.M.S.: “Trabalhar na feira representa o meu pouco lucro”.<sup>345</sup> Constatamos que os nossos entrevistados reconheciam que os feirantes ambulantes eram trabalhadores que queriam um espaço para labutar e fugir do estigma de vagabundo. M. G. D. C.<sup>346</sup> fala que:

Não foi do meu tempo não (‘rapa’). Eu vejo falar, que nessa época pegava e se levava tudo do pessoal que trabalhava como camelo na feira. Eu acho isso muito errado se as pessoas estavam trabalhando é porque precisava né, era país de família com filhos para criar, eu acho isso errado, deixava o povo sem trabalho honesto.<sup>347</sup>

M. G. D. C relata a importância do trabalho, visto que aquelas pessoas queriam apenas trabalhar, ressaltando que era um trabalho honesto. G.S.O., que trabalhava no depósito, compartilha do mesmo pensamento, afirmando: “Eu achava ruim a ação do

<sup>343</sup> Entrevista concedida à autora pela feirante no dia 23/09/2010.

<sup>344</sup> Entrevista concedida à autora pela feirante no dia 25/06/09.

<sup>345</sup> Fala do nosso entrevistado proferida no dia 23/09/2010.

<sup>346</sup> 49 anos de idade, trabalha na feira há nove anos vendendo lanches, reside no Bairro do Ligeiro, na rua Josefina Souza Montenegro.

<sup>347</sup> Entrevista concedida à autora pela feirante no dia 18/08/2009.

“rapa”, porque o povo queria trabalhar, trabalhar direito para sustentar a sua família, era um trabalho honesto, mas eles (“rapa”) não queriam saber”.<sup>348</sup>

Mesmo não tendo trabalhado na feira no período do “rapa”, alguns entrevistados lembram-se momento de tensão e conflito e expressaram opinião, mesmo não tendo sofrido agressão pelo “rapa”. Isso acontece devido às sociabilidades, os laços estabelecidos entre os feirantes e a questão da solidariedade presente nessas relações.

M. L. S. S., 53 anos de idade, residente no Bairro José Pinheiro, na Rua Carlos Gomes, trabalha na feira há mais de 35 anos, segundo ela: “A gente já tá na quarta geração visse, porque era meu avô, meu pai, eu e minha filha, mas é na faixa de uns 35 anos que eu estou vendendo bolo e doce”.<sup>349</sup> No período do “rapa”, ela trabalhava com seus familiares numa barraca fixa e não era perseguida pelos fiscais, mas observava toda ação deles na feira, como nos relata:

Me lembro, porque eles queriam organizar aqueles negócios no meio da rua (...)os guardas que se amostrava muito, aí derrubava mercadorias e aquela agonia toda, sabe? Levava aquilo... eles levava pra ele comer mesmo (...)Era péssimo, porque eles nem organizava e às vezes os meninos iam buscar a mercadoria e não estava mais lá, eu acho que eles levavam para comer aquelas peste ruins. (...) Às vezes quando liberava, derramava, pisava era uma cachorrada sabe.<sup>350</sup>

A violência com que os fiscais agiam e as apreensões das mercadorias são descritas na fala da nossa entrevistada, levando-nos a perceber o que alguns feirantes que tinham ponto fixo achavam daquela situação (a perseguição do “rapa” aos feirantes ambulantes), denunciando também que os fiscais levavam para casa algumas mercadorias. Seu J.M.S. comenta também um pouco da violência que observava:

Quando chegava o pessoal do sítio pra vender os trocinho na feira, e não queria deixar o “rapa” tomar, aí partia pra agressão e as pessoas saiam fora né. Eles machucavam feio né, jogava os balaios no chão era aquela agonia medonha. Estragava a mercadoria, dava prejuízo ao pessoal.<sup>351</sup>

Os fiscais agiam de forma agressiva, tentavam impor poder, autoridade e para isso agiam de forma violenta para tomar as mercadorias. Quando Seu J.M.S. coloca que “as pessoas saiam fora”, era porque as pessoas viam a forma que os fiscais atuavam –

<sup>348</sup> Entrevista concedida à autora pelo ex-funcionário do depósito em 28/09/2011.

<sup>349</sup> Entrevista concedida à autora pela feirante no dia 18/08/2009.

<sup>350</sup> Entrevista concedida à autora pela feirante no dia 18/08/2009.

<sup>351</sup> Entrevista concedida à autora pelo feirante no dia 23/09/2010.

jogavam as mercadorias no chão, agrediam os feirantes ambulantes – e não faziam nada, apenas assistiam aquela cena, ficavam parados e perplexos diante daquela situação, seja por medo de sofrer alguma represália, podendo até serem presas. As pessoas tinham medo do “rapa”, diante do ocorrido preferiam não se envolver. Os feirantes que sofreram com as agressões, não se sentiram à vontade em falar do assunto, como veremos.

O tempo dos recordadores é marcado pela intensidade das experiências por eles vividas. Isso é bem nítido ao longo das nossas entrevistas, pois temos depoentes que relatam suas angústias, outros falam dos maus tratos que presenciavam e alguns exprimem opiniões, enquanto outros se silenciam quando se fala sobre o “rapa”.

Às vezes, algumas memórias afloram como sentimentos de angústia e tristeza. Diante dessa situação, dois entrevistados não quiseram falar desse período na vida deles, pois trazia uma sensação ruim o que foi percebido através dos seus semblantes. Dona Maria trabalha na feira há mais de 40 anos vendendo laranja. Relatou que esse tinha sido um momento ruim na sua vida e que um fiscal certa vez jogou o balaio na sua cabeça e feriu a sua testa, sendo preciso costurar. Depois que nos contou isso, ela disse: “eu nem me lembro mais, já esqueci agora, não lembro, não quero falar”.<sup>352</sup> Respeitamos a sua decisão e não continuamos a conversar, pois ela não queria mais falar sobre o seu trabalho na feira, principalmente naquele período.

A fala de Dona Maria contribuiu para nos mostrar a questão da tristeza, da dor de relembrar esse acontecimento e também da humilhação, como também passou o Seu Antônio em nos revelar que certa vez teve sua mercadoria de tomates pisoteada pelos fiscais da Prefeitura e aquele momento foi humilhante e desesperador ao perceber que tinha ficado sem a sua mercadoria para comercializar. Depois que ele nos contou isso, pediu para não falar mais.<sup>353</sup>

---

<sup>352</sup>Entrevista concedida à autora pela feirante no dia 18/08/2009.

<sup>353</sup> Em alguns momentos de entrevista na feira fomos confundidos com agentes da Prefeitura, devido ao clima de expectativa da reforma do Mercado Central, pois estava acontecendo um novo cadastramento e isto tinha afetado os ânimos dos feirantes, com medo de ficarem fora do cadastro, se falassem mal da administração da feira ou de alguma situação que tivesse acontecido, como por exemplo, o “rapa”. Muitos feirantes se negaram a fazer a entrevista principalmente àqueles que foram agredidos pelos fiscais da Prefeitura no período estudado.

Na apropriação dos espaços públicos, a cidade apresenta-se como um produto apropriado de formas diferentes por seus habitantes, mostrando que é um espaço contraditório, lugar dos conflitos, lugar do silêncio: “o conflito não aparece sempre nem é dito. Evita-se falar dele e torná-lo manifesto. Mas ele está aí, constante, latente, implícito” (CUNHA apud LEFEBVRE, 1991, P.87). E percebemos isto através dos relatos orais de memórias, os momentos de conflitos que alguns dos nossos entrevistados passaram e vivenciaram na feira.

Esse processo de (re)lembrar, (re)memorar é uma forma de analisar os significados subjetivos da experiência de vida, vivenciada pelos trabalhadores feirantes. “(...) a memória não resgata, mas ressignifica a partir do momento, em que é lembrado e não esquecida”.<sup>354</sup> O ato de (re)lembrar um determinado fato, não significa pensar, que será, uma repetição do que fora no passado, mas sim uma (re)memorização com um novo olhar, visto que a memória é formada por mecanismo de seleção, e lembrar está relacionado a ressignificar momentos, experiências vivenciadas no passado.

Por fim, os relatos orais de memórias utilizados neste último tópico mostraram as diversas formas de percepção dos espaços e as diferentes formas de apropriação da feira. Pois a apropriação dos espaços públicos pelos trabalhadores ambulantes altera os usos esperados com um contra-uso que é estabelecido por disputas/ tensões/ resistências pelo direito ao trabalho, percebemos essa questão através das relações conflituosas entre feirantes e fiscais do “rapa”. As narrativas revelaram as experiências do cotidiano que o viver urbano propicia, desvendando o mundo do trabalho na Feira Central. Analisamos o cotidiano urbano com as múltiplas estratégias de trabalho e sobrevivência criadas e recriadas por homens, mulheres e crianças, protagonistas de tensões e conflitos em sua luta cotidiana para sobreviver na cidade.

---

<sup>354</sup> ARAÚJO, 2006, p.59.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste estudo, procuramos abordar a Feira Central de Campina Grande a partir de um ponto de vista que se diferencia dos trabalhos que tem como foco este tema. A Feira Central foi pensada aqui como um espaço de sociabilidade voltada para as questões de tensão e conflitos. Buscamos, assim, relatar sobre o rapa como um momento de angústia na vida daqueles trabalhadores feirantes que foram perseguidos pelos fiscais da Prefeitura Municipal no período de 1970 até 1983.

Para tanto, fizemos uma breve historicização da feira, que acompanhou o desenvolvimento da cidade ao longo da sua história. A feira representa o passado de gerações que sobreviveram no sentido econômico, político e social e que permanece possibilitando a formação de uma cultura popular através da criatividade e das transformações cotidianas daqueles que a frequentam. Ela é um espaço físico em que se realiza o comércio de mercadorias, propício a relações interpessoais que envolvem ações e pensamentos diferentes dentro do mesmo espaço físico, gerando, assim, uma vasta gama de subjetividade, de valores, com temáticas diferentes e formando um conjunto de memórias coletivas dos que frequentam ou frequentaram esse lugar.

A Feira Central é um espaço que possibilita inúmeras sociabilidades. Neste trabalho, buscamos apresentar as diferentes relações estabelecidas entre os feirantes e pessoas que frequentavam a feira: os feirantes fixos, os fregueses, os “meliantes” (marginais adultos e mirins que procuravam a feira, conforme o jornal, para praticar pequenos delitos) e a administração local. Analisamos então as experiências cotidianas que se desenvolveram no período pesquisado (1970-1983) através das pessoas que costumavam ir à feira. Este relato foi possível de ser construído com a ajuda dos jornais, que nos possibilitou compreender como tais relações eram estabelecidas. O jornal como fonte possibilitou apresentar o passado por meio das representações sobre ele, elaboradas a partir das expectativas, desejos, sonhos e frustrações deixados por aqueles que nele viveram. Ou seja, os jornais fazem parte de uma dada representação de um acontecimento (“rapa”) e de um tempo (1970-1983) passado.

Abordamos a Feira Central como um espaço de exclusão, visto que as páginas diagramadas dos jornais traziam essa imagem, mostrando que alguns indivíduos, como

os marginais, as prostitutas e os feirantes ambulantes, eram vistos como pessoas indesejáveis nos espaços da feira, sendo estes perseguidos e punidos pelos policiais e fiscais da prefeitura.

Os feirantes ambulantes eram submetidos à violência, à perseguição, à repressão e maus-tratos, principalmente por serem personagens indesejáveis pela administração do Mercado Central.

Os fiscais da Prefeitura popularmente chamados de “rapa”, com o poder que tinham naquele período de Ditadura Militar, utilizavam da autoridade e violência para apreender as mercadorias dos feirantes ambulantes e, em determinadas ocasiões, poderiam até prendê-los por desacato à autoridade. Apesar de toda a repressão, os feirantes utilizavam estratégias para se apropriarem dos espaços proibidos, mostrando que a perseguição não iria afastá-los da feira pelo fato desses trabalhadores conseguirem o seu sustento e o da sua família através das vendas realizadas naquele espaço, já que não tinham outro meio para se sustentarem.

Buscamos também, através da História Oral, dar voz aos feirantes ambulantes como teia de construção do conhecimento histórico, alargando este horizonte e possibilitando compreender o cotidiano no qual eles se movimentavam como personagens ativos e não como mero pano de fundo da explicação histórica. Através desse método, foi possível registrar as experiências de vida e trabalho desses populares nos espaços da feira para conseguir o seu sustento. Os lugares são (re)visitados nas falas, formando uma memória social da feira, que remete à compreensão dela como um produto de experiência individual e coletiva.

Partimos do pressuposto de que a trajetória de vida e trabalho de alguns feirantes analisados no nosso trabalho ajudaria a explicar a atuação do “rapa” na feira. A partir das narrativas orais desses trabalhadores, foi possível registrar algumas experiências de vida desses populares no Mercado Central e suas múltiplas sociabilidades.

A feira apresenta especificidades sócio-culturais e históricas que foram demonstradas ao longo do trabalho, pois estudar e analisar a Feira Central é compreender o mundo do trabalho dos feirantes, o cotidiano, as táticas e astúcias desenvolvidas por eles para conseguir negociar suas mercadorias. É, ainda, perceber que

os vínculos de amizade vão além das relações capitalistas, pois estão baseados na confiança, possibilitando assim as sociabilidades, visto que a feira não se resume apenas à comercialização de produtos.

Portanto, esse trabalho é parte de uma história recente de Campina Grande, com novas perspectivas de estudo para outros historiadores que venham a pesquisar tão importante lugar social que é a Feira Central de Campina Grande.

## FONTES

### 1) Jornais:

- Jornal da Paraíba (1971-1983);
- A Gazeta do Sertão (1982-1983);

### 2) Fontes Orais:

- C.A.F. **Entrevista concedida à autora.** Campina Grande, 11 de setembro de 2009.
- E.F.S.L. **Entrevista concedida à autora.** Matinhas, 21 de junho de 2009.
- G.F.S. **Entrevista concedida à autora.** Matinhas, 21 de junho de 2009.
- G.S.O. **Entrevista concedida à autora.** Campina Grande, 28 de setembro de 2011.
- J.M.S. **Entrevista concedida à autora.** Campina Grande, 23 de setembro de 2010.
- L.R.S. **Entrevista concedida à autora.** Campina Grande, 25 de junho de 2009.
- M.G.D.C. **Entrevista concedida à autora.** Campina Grande, 18 de agosto de 2009.
- M.L.S. **Entrevista concedida à autora.** Matinhas, 21 de junho de 2009.
- M.L.S.S. **Entrevista concedida à autora.** Campina Grande, 18 de agosto de 2009.
- R.S.B. **Entrevista concedida à autora.** Campina Grande, 10 de junho de 2009.
- V.P.S. **Entrevista concedida à autora.** Campina Grande, 30 de outubro de 2010.

### 3) Arquivos e Instituições Pesquisadas

- Arquivo do Jornal da Paraíba (Campina Grande-PB);
- Museu Histórico de Campina Grande (Campina Grande-PB);

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

- ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- ALMEIDA, Elpídio de. Feiras. In: **História de Campina Grande**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1978. p 269-268.
- ANDRADE, Valéria. **Quem é Lurdes Ramalho**. Disponível: <http://www.lourdesramalho.com.br/vida/index.htm>. Acesso em: 04/11/2011.
- ARAÚJO, Giovanna de Aquino Fonseca. **Múltiplos discursos sobre a feira central de Campina Grande**. Campina Grande: Agenda, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Feira Livre: Memória “Viva” da cultura do povo campinense, ao final do século XX?**. Campina Grande: Agenda, 2004.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**. Lembrança de velhos. São Paulo: Campanha das Letras, 1994.
- BRITO, Beto. **Mei-de-feira** (literatura de Cordel). João Pessoa: Imbolê, 2006.
- BUENO, Francisco da Silveira. **Rapar**. In: Minidicionário da língua portuguesa. São Paulo: FTD: LISA, 1996, p.551.
- CABRAL FILHO, Severino. **A cidade desejada: Campina Grande: imagens e histórias**. In: Cultura e Cidades. ANDRADE, Joel Carlos de Souza; DANTAS, Eugênia Maria; BURITI, Iranilson de Oliveira e SOUZA, Antonio Clarindo B. Souza (orgs). Campina Grande: EDUFCEG, 2009. p. 40-54.
- CABRAL FILHO, Severino. **A Cidade revelada: Campina Grande em imagens e história**. Campina Grande, EDUFCEG, 2009.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- \_\_\_\_\_. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

CHARTIER, Roger. **História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CÂMARA, Epaminodas. **Datas Campinenses**. Campina Grande: Secretaria de Educação, 1998.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano- Artes de Fazer**. Petrópolis: Vozes, 2004.

COSTA, Antonio Albuquerque da. **Sucessões e Coexistências do Espaço Campinense na sua Inserção ao Meio Técnico-Científico-Informacional: A feira de Campina Grande na interface desse processo**. Dissertação de mestrado em Geografia, UFPE, Recife, 2003.

CUNHA, Maria Aurineida. **Trabalhadores de rua: tensões e resistência na luta pelo direito ao trabalho**. Rev. Katál. Florianópolis v. 12 n. 1 p. 77-85 jan./jun. 2009.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História Oral: memória, tempo, identidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GUIMARÃES NETO, L. O Nordeste, o planejamento regional e as armadilhas da macroeconomia. in **Revista Estudos e Pesquisas**. N.67, p.109-151, Salvador: SEI, 2004.

GURJÃO, Eliete de Queiroz (org.). **Imagens multifacetadas da história de Campina Grande**. Campina Grande: SESC, 2000.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 1990.

LIMA, Luciano Mendonça de. **Derramando susto: os escravos e o Quebra Quilos em Campina Grande**. Campina Grande, EDUFCEG, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campina, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

MALUFF, Marina e MOTT, Lúcia. Recônditos do mundo feminino. IN: **História da vida privada no Brasil**. Nicolau Sevcenko (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.p. 367-422.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Por uma História da mulher**. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho**. Bauru:EDUSC, 2002.p. 21-42.

MAYOL, Pierre. A conveniência In: CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano. 2. Morar, cozinhar**. Petrópolis: Vozes, 1994.p.37-41.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. São Paulo: Contexto, 1994.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 2002.

NASCIMENTO, Uelba Alexandre. **O Doce Veneno da Noite: Prostituição e Cotidiano em Campina Grande (1930-1950)**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. UFCG, 2007.

NERI, Kalina Dias. **“Driblando o Rapa”: Conflitos e Resistência dos comerciantes informais em Campina Grande- PB (1980-2002)**. Disponível em: [http://eduep.uepb.edu.br/alpharrabios/v1-n1/Parte05\\_Revista\\_Alpharrabios\\_Vol1.pdf](http://eduep.uepb.edu.br/alpharrabios/v1-n1/Parte05_Revista_Alpharrabios_Vol1.pdf). Acesso em: 20/ 10/ 2011.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. **O Ronco da Abelha: resistência popular e conflito na consolidação do Estado nacional, 1851-1852**. Disponível em: [http://www.almanack.usp.br/PDFS/1/01\\_informe\\_4.pdf](http://www.almanack.usp.br/PDFS/1/01_informe_4.pdf). Acesso em: 01/10/ 2011.

OLIVEIRA, Sâmala Sonaly Lima. **As identidades e subjetividades das mulheres feirantes na Feira Central de Campina Grande na Contemporaneidade**. Monografia em História. UEPB, 2009.

\_\_\_\_\_. **Mercado Informal: o perfil das mulheres feirantes na Feira Central de Campina Grande na Contemporaneidade**. Monografia em História. UFCG, 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os pobres da cidade: vida e trabalho- 1880-1920**. Porto Alegre: Editora Universitária/ UFRGS, 1994.

\_\_\_\_\_. **Lugares malditos: a cidade do outro no sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XX)**. Revista Brasileira de História, v.19, n.37, p.199-216, 1999.

\_\_\_\_\_. **Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades.** Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/229>. Acesso em 29/06/2011.

\_\_\_\_\_. Cap.1- A construção da diferença: Cidade e Exclusão Social e Cap. 2- A geografia da exclusão. IN: **Uma outra cidade: O mundo dos excluídos no final do século XIX.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

\_\_\_\_\_. **Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias.** Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882007000100002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882007000100002&script=sci_arttext). Acesso em 10/10/2009.

\_\_\_\_\_. **História & História Cultural.** Belo Horizonte: Autentica, 2005.

PEREIRA JUNIOR, Francisco. **Feira de Campina Grande, um museu vivo na cultura popular de folclore nordestino.** João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

RAMALHO, Maria de Lourdes. **A Feira.** in: Teatro Nordestino. Campina Grande: GGS- Grande Grafia e Serviços Ltda, 1977.

RODRIGUES, Venize Nazaré Ramos. Espaço Urbano e Memória do Trabalho: Belém nos meados do século XX. In: **Populares na cidade: vivências de trabalho e de lazer.** Antonio Clarindo B. Souza (org.). João Pessoa: Ideia, 2011, p. 13-36.

ROLNK, Raquel. **O que é cidade.** 2 edição, São Paulo: brasiliense, 1988.

SANTOS, Wagner Geminiano dos. **Enredando Campina nas Telas da Cultura: (dês) inventando festas e (re) inventando a cidade. 1965 – 2002.** Dissertação de Mestrado em História. UFPE, 2008.

SILVA, Luciana Estevam. **CIDADE E VIOLÊNCIA: CAMPINA GRANDE NA DÉCADA DE 1980 E AS REPRESENTAÇÕES DO MÃO BRANCA NOS JORNAIS.** Dissertação de mestrado em Historia, UFCG, Campina Grande, 2010.

SILVA, Valmir Pereira de. **Artes de Fazer a Feira: práticas e representações de negociação na Feira Central de Campina Grande**. Dissertação de mestrado em Sociologia, UFCG, Campina Grande, 2005.

SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. **Cartografias e Imagens da Cidade: Campina Grande 1920-1945. In: Territórios de confronto**; Campina Grande: EDUFCEG, 2006.

SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de. **Lazeres Permitidos, Prazeres Proibidos: sociedade, cultura e lazer em Campina Grande (1945-1965)**. Tese de Doutorado em História, UFPE, Recife, 2002.

SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de (org.). **Populares na cidade: vivências de trabalho e de lazer**. João Pessoa: Ideia, 2011.

SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa. **Por um real de amor: Representações da prostituição na MPB**. 1ª. ed. Campina Grande: Editora da Universidade Federal de Campina Grande, 2008.

VERAS, Cassandra Carmo de Lima. **O Espelho de Narciso: uma visão histórica das transformações urbanas em Campina Grande de (1935 –1945)**. Monografia em História – Departamento de História e Geografia, Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1988.

